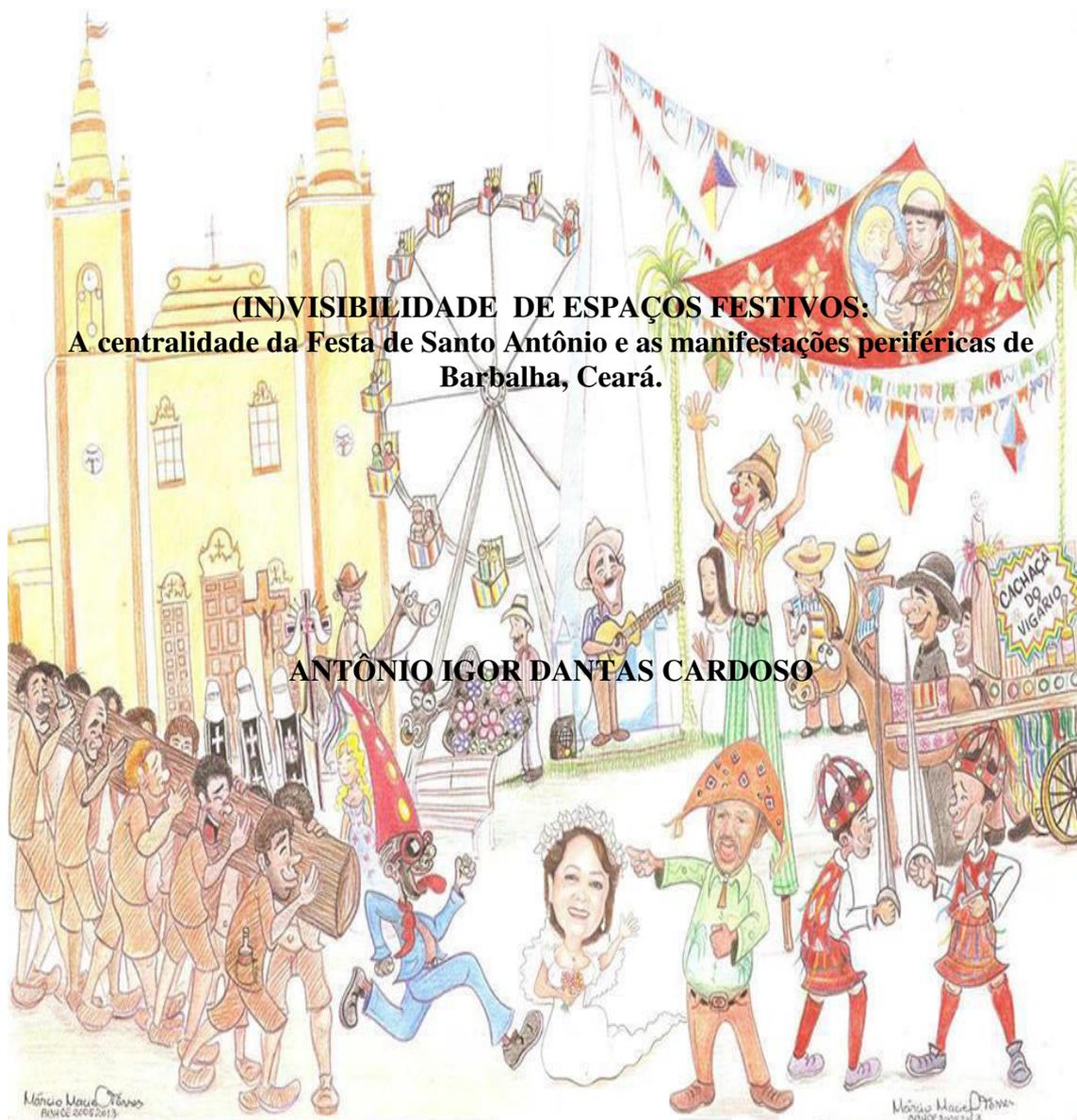


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
Área de Concentração: Natureza, Cidade e Campo no Semiárido.**



**FORTALEZA – CE**

**2013**

**ANTÔNIO IGOR DANTAS CARDOSO**

**(IN)VISIBILIDADE DE ESPAÇOS FESTIVOS:  
A centralidade da Festa de Santo Antônio e as manifestações periféricas de  
Barbalha, Ceará.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira

**FORTALEZA – CE**

**2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

- 
- C260i Cardoso, Antônio Igor Dantas.  
(In)visibilidade de espaços festivos: a centralidade da festa de Santos Antônio e as manifestações periféricas de Barbalha, Ceará / Antônio Igor Dantas Cardoso. – 2013.  
185 f.: il. color. enc.; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.  
Área de Concentração: Natureza, Cidade e Campo no Semiárido.  
Orientação: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira.
1. Festas populares 2. Invisibilidade. 3. Visibilidade. 4. Expressão cultural. 4. Barbalha (CE).  
I. Título.
- 

CDD 910

**ANTÔNIO IGOR DANTAS CARDOSO**

**(IN)VISIBILIDADE DE ESPAÇOS FESTIVOS:  
A centralidade da Festa de Santo Antônio e as manifestações periféricas de  
Barbalha, Ceará.**

**Fortaleza, agosto de 2013**

**Banca examinadora**

---

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira (Orientador) – UFC

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ivone Cordeiro Barbosa - UFC

---

Prof. Dr. Otávio José Lemos Costa – UECE

---

Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva - URCA

*Aos meus familiares e amigos, pela confiança  
e apoio depositados nesse período de muitas  
renúncias, angústias e alegrias.*

## AGRADECIMENTOS

Os caminhos percorridos até agora me proporcionaram incontáveis experiências humanas e espaciais, somadas às novas expectativas para o futuro, na construção do meu pensamento acerca do homem e do mundo. Embora seja mais uma etapa da vida acadêmica a ser concluída, a sua constituição não seria possível sem a etapa precedente.

Assim, meus agradecimentos perfazem esse caminho de aprendizado e maturidade, a partir da Graduação em Geografia, na Universidade Regional do Cariri, da qual tive a oportunidade de deparar-me, entre professores e colegas de curso, com pessoas que me impulsionaram e motivaram nessa caminhada.

A princípio o Grupo de Estudo em Geografia Agrária – GEA: Prof<sup>a</sup> Roberta Piancó, Professora e colega de mestrado Lireida, Judson, Anderson, Geislam, Sherly, Hilda, Mardineuson, foram fundamentais para a minha evolução acadêmica e companheirismo na lida universitária. A Cecília Esmeraldo, por ter me aceitado como orientando, ainda como iniciante nas pesquisas, e dos rumos a serem tomados nesse âmbito. E agora compartilhando do mesmo orientador no seu doutoramento.

Ainda na graduação: aos Professores Ivan Queiroz, Alcides Furtado, Ilaina Damasceno, Flávia Jorge, Alexsandra, pelas conversas e conselhos para seguir na vida, enquanto geógrafo. Aos colegas de turma: Carlos Regilano, Giovanna Braga, Geislam, Sherly e Robstânia: a minha “bacia sedimentar”.

Ao Prof<sup>o</sup> Josier Ferreira, por me proporcionar e sensibilizar momentos de descoberta e lucidez perante os nossos estudos culturais.

Ao Prof<sup>o</sup> Christian Dennys (orientador desse trabalho), pelas orientações e paciência ao compartilhar sua sabedoria geográfica.

À banca de examinadores da qualificação e apresentação final: Prof<sup>o</sup> Dr. Otávio Lemos (UECE), Prof<sup>o</sup>. Dr. Levi Furtado (UFC) e Prof<sup>o</sup>. Dr. Josier Ferreira (URCA).

À equipe de professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará: Eustógio, Amaro, Borzacchieello, Jeovah, Levi, Elisa, Alexandra, Edson Vicente (Cacau), e demais. Aos colegas do mestrado e doutorado: Camila Campos, Luana, Marcos, Rodolfo, Silmara, Otávio, Ronaldo, João Luis, Natacha, Lireida, Nubélia, Eciane, Davy, Judária, Rita, Amon, Thiara. E ao programa de bolsa de pesquisa – Capes/Reuni, pela possibilidade de fomentar estudos relevantes.

Ao Grupo de Estudos Representação e Patrimônio – GERP, do curso de Geografia da UFC: Icla, Lucas, Jacquicilane, Rodrigo, Fernando, Beatriz, Aragão,

Maryvone, Fábio, pelos momentos de leituras e discussões geográficas. À Nubélia Moreira, por compartilhar as frustrações e angústias, mas também momentos de euforia e alegria, na sua “psicologia aplicada à pós-graduação”. Às leituras e estudos, já que compartilhamos do mesmo orientador, e também pelas caronas.

Agradeço também às comunidades estudadas, e em especial, no sítio Santa Rosa: D. Maria Nunes, D. Marly, D. Lídia, e Sr. Vicente; Sítio Cabeceiras: D. Lúcia, Suely, Denivan (Nim), Sr. Chico Severo (*in memoriam*); e Riacho do Meio: Marcílio, Kely, Deval, Lindicássia, Maurício, Silvana. E a todos os moradores das localidades que, muito gentilmente, me permitiram fazer parte das suas festas e registrar seus rituais de fé.

E por último, e não menos importante, à minha família: Pai (Juarez), Mãe (Fátima), Carol e Karen (Irmãs), tios(as), primos(as), muito obrigado por fazerem parte desse caminhada e me apoiar nesses (re)começos. Sem suas ajudas não conseguiriam retirar as pedras do meu caminho.

*“Diz-me o que festejas e como festejas que eu  
dir-te-ei quem és.”*

**Joaquim de Sousa Teixeira.  
Festa e Identidade, 2010.**

## RESUMO

Sendo a maior expressão cultural do município de Barbalha, Ceará, a Festa de Santo Antônio adquiri, assim, grande visibilidade, da qual concentra a maior parte das políticas culturais e investimentos do setor, sobretudo no que diz respeito à sua patrimonialização. As demais manifestações, como as festas de padroeiro(a), que têm nas suas estruturas festivas, desenhos rituais que nos remetem à imagem essencial da Festa de Santo Antônio, destacando, emblematicamente, o sacrifício ritual da árvore: escolha, corte, cortejo e o hasteamento da bandeira do padroeiro; os grupos folclóricos, dentre outros, mantêm-se na invisibilidade destas políticas, como periferias da festa principal. Dessa forma, a dinâmica do visível/invisível (MERLEAU-PONTY, 1980), a partir do “confronto” entre as centralidades e as periferias festivas, constituindo visibilidades momentâneas e invisibilidades permanentes, direcionou-nos a pensar o município de Barbalha, a partir de três territórios: Sítios Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do Meio, suas festas e suas representatividades histórico-geográficas: o movimento do cangaço materializado no cemitério dos fuzilados (Alto do Leitão) do Sítio Santa Rosa, a força do tradicionalismo devocional com os Penitentes Irmãos da Cruz do Sítio Cabeceiras, e os ícones da proteção ambiental da Chapada do Araripe com o Parque Ecológico do Riacho do Meio. Salienta-se como justificativa de que não podemos considerar o caráter de visibilidade patrimonial da Festa de Santo Antônio como o principal motivo da invisibilidade das demais manifestações. O desafio em pauta parte desta festa-espetáculo principal, para encontrar em outros espaços, periféricos à festa, formas de inseri-los nos processos culturais de valorização, integrando-os aos processos da constituição histórica e memorial do município. Metodologicamente, entrevistas abertas, semi-estruturadas e projetivas instigam os sujeitos das localidades, ora trabalhadas, a dialogar com os seus espaços, seja através de perguntas e/ou na visualização de um mural fotográfico sobre suas manifestações de patrimonialidade (POULOT, 2009), gestada pelo reconhecimento e apropriação do bem pelos sujeitos que o vivenciam e o representam. Assim, a apreensão dos fenômenos analisados cumpre com a intenção de que os sujeitos envolvidos (festeiros) se reconheçam enquanto transformadores das suas espacialidades (Massey; Keynes, 2004). Os “jogos simbólicos”, as representações, os valores, o lazer, a transgressão, o uso dos espaços, interpenetram no imaginário dos sujeitos a partir das transmissões da linguagem festiva, como um campo fértil para se entender as estruturas sociais aí expostas. Busca-se, então entender a lógica da questão patrimonial, a partir do reconhecimento dos sujeitos que o praticam, como pertencentes ao lugar, no seu mundo vivido (Di Méo, 1996), por meio de suas experiências cotidianas, e dentre elas, as festas.

**Palavras chave:** Festas populares; visível/invisível; patrimonialização/patrimonialidade; Barbalha.

## ABSTRACT

Being the largest expression of the cultural city of Barbalha, Ceará, the Festa de Santo Antônio got, well, great visibility, which concentrates most of the political and cultural sector investments, especially with regard to their patrimony. Other events, such as celebrations of patron, which have structures in their festive designs rituals that remind us of the essential image of the Festa de Santo Antônio, highlighting, emblematically, the ritual sacrifice of the tree: select, cut, and the procession raising of the flag of the patron, the folk groups, among others, remain in the invisibility of these policies, as peripheries of the party chief. Thus, the dynamics of the visible / invisible (Merleau-Ponty, 1980), from the "confrontation" between centers and peripheries festive, providing momentary visibility and invisibility permanent, directed us to think of the municipality of Barbalha from three territories: Sítios Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do Meio, their parties and their historical and geographical representativeness: the movement of bandits materialized in the cemetery of the shot (Alto do Leitão) Sítio Santa Rosa, the strength of traditionalism with devotional Penitentes Irmãos da Cruz do Sítio Cabecerias, icons and environmental protection of the Chapada do Araripe with Ecological Park of the Riacho do Meio. It is noted as justification that we can't consider the character of the asset visibility Festa de Santo Antônio as the main reason for the invisibility of other manifestations. The challenge on the agenda of this party-main spectacle, to find in other places, the party peripherals, ways to insert them in the processes of cultural appreciation, integrating the processes of historical constitution and memorial in the city. Methodologically, open interviews, semi-structured and projective instigate the subjects of locations, sometimes worked, to talk with their spaces, whether through questions and / or viewing a photographic mural on manifestations of patrimonialidade (POULOT, 2009), gestated for recognition and ownership of the asset by the subjects who experience and represent. Thus, the apprehension of the phenomena analyzed complies with the intent that the subjects involved (revelers) recognize themselves as transformers of their spatialities (MASSEY; KEYNES, 2004). The "symbolic games", representations, values, leisure, trespass, use of spaces, intertwined in the minds of the subjects from language broadcasts festive, like a fertile field for understanding social structures exposed there. The aim is then to understand the logic of the question sheet from the recognition of the individuals who practice it, as belonging to the place, in their lived world (Di Meo, 1996), through their everyday experiences, and among them, the parties.

**Keywords:** Popular festivals; visible / invisible; patrimonialization / patrimonialidade; Barbalha.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Figuras

Figura 1: Reportagem sobre a Festa de Santo Antônio em mídia digital	74
Figura 2: Imagem do Sítio São Joaquim e corte do Pau da Bandeira de 2012	84
Figura 3: Patrocínio, Co-Patrocínio e Apoio Cultural na Festa de Santo Antônio	87

### Lista de Tabelas

Tabela 1: Calendário Católico Festivo	35
Tabela 2: Calendário das Festas de padroeiro(a) da Diocese do Crato, Ceará	51
Tabela 3: Bens Inventariados em Barbalha	92
Tabela 4: Relação de Capelas ativas com seus respectivos padroeiros	99

### Lista de Mapas

Mapa 1: Localização do município de Barbalha e dos Sítio estudados	19
Mapa 2: Área de abrangência da Diocese de Crato, Ceará	50
Mapa 3: Municípios que festejam Santo Antônio	57
Mapa 4: Cortejo do Pau da Bandeira de Santo Antônio	73

### Lista de Quadros

Quadro 1: Jornal “A Ação”, sobre a Festa de N. S. da Penha, Crato	48
Quadro 2: Jornal “A Ação”, sobre a Festa de N. S. das Dores, Juazeiro do Norte	49

### Lista de Fotos

Foto 1: Rua da Matriz: encontro dos grupos folclóricos	64
Foto 2: Capela do Sítio Santa Rosa	106
Foto 3: Cemitério dos Fuzilados	108
Foto 4: Grupo de Penitentes Irmãos da Cruz do Sítio Cabeceiras, no desfile dos grupos folclóricos da Festa de Santo Antônio	125
Foto 5: Linha divisória entre os festejos religiosos e os festejos sociais no Sítio Cabeceiras	126

### Lista de Mosaico de Fotos

Mosaico de fotos 1: Orações em torno da árvore	59
Mosaico de fotos 2: Bênção dos carregadores, corte e o “chiar o pau”	63
Mosaico de fotos 3: Grupos de folguedo de Barbalha	65
Mosaico de fotos 4: Blocos nas ruas de Barbalha na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio	75
Mosaico de fotos 5: Procissão e celebração a Santo Antônio de Barbalha	79
Mosaico de fotos 6: Reunião nas comunidade: Sítios Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do Meio	103
Mosaico de fotos 7: Exposição do Mural Fotográfico no período festivo: Santa Rosa (Janeiro), Cabeceiras (Fevereiro) e Riacho do Meio(Março), de 2013.	104
Mosaico de fotos 8: Procissão de São Sebastião, missa solene, bolo do Pe. Cícero e festa do xilito	116
Mosaico de fotos 9: Mural Fotográfico: Fotos Comparativas – Santa Rosa	117
Mosaico de fotos 10: Momentos festivos: Festa 2013 e de anos anteriores do Sítio Santa Rosa	120
Mosaico de fotos 11: Capela de Nossa Senhora de Lourdes do Sítio Cabeceiras	122

Mosaico de fotos 12: Terço dos Homens, Procissão de N. S. de Lourdes, missa solene, ritual dos Penitentes	132
Mosaico de fotos 13: Mural Fotográfico: fotos comparativas – Cabeceiras	134
Mosaico de fotos 14: Momentos festivos: Festa 2013 – Cabeceiras	137
Mosaico de fotos 15: Momentos festivos: anos anteriores – Cabeceiras	139
Mosaico de fotos 16: Capela de São José, Sítio Riacho do Meio	142
Mosaico de fotos 17: Geossítio Riacho do Meio: estrutura física e fonte d'água	143
Mosaico de fotos 18: Missa de São José, sorteio de rifa e leilão, no Sítio Riacho do Meio	149
Mosaico de fotos 19: Mural Fotográfico: Fotos Comparativas – Riacho do Meio	151
Mosaico de fotos 20: Mural Fotográfico: Momentos Festivos – Festa 2013 Riacho do Meio	155
Mosaico de fotos 21: Mural Fotográfico: Momentos festivos de anos anteriores – Riacho do Meio	158

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
As centralidades e periferias festivas .....	15
Patrimônio e Memória .....	20
Proposta Metodológica .....	23
<b>1 “FESTAS PRA QUÊ VOS QUERO”: JÚBILOS OU DOMINAÇÃO?</b> .....	<b>28</b>
1.1 Descobrimo novos territórios. Vamos comemorar! .....	30
1.2 O Cariri místico também festeja... E como festeja! .....	39
<b>2 FÉ NO “PAU” NA FESTA DO SANTO</b> .....	<b>53</b>
2.1 As centralidades visíveis da Festa de Santo Antônio de Barbalha .....	53
2.2 Do rito religioso ao espetáculo midiático .....	56
2.3 O polêmico corte da árvore .....	81
2.4 Os investimentos centralizadores da festa .....	86
2.5 O Registro como Patrimônio Imaterial Nacional .....	90
<b>3 TAMBÉM QUEREMOS FESTEJAR NO NOSSO LUGAR!</b> .....	<b>97</b>
3.1 As invisibilidades festivas .....	97
3.2 Sítio Santa Rosa .....	106
3.2.1 Vozes do Santa Rosa: Fotos Comparativas .....	117
3.2.2 Momentos Festivos: Festa 2013 e de anos anteriores .....	120
3.3 Sítio Cabeceiras .....	122
3.3.1 Vozes do Cabeceiras: Fotos Comparativas .....	134
3.3.2 Momentos Festivos: Festa 2013 .....	137
3.3.3 Momentos Festivos de anos anteriores .....	139
3.4 Sítio Riacho do Meio .....	141
3.4.1 Vozes do Riacho do Meio: Fotos Comparativas .....	151
3.4.2 Momentos Festivos – Festa 2013 .....	155
3.4.3 Momentos Festivos de anos anteriores .....	158
<b>4 AS POLÍTICAS CULTURAIS DA MUNICIPALIDADE: CAMINHOS E OBSTÁCULOS PARA FESTEJAR</b> .....	<b>160</b>
4.1 Os Instrumentos legais de viabilidade cultural .....	165
<b>5 PARA CONCLUIR PROVISORIAMENTE... ATÉ A PRÓXIMA FESTA COMEÇAR!</b> .....	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>179</b>

## INTRODUÇÃO

O município de Barbalha, localizado na região do Cariri, sul cearense, constitui um “celeiro” da cultura popular que assume grande expressividade no lugar. Aí estão presentes grupos folclóricos e espaços de memória, os quais nos remetem a uma historicidade eminentemente agrária, enquanto consequência do processo de colonização ocorrido nestas terras.

Uma vez instalada a atividade agrícola, ora em grandes faixas de terras, ora em pequenas propriedades, sem desprezar, portanto, o caráter de acumulação fundiária, o lugar acaba por agregar diversas formas culturais, cuja origem liga-se ao simbolismo e imaginário do trabalho com a terra.

Entre tais formas, as festas de devoção aos santos, as danças, a culinária, as crenças, dentre outras, são destaques e marcas de projeção dos grupos sociais fixados nessas áreas.

Dessa forma, uma das maiores expressões culturais do município manifesta-se na realização da Festa de Santo Antônio de Barbalha, manifestação com mais de oito décadas de festejo, refletindo o sentimento de um povo, de origens agrárias, mas que mantém a cidade como palco e cenário da sua tradição. É uma festa vinculada a uma diversidade de rituais, dentre os quais, os que acontecem entorno de uma árvore utilizada como mastro para o momento de hastear a bandeira do santo padroeiro.

Como em toda manifestação da cultura imaterial, ao longo do tempo, novos elementos vêm sendo inseridos a esta tradição, movidos por concepções sociais, ambientais, culturais, econômicas, políticas e espaciais mais diversas. Todas em movimentos descontínuos de reorganização e adequação, dando aos bens culturais novos significados, sem anular os fatores vinculados à sua originalidade.

Assim, analisar a diversidade de elementos constituintes da festa torna-se fundamental para a compreensão dos fundamentos desta tradição popular, em busca da interdisciplinaridade que ela oferece (e oculta) como componente indispensável à sua continuidade.

Nesse sentido, os aspectos metodológicos a serem trabalhados partem da caracterização histórica da festa como manifestação local, até o que hoje denominamos de centralidade visível: a convergência das políticas culturais, os investimentos público-privados, o *marketing* da espetacularização. Como também, serão considerados os

atores sociais que a realizam, as identidades territoriais percebidas, as diversas atividades à festa vinculadas, como o turismo e suas modalidades.

É partindo dessa premissa metodológica que a festa se constitui como alvo central à patrimonialização, tanto na esfera estadual quanto federal. É também o que a torna de grande importância e visibilidade no tratamento dado à cultura popular. E, diante desse caráter patrimonial da Festa de Santo Antônio, podemos refletir sobre suas dimensões territoriais, as quais abrangem outros espaços e manifestações periféricas a esta, e invisíveis aos processos de patrimonialização.

Essa patrimonialização, de caráter institucional, emerge como desafio progressivo ao apelo cultural dos últimos séculos, XX e XXI. No entanto, nesta dinâmica inserimos o seu par de oposição: a patrimonialidade (POULOT, 2009), dada pelo reconhecimento e apropriação do bem pelos sujeitos que o vivenciam e o representam.

Logo, estes espaços e manifestações periféricas se inserem na análise trabalhada a partir da patrimonialidade dos rituais festivos (as festas de padroeiro) realizada nas seguintes localidades: Sítios Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do Meio, no município de Barbalha.

Segundo Peirano (2003, p. 10), os rituais se caracterizam como

[...] um fenômeno especial da sociedade que nos aponta e revela representações e valores de uma sociedade, mas o ritual expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo. (...) Rituais são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais.

Seguindo essas representações e valores de grupos, as referidas localidades apresentam, nas suas estruturas festivas, desenhos rituais que nos remetem à imagem essencial da Festa de Santo Antônio. Destacam, emblematicamente, o sacrifício ritual da árvore: escolha, corte, cortejo e o hasteamento da bandeira do padroeiro.

E sendo a festa em si um ritual, esta reaviva velhas tradições, reforçando laços da originalidade, incorporando novos elementos e anseios, recriando no presente sentidos históricos de sua existência (AMARAL, 1998, p. 157).

A opção por estas localidades está embasada nas representatividades histórico-geográficas que as mesmas compõem, numa dinâmica têmporo-espacial que nutre o município como importante pólo memorial da Região do Cariri, seja o Cemitério dos Fuzilados (Alto do Leitão) do Sítio Santa Rosa, os rituais do grupo de Penitentes Irmãos da Cruz do Sítio Cabeceiras ou delimitação do Parque Ecológico do Riacho do Meio.

Estas localidades e manifestações indicam visibilidades efêmeras e pontuais, que podem traduzir-se por invisibilidade, enquanto espaços pouco midiáticos em relação à Festa de Santo Antônio, que refletem o caráter mnemônico, mantenedor da tradição material e imaterial das comunidades, e passível de uma valorização que considere a cultura rural como aspecto peculiar e intrínseco ao município de Barbalha.

O “confronto” entre as centralidades e as periferias festivas, constituindo visibilidades momentâneas e invisibilidades permanentes, direcionou-nos a pensar o município de Barbalha a partir desses territórios.

Metodologicamente, ao instigar valores, identidades, religiosidade, reconhecimento das práticas comunitárias no fazer festivo, nestas localidades, busca-se (re)criar e dinamizar os espaços, concomitante ao caráter de patrimonialidade aí inseridos, através da sensibilidade e identificação ao lugar. Nesta perspectiva, o bem cultural cumpre sua função social e política ao dar sentido identitário à preservação das memórias coletivas (JEUDY, 2005, p. 26).

### **As Centralidades e Periferias festivas**

A Festa de Santo Antônio de Barbalha, enquanto manifestação-espetáculo do município, agrega uma dimensão patrimonial ao seu histórico. Tal potencialidade a torna passível à absorção de políticas culturais, as quais visam processos de valorização da mesma, sem desprezar, portanto, sua estrutura espaço-temporal, o que vem legitimar o caráter tradicional da cultura popular no local como fator identitário inerente à formação histórica do município.

Essa potencialidade patrimonial da festa a redimensiona a uma visibilidade em escala nacional, exigindo maior controle sobre sua preservação e manutenção, valorizando, sobretudo, os aspectos intrínsecos a ela: a Festa do Pau da Bandeira e seus rituais, as trezenas litúrgicas de celebração ao santo, a procissão de Santo Antônio, assim como os atores que realizam essas manifestações: os carregadores do pau da bandeira e demais devotos.

Sendo a festa a principal representação identitária do município, essas manifestações, conforme Amaral (1998, p. 07),

[...] ocupam um espaço privilegiado na cultura brasileira [...] adquirindo, no entanto, significados particulares. Tendo sido, desde o período colonial, um fator constitutivo de relações e modos de ação e comportamento, ela é uma das linguagens favoritas do povo brasileiro. [...] Ela é capaz, conforme o

contexto, de diluir, cristalizar, celebrar, ironizar ou sacralizar a experiência social particular dos grupos que a realizam. [...].

É nesta perspectiva que a festa se torna um fator catalisador de diferentes sociabilidades, tornando o tempo festivo uma experiência de partilha dos espaços, de transgressão da ordem, impondo-se como uma espécie de caos planejado, indispensável e representativo. Nesse sentido, a Festa de Santo Antônio se insere em um processo não particularizado, mas de ativa complexidade. Ela deixa transparecer, a partir dos diversos elementos que a compõe, um cenário parcial e total. De um lado traduz “[...] uma relativa autonomia de significação e de estruturação organizativa. Por outro lado, só podem ser integralmente captados e compreendidos como parte de um todo.” (ARAÚJO, 1994, p. 15). São esses aspectos de complexidade inerentes a festa que nos faz (re)pensar a sua centralidade.

Amaral (2008, p. 443), classifica os rituais festivos como sagrados, profanos e sacro-profanos. Assim, inserida nestas denominações, a Festa de Santo Antônio de Barbalha classifica-se como uma festa sacro-profana que tem conteúdo mítico-religioso de base, envolvendo festejos profanos de alta relevância. Pois, a princípio, o que seria uma homenagem ao santo padroeiro, com o hasteamento da bandeira, sob influência do Padre Ibiapina<sup>1</sup>, ao longo dos anos passou a agregar outros festejos, sobretudo, a Festa do Pau da Bandeira, na simbologia sagrada da árvore como elo entre a terra e o céu. O acompanhamento do cortejo da floresta do Araripe à Igreja Matriz tornou-se a *via crucis* da simultaneidade do sagrado e do profano, onde orações e aguardente são indispensáveis ao cumprimento de renovação da fé.

Outros aspectos são a inserção do cortejo dos grupos folclóricos do município, destacando-se como uma festa à parte, na abertura dos festejos, na Festa do Pau da Bandeira. Também dar-se início às trezenas, quermesses no adro da matriz e *shows* no Parque da Cidade, finalizando com a procissão de Santo Antônio no dia 13 de junho, da qual comungam todas as capelas com os andores dos padroeiros filiadas à paróquia de Santo Antônio e São Vicente de Paula.

À justificativa da centralidade da Festa de Santo Antônio, atribui-se, além dos investimentos financeiros, turísticos, de mercado, a promoção da mesma pelos anseios dos participantes locais, Poder Público (municipal, estadual, federal, judiciário),

---

<sup>1</sup> “Padre Ibiapina foi advogado e Deputado Federal antes de ser sacerdote! Formou-se em Direito pela célebre Faculdade de Direito de Olinda e em todo o Nordeste chegou a construir cerca de 223 Casas de Caridade, igrejas, cacimbas, açudes, poços, escolas e cemitérios, desde o Piauí até Pernambuco! [...] Inclusive suas Casas de Caridade eram também hospitais, orfanatos e escolas profissionalizantes.” (NEVES, 1988, p. 10, v. 6).

entidade religiosas, mídia, patrocinadores, dentre outros agentes relacionados à produção espacial da festa (MAIA, 1999, p. 206).

Seu caráter peculiar de comemorar o santo: diversas festas dentro da festa, composta por rituais de celebrações que nos remetem ao catolicismo oficial e ao popular, integra as especificidades dos festejos como característica local e relevância regional.

E, mais recentemente, podemos atribuir à festa, características que a dinamizam, como as forças vetoriais: mítico-religioso, político-turístico, mediático-ecossistêmico (OLIVEIRA, 2011), o que favorece à espetacularização da mesma.

Dessa forma, “as festas populares se constituem em uma importante manifestação cultural que pode ter sua origem em um evento sagrado, social, econômico ou mesmo político do passado, e que constantemente passam por processos de recriações e atualizações; [...]” (CASTRO, 2012. p. 42), não aparecendo como um processo fechado, mas, aberto às tendências trazidas pelo tempo, sem perder a originalidade.

Perante o caráter da originalidade, da peculiaridade, da identidade e da memória, a Festa de Santo Antônio, hoje, integra as políticas patrimoniais, pois é um registro do Patrimônio Imaterial Nacional vinculado às tramas sociais, no que diz respeito às celebrações, aos ofícios, às formas de expressão, aos lugares, e aos edifícios à festa associados, compondo o processo de inventário e passíveis de serem inseridos no rol dos investimentos culturais.

Porém, em se tratando de aparato legislativo para o patrimônio, sobretudo o imaterial, que não se limita a um processo fechado, como já mencionado, vale inferir que a legislação que o contempla se encerra numa lógica positivista.

Como manter a autenticidade de um bem imaterial que por si só é mutável? A patrimonialização cultural “engessa” o bem, não levando em consideração a amplitude deste, e qualquer tentativa de alargá-lo, como por exemplo, inserindo-o além do aspecto eminentemente cultural, fragiliza-o perante a legislação vigente sobre patrimônio, muito embora o caráter de expansão cultural seja mencionado nos processos de salvaguarda.

Conforme Cabral (2011, p. 210), na sua análise sobre as Convenções da UNESCO para o Patrimônio Imaterial, o bem a ser patrimonializado e

[...] as ações em prol do patrimônio cultural imaterial deverão ser enquadradas em planos alargados e integrados que visem não apenas a salvaguarda do patrimônio cultural, mas também o desenvolvimento socioeconômico dos grupos e comunidades envolvidos, atendendo sempre às suas aspirações. [...]

Assim, a dimensão patrimonial da festa pode ser apreendida como parâmetros na inserção de outras manifestações periféricas aos processos de valorização que nos remetem também às estruturas simbólicas e espaciais e aos valores culturais do presente.

Em Barbalha, conforme já anunciado, tais manifestações se apresentam nos festejos dos padroeiros de localidades rurais do município: Sítios Santa Rosa (São Sebastião), Cabeceiras (Nossa Senhora de Lourdes) e Riacho do Meio (São José). Estas têm sua importância minimizada em detrimento de uma cultura e vida urbanizada, tornando-os subjugados a uma valorização pontual e inexpressiva.

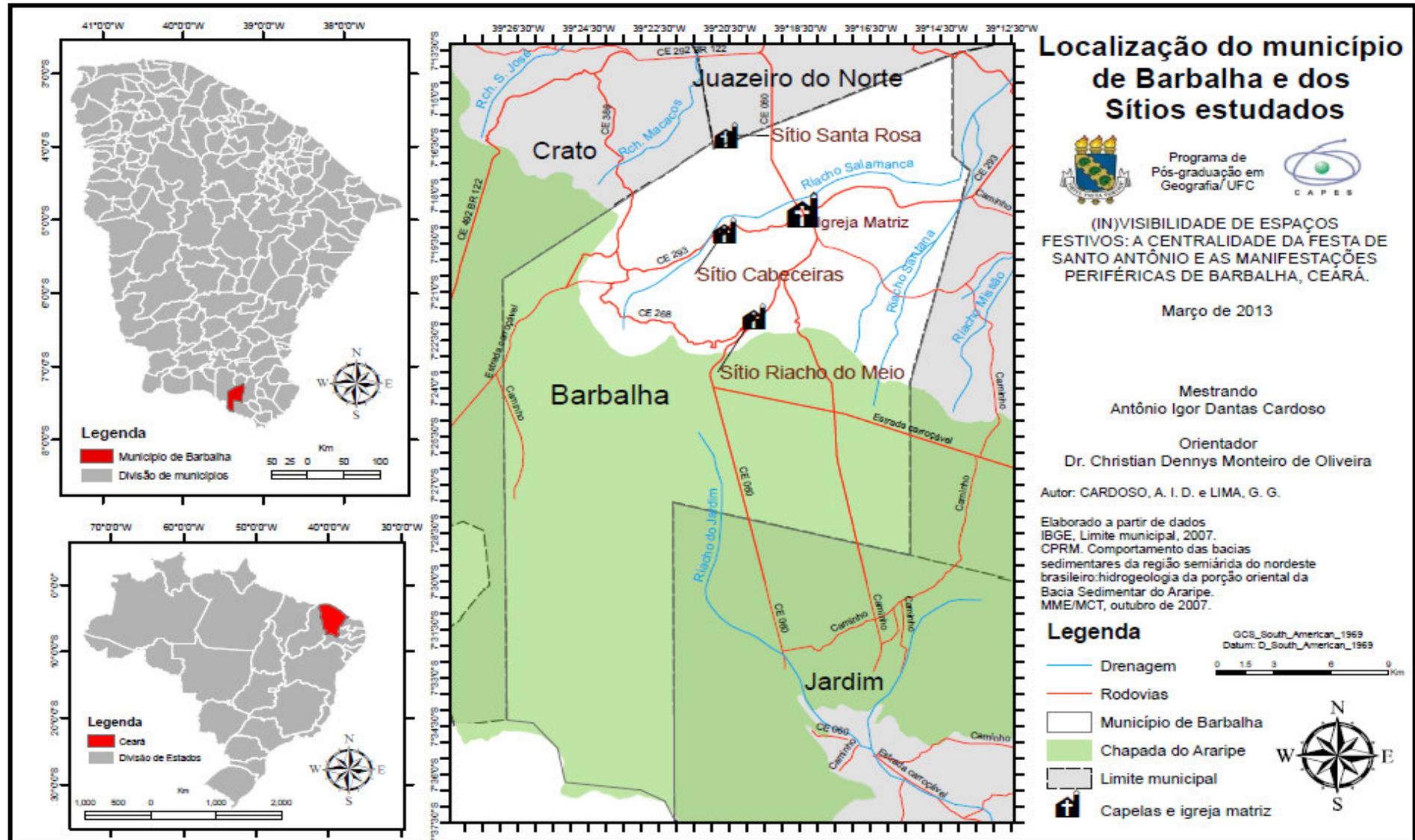
Além das festas dos padroeiros, estas comunidades também se respaldam com elementos histórico-geográficos representativos, conferindo ao lugar um caráter memorial. Cada um refaz partes relevantes da história do município de Barbalha: o movimento do cangaço materializado no Cemitério dos Fuzilados (Alto do Leitão) do Sítio Santa Rosa, a força do tradicionalismo devocional com os Penitentes Irmãos da Cruz do Sítio Cabeceiras, e os ícones da proteção ambiental da Chapada do Araripe com o Parque Ecológico do Riacho do Meio.

A análise desses elementos dar-se eminentemente em conformidade com o entorno da festa como forma de integração da patrimonialidade (POULOT, 2009), uma vez que a estrutura organizativa e o desejo de manter a tradição e o caráter memorial do lugar parte da própria comunidade, a qual atribui certa visibilidade às suas manifestações, embora invisibilizados pelas políticas culturais do município.

Dessa forma, pauta-se o estudo a partir de elementos contidos nestes lugares, os quais remete-nos à valorização da sua constituição histórica, inserido em escala municipal, e o quanto a estas manifestações agregam-se as relações de pertencimento, fruto das espacialidades construídas nestes lugares.

Salienta-se como justificativa que não podemos considerar o caráter de visibilidade patrimonial da Festa de Santo Antônio como o principal motivo da invisibilidade das demais manifestações. O desafio em pauta parte desta festa-espetáculo principal para encontrar em outros espaços, periféricos à festa, formas de inseri-los nos processos culturais de valorização, integrando-os aos processos da constituição histórica e memorial do município.

Neste aspecto cabe refletir: os processos patrimonializáveis de visibilidade podem ser um mecanismo de perda, enquanto que a invisibilidade pode nos garantir uma certa continuidade?



**Mapa 1:** Localização do município de Barbalha e dos Sítios estudados.  
Elaborado por: CARDOSO, A. I. D.; LIMA, G. G. de., 2012.

## Patrimônio e Memória

As abordagens dos temas propostos permitem discutir as manifestações periféricas à Festa de Santo Antônio de Barbalha como forma de subsidiar um estudo qualitativo que leve em consideração os aspectos intrínsecos do lugar, os desejos e significados das festas perante os sujeitos, que fazem parte da práxis cotidiana. Estes se enquadram aos grupos sociais que manifestam seus anseios através dos festejos populares, abrindo caminhos à valorização dos seus espaços e modo de vida, enquanto memória, às presentes e futuras gerações.

Uma vinculação dessas demandas à Festa de Santo Antônio será possível, uma vez que esta, enquanto patrimônio de caráter imaterial, absorve uma visibilidade que não é vista em outras manifestações espaciais do município: o que pretendemos denominar de invisibilidade dos espaços periféricos, das quais, também, emergem seu caráter memorial de cultura popular.

Daí, enfatizar a memória como fator espaço-temporal, que evidencia o processo, em que culminam as heranças deixadas por esses povos, de uma cultura material ou imaterial, da qual, hoje, buscamos uma preservação e/ou valorização. Embora,

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com idéias e imagens de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1987 *apud* ESTANISLAU, 1997, p. 26).

Logo, pensar o cultural (como manifestação da vida) nos direciona a busca de respostas num passado para a construção do hoje, através dos objetos e das experiências cotidianas, remetendo-nos a aspectos memoriais do espaço, pois,

Embora a memória seja basicamente um processo interno, a sua projeção não se realiza em um vazio: a memória precisa de espaço para ser ativada e estimulada. Neste sentido, lugares concretos, onde se realizam eventos, acontecimentos históricos, ou práticas cotidianas, e representações visuais (mapas ou fotos) e não visuais (literatura, música) podem servir como possíveis referenciais espaciais para a memória. (SEEMANN, 2002/2003, p. 44).

Assim, conforme Pollak (1992), a memória pode ainda ser tratada como um fenômeno coletivo e social, a partir de três critérios: acontecimentos, personagens e lugares, que poderão ser analisados:

- na abordagem à questão patrimonial dos espaços periféricos;
- na projeção e transferência do fenômeno na organização da memória individual ou coletiva;
- através de sua seletividade, pelos grupos sociais, e;
- como fenômeno construído individual ou socialmente, que nos leva a outro patamar da memória, enquanto sentimento de identidade.

Diante das invisibilidades dos espaços periféricos, e levando em consideração seus aspectos de memória perante os processos culturais, estes serão tratados a partir do estudo da espacialidade como categoria de análise,

[...] quando se ultrapassa a simples relação comunicativa que atua como canal de intersubjetividades e sociabilidades e se atinge a vinculação comunicativa, que transforma suportes frequentemente tecnológicos, em meios produtores de mediação que criam a atmosfera social, responsável por comportamentos, valores e ambientes de convivência (FERRARA, 2008, p. 12).

Dessa forma, atribuímos às festas a capacidade de podermos inferir especificidades a cada espaço, heterogêneo aos demais, extraídos dos grupos sociais que aí vivenciam sua cotidianidade, a partir das espacialidades construídas, como forma de analisar os fenômenos por processos comunicativos, considerada produto de interrelações múltiplas, sempre em construção (MASSEY; KEYNES, 2004).

Os “jogos simbólicos”, as representações, os valores, o lazer, a transgressão, o uso dos espaços, interpenetram no imaginário dos sujeitos a partir das transmissões da linguagem festiva, como um campo fértil para se entender as estruturas sociais aí expostas.

É com base nesse cotidiano e no reconhecimento dos sujeitos que o praticam, como pertencentes ao lugar, por meio de suas experiências, como mundo vivido (DI MÉO, 1996), que busca-se entender a lógica da questão patrimonial, sobretudo quando abordada pela Geografia, para a qual, “interessa considerar o patrimônio como campo de tensões sociais. E assim revelar como o passado é lembrado e representado. Revelar também as implicações que isso tem no presente e na construção das relações de “pertencimento” (NIGRO, 2010, p. 69).

Tais relações remetem à valorização da vida, à essência do ser no mundo, carregada de símbolos, crenças, mitos, inerentes à formação identitária do homem, de onde faz ascender, a partir desse caráter, o anseio para o entendimento dos conflitos gerados, e assim, procurar intervir na estrutura dominante.

Elucidamos, assim, o caráter preservacionista do patrimônio, quando este se insere na produção do espaço. No entanto, como nos sugere Nigro (*ibidem*, p. 70),

A preservação pode ser vista como uma forma de intervenção, tanto pelo seu caráter normativo como simbólico. Com relação ao caráter normativo, importa considerar suas formas jurídicas-administrativas, que impõem restrições às mudanças no uso e ocupação dos bens preservados e de seus entornos, impulsionando, diretamente o surgimento de novos modos de gestão e uso do território. Com relação ao caráter simbólico, deve-se ponderar que a consagração oficial que transforma alguns bens culturais em bens patrimoniais, lhes confere um efeito de diferenciação social, fazendo com que novos significados lhes sejam atribuídos.

São essas intervenções, atreladas às especificidades dos espaços com seus acontecimentos, personagens e lugares, do qual buscamos o caráter memorial, como mantenedores, também, da cultura e memória popular, capazes de subsidiar suas tradições, como elementos constituintes da dinâmica histórica do município de Barbalha.

Porém, vale ressaltar ainda que esses processos de patrimonialização devem fazer parte do desejo da própria população. Ao almejar a efetivação do bem como patrimônio, este deve ser inserido numa lógica social, na qual,

[...] procede primeiro do reconhecimento dos atores que, do grupo em que se afirmam, um objeto tem um sentido particular, em um dado momento, significando uma relação específica e coletiva no passado e no território. Esta patrimonialização pode incluir os mesmo objetos, os mesmos lugares que antes; mas não é sustentado pelo mesmo olhar. Ela tem uma ligação tênue com a regulamentação [...]. É um patrimônio que poderíamos qualificar de popular. [...] (RAUTENBERG, 2003, p. 02)

Tal afirmativa nos remete novamente ao termo “patrimonialidade” (POULOT, 2009), no qual coloca em evidência o patrimônio não institucionalizado, mas almejado pelo grupo social, em determinado espaço, dos elementos, para estes tomados como aspectos valorativos, possíveis de serem preservados.

E essa mesma ideia culmina com a proposta da democratização do patrimônio, que “implica, qualquer que seja a perspectiva, no fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade” (FONSECA, 1997, p. 74).

Logo, pensar o patrimônio, seja este material ou imaterial, e sua indissociabilidade, e independente de institucionalização, requer que este seja pensando como

[...] um espaço em que se constituem práticas sociais, cujas relações são a um só tempo complexas, dinâmicas e dependentes daqueles que nela se envolvem. [...] a polivalência dos espaços cria campos possíveis de práticas sociais diversas, [...]. Talvez, se partíssemos dessa concepção, sua preservação se daria em função da preservação das diversas possibilidades de interpretá-lo e nesta formulação, o material gera o imaterial, num processo circular e retroalimentado, sendo na prática impossível haver qualquer separação entre estes elementos. (COSTA; CASTRO, 2008, p. 126)

Dessa forma, ao almejar certo grau de autonomia perante processos de democratização do patrimônio, em busca de maior visibilidade do fenômeno, se faz necessário envolver, também, o outro, os visitantes.

Estes sujeitos tornam-se ativos nos debates para visibilidade no encadeamento da dimensão turística e midiática, e no desenvolvimento das intersubjetividades. Assim, não nos cabe reduzir o fenômeno apenas ao viés econômico, mas inseri-lo como elemento estruturante das espacialidades a serem construídas.

É nessa perspectiva de entrelaçamento da imaterialidade das festas, de integração dos sujeitos, de dinâmicas territoriais proporcionadas, de representações memoriais, que se dá a proposta de análise dos processos culturais que demonstram as valorizações aos significados específicos da patrimonialidade, como forma de resguardar a identidade de um povo e seu sentido de pertencimento ao lugar.

### **Proposta Metodológica**

A pesquisa enquadra-se nos fatores determinantes aos fenômenos a serem estudados: a centralidade visível da Festa de Santo Antônio e a invisibilidade das manifestações periféricas a esta, diante dos processos imateriais da patrimonialidade do município de Barbalha.

Para sua realização, o suporte da abordagem qualitativa se fez primordial para a análise dos significados, crenças, atitudes e aspirações nos processos das relações sociais, econômicas, políticas e culturais inerentes aos espaços festivos ora estudados.

Partindo dessa abordagem, o método fenomenológico, [...] no intuito de propiciar algumas condições e forças unificadoras na experiência humana do mundo, convida os indivíduos, a partir das suas próprias experiências, a buscar denominadores comuns na experiência dos outros. [...] (SANTOS, 2011, p. 74).

Esse método favorece a captação de dados, através de entrevistas, como a História de vida, que

[...] tem como ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva. Muitas vezes durante a entrevista acontece a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Esses relatos fornecem um material extremamente rico para análise. Neles se encontram o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 73)

Como também, a entrevista projetiva (*Ibidem*, 2005), que se utiliza de ferramentas visuais para obter informações mais profundas sobre os fenômenos a serem estudados, e assim, buscar uma melhor análise da intersubjetividade construída pelos entrevistados.

Esta análise, constitui-se por meio de entrevistas abertas e semiestruturadas a um grupo definido pelos organizadores das festas nas localidades rurais. Isto propicia captar as falas desses organizadores, instigados pelas lembranças dos momentos vividos nos seus espaços constituindo-se em duas etapas: a primeira etapa, a princípio, com abordagens pertinentes acerca dos festejos das localidades, as origens, os rituais, estrutura organizativa; a participação da comunidade, dos “outros(as)”: cidadãos, religiões, comunidades, turistas; dentre outras questões levantadas pelos mesmos para conhecimento do fenômeno. Num segundo momento, agora com a utilização de fotografias do espaço festivo, reconhecerão o lugar a partir de elementos contidos nestas; daí instigar os entrevistados a falar sobre os elementos e as vivências dos e nos determinados espaços. Tal ferramenta constituirá imagens mentais, que incidirá, diretamente, sobre o caráter de pertencimento dos entrevistados para com o fenômeno.

Ao integrar a ideia de imagens mentais, podemos inferir sobre a cartografia humana, que busca a construção de mapas entre pessoas, devendo “se concentrar na experiência humana do espaço e retratar os encontros humanos com a “realidade” (SZEGÖ, 1987 *apud* SEEMANN, 2010, p. 06).

Para tal feito, a entrevista projetiva estimula a análise das diferentes percepções espaciais extraídas dos sujeitos, e os conflitos gerados no tempo e no espaço, ao mesmo tempo em que se pode perceber a evolução dos fenômenos a partir das mesmas vozes, como construção das realidades encontradas.

Na segunda etapa do processo metodológico, o uso das fotografias dos festejos, agora ampliadas e expostas à visitação pela comunidade, tem como função fazer as

pessoas interagirem com as mesmas, e daí expressar as vivências do momento retratado. Nessa oportunidade cabe capturar e analisar as falas, perante as surpresas, emoções, enfim, lembranças que as manifestações podem trazer para os sujeitos e para o lugar.

Essa metodologia permite (re)criar um novo olhar sobre o espaço, buscando uma interação mais subjetiva com este, criando vínculos identitários mais profundos, (re)criando o sentido de pertencimento ao lugar, tanto do morador quanto do visitante, e destes, para com o município.

As invisibilidades desses espaços inserem-se à metodologia agregando seus valores historiográficos, passíveis de processos de patrimonialização. Assim, num raciocínio dialético, as invisibilidades, e seus efeitos projetivos, tendem tornar-se micro visibilidades interativas.

Estes esboçam características simbólicas de grande relevância ao município de Barbalha, sobretudo ao tratamento dado aos aspectos tradicionais incorporados aos anseios subjetivos de valorização das manifestações aí ocorridos. Desse modo, nos permite integrá-los à análise do espaço festivo, o que condiciona o uso efetivo pela comunidade do seu *habitat*, na consolidação e compressão das espacialidades construídas.

O suporte para tal integração concretiza-se pela análise comparativa sobre a vertente da patrimonialidade, desencadeando o caráter extremamente concentrador e visível de um patrimônio institucionalizado em detrimento das invisibilidades, também passíveis de políticas culturais/patrimoniais.

O movimento de desconcentração dessas políticas pode se representado pela possibilidade da participação das outras festas de padroeiro e demais manifestações na Festa de Santo Antônio. Tal feito acarretaria a ampliação das políticas culturais da municipalidade, no sentido de ampliar também os significados específicos de cada lugar.

De posse dos processos históricos constituintes de tais manifestações, e do arcabouço metodológico executado, a apreensão dos fenômenos analisados cumpre com a intenção de que os sujeitos envolvidos (festeiros) se reconheçam enquanto transformadores das suas espacialidades.

Construídas socialmente, os sujeitos tendem a se apropriar destas como parâmetro de mudança ou de interferência na sua própria constituição espacial. Daí a justificativa de termos na festa, enquanto tempo interativo, a oportunidade de vivenciar

e/ou integrar a diversidade de grupos sociais, partilhando dos espaços festivos, atribuindo novos significados aos lugares e participando das políticas neles inseridas.

Por objetivar a caracterização e interpretação das dimensões territoriais da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, com base nos indicadores patrimoniais de visibilidade/invisibilidade (MERLEAU-PONTY, 1980) das manifestações do município, cabe-nos explorar algumas especificidades que nos direcionem ao entendimento do fenômeno, para que possamos refletir sobre sua constituição dada no presente momento.

Dessa forma, procuramos no primeiro capítulo revisar as representações históricas, políticas e simbólicas que as festas populares assumem no contexto histórico mundial, nacional, e também contemporâneo da região do Cariri, buscando nos mitos, lendas e superstições o teor místico com que a cultura popular foi se constituindo, até chegarmos à atualidade com as festas de padroeiro(a).

No que diz respeito à visibilidade central da Festa de Santo Antônio de Barbalha, o segundo capítulo respalda essa abordagem a partir das concepções histórico-geográficas da mesma. Os atores/organizadores dão o aspecto ideológico à festa, desde sua constituição, relacionando o papel dessa manifestação com o lugar, através das suas diversas possibilidades de interpretação.

Do ritual religioso ao espetáculo midiático, encontramos na festa suas superações e fragilidades intrínsecas às crenças e aos rituais praticados, as inserção ao apelo turístico através dos investimentos e políticas culturais dinamizados por forças vetoriais (OLIVEIRA, 2011).

A análise das invisibilidades periféricas - Sítios Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do Meio, e suas festas -, será tratada no terceiro capítulo, a partir dos processos de organização das mesmas, seja na interação entre a/as comunidade(s), os investimentos e apoios, como também, o uso do espaço, na integração das representatividades histórico-geográficas, na apropriação destas, pela sua população, e os sentidos de pertencimento que ambos podem proporcionar.

Além do fato de analisar as disparidades, quanto aos processos culturais, dos quais não são inseridos, perante a centralização visível da Festa de Santo Antônio, são nas vozes dos sujeitos das localidades, nas suas festas, que os mesmos se impõem. As visualizações do mural fotográfico geram falas, apelos, críticas, felicitações a respeito das suas manifestações, colocando-nos diante de um jogo de sentimentos que afloram na subjetividade das vozes da comunidade.

Assim, buscaremos no quarto capítulo interpretar os caminhos e os obstáculos das políticas culturais nas escalas local/regional frente aos desafios da visibilidade para a valorização das manifestações populares.

Portanto, todas as questões supracitadas são reflexões pertinentes, nas quais propomos a compreensão dos fatos tratados, servindo de base para outras formas de pensar as questões culturais da municipalidade tão relevantes à constituição da identidade local.

## 1 “FESTAS PRA QUÊ VOS QUERO”: JÚBILOS OU DOMINAÇÃO?

Poderíamos precisar uma cronologia para determinar o surgimento das festas? Elas surgiram em que(ais) civilização(ões)? As festas seriam uma necessidade do homem, ou uma estratégia animadora de dominação? Qual(is) o(s) tempo(s) da festa? E o(s) seu(s) espaço(s)? Quem são os sujeitos da festa? O que faz uma festa tradicional se espetacularizar?

Pois bem. Interrogações como estas nos levam a pensar o fenômeno das festas, não apenas como uma atividade que nos condiciona a sair de casa, preparar o corpo e a mente para o festejo, separar o dinheiro para o consumo festivo. Conscientemente, tais atos são praticados, mas inconscientemente, outras demandas implícitas a estas práticas também são realizadas.

As festas proporcionam aspectos de sociabilidade. Dá-nos possibilidade de renovação dos ciclos da vida humana, atualizando-os. Coloca-nos diante do estranho, e nos faz estranhos, porém “próximos”. Permite-nos enfrentar, com regozijo, o dia-a-dia. Impõe-nos discernimentos sobre os valores e normas da vida social. Faz transgredir o espírito festivo entre o sagrado e o profano, permite excessos, inversões. É ela própria, a festa, que promove a identidade cultural, colocando no espaço-tempo, a volta à origem, permeadas por trocas culturais. Contudo, é “[...] síntese de mediações” (AMARAL, 1998, p. 10).

Nestes âmbitos, atribui-se ao fenômeno três características mais significativas, conforme Souza (2009, p. 100): “seu caráter celebrativo, seu aspecto subversivo e sua função ritualística”, onde se coloca em evidência, dentre os vários tipos de festas, as festas religiosas, que coaduna com a proposta aqui pretendida: as festas de padroeiro do município de Barbalha. E no entendimento dessa caracterização, o autor respalda-se nas seguintes justificativas:

[...] a festa é ritual, porque é sua realização repetitiva que permite reverenciar a memória do santo, por exemplo. Ela é celebração, porque é a exaltação coletiva dos sentimentos de liberdade das amarras da vida cotidiana. E é subversão porque é a possibilidade de fugir às regras impostas por um instrumento de poder. [...] (*ibidem*, p. 101)

A partir destes aspectos, a percepção das festas, ao longo do processo histórico da humanidade, se apresenta como uma transgressão do ser perante um conteúdo

mítico-religioso celebrativo, um elo entre o homem e o sobrenatural, o devoto e o santo, enfim, que traz na sua conjuntura festiva o (re)avivamento de um grupo social.

O homem é um ser festivo (*homo festivus*). Logo, a festa surge com o surgimento do homem, diante da sua capacidade de consolidar atividades que viabilizem sua vivência na Terra. Na era do Paleolítico, vivendo em cavernas, as formas de linguagem, comunicação e expressão dos seus sentimentos estão representadas nas suas esculturas em ossos, pedras, madeira e nas pinturas rupestres. A sensação de movimento do corpo dentro de um padrão rítmico se tornava prazeroso; assim, a dança foi ambientando sua realidade e imaginação.

No Neolítico, com o domínio do fogo - e passando do sedentarismo ao nomadismo -, o homem pôde desenvolver técnicas para a consolidação das primeiras civilizações: agricultura, domesticação de animais, acumulação e troca de materiais, divisão do trabalho. Com essa formação da sociedade “primitiva”, as regras, os valores, os hábitos, o *habitat* foram incorporados aos sentidos de interpretação do místico e do sagrado (MURRAY, 2005, p. 22).

O politeísmo estava presente nessas civilizações. As performances, danças e cânticos em torno dos elementos da natureza contribuíam com o misticismo dos festejos, que

[...] eram dedicados aos deuses para proteção do plantio e da colheita. Comemorando a entrada da primavera, o nascer do sol e a prosperidade da comunidade, essa prática difundiu-se por toda a bacia do Mediterrâneo no mundo antigo. No Egito, destacavam-se os cultos à deusa Ísis e ao touro Ápis. Na Pérsia, as festas eram para a deusa da fecundidade Anaitis e para o deus do sol Mitra. Na Fenícia, celebrava-se Artarte, deusa da fecundidade, e Adônis, seu divino amante. Em Creta, comemorava-se a Grande Mãe, deusa protetora da terra e da fertilidade [...] (*ibidem*, p. 22-23)

Tantas outras foram as formas de adoração aos deuses, conjugando diversos elementos míticos, reflexos dos modos constitutivos das civilizações, sempre apresentando aspectos ligados à sexualidade, às transgressões sociais, à fertilidade, com procissões e êxtases coletivos, danças, músicas, dentre outros fatores que faziam da festa uma mediação do mundo real e do mundo utópico.

Enquanto expressões máximas de seus hábitos, valores, comportamentos, as festas dinamizavam e autoafirmavam a conquista de novos territórios e povos, por suas maneiras de cultuar os seus deuses e fazer prevalecer suas culturas.

Segundo Câmara Neto (no prelo), essas variadas formas de religiosidade se imbricam, compondo um vasto hibridismo cultural, contribuindo por séculos com o acúmulo das religiosidades católica, islâmica, africana, cada qual permeada de crenças, rituais, feitiçarias e superstições.

E o caráter rural também se fez prevalecer através do misticismo, dos cultos à natureza e crenças pagãs, diferenciando-o dos preceitos ortodoxos do catolicismo oficial, que não conseguindo extingui-los na sua totalidade, permaneceram, assim, manifestando-se no puro sincretismo popular, desencadeando o que atualmente conhecemos como as festas de santos e romarias.

Tais afirmações soam com tanta verdade e veemência que com o advento do cristianismo, como religião oficial desde o império romano, as festas se tornaram um espelho que refletiam e refletem suas aspirações de mundo, homogeneizando a fé juntamente com a instituição do Estado.

Como exemplo, podemos inferir, a partir destas, como foram promovidas, sobretudo no Brasil, como estratégia de dominação e apropriação do espaço e das sociedades indígenas, ainda existentes.

## **2.1 Descobrimos novos territórios. Vamos comemorar!**

Deve-se considerar que as manifestações populares, nas quais hoje nos debruçamos, foram compostas por um pluralismo cultural: aspectos das civilizações europeias trazidas pelos colonizadores, a cultura indígena e a africana. Embora, como nos alerta Câmara Neto (no prelo), as heranças feudais, já impregnadas na cultura portuguesa, foram o que definiu a mentalidade religiosa no Brasil, através das experiências místicas da organização eclesiástica e dos diversos aspectos da cultura popular, entre estes, os religiosos.

Afirmando “[...] a perenidade das instituições de poder” (DEL PRIORE, 2000, p. 09), as festas no Brasil foram introjetadas de acordo com os processos de colonização europeia no território. O papel do Estado - na figura legitimada do Rei, e a Igreja católica - com os jesuítas, respaldaram a continuidade das festas europeias na colônia.

Servindo como “modo de ação” para catequizar os índios e para tornar suportáveis os “estranhamentos” - povos, clima, plantas, animais -, as festas, como síntese de mediação, facilitaram o transplante do modelo social europeu para a colônia tropical (AMARAL, 1998, p. 58-59).

Cascudo (1969) ressalta o papel da Igreja na (de)formação dos cultos pagãos, até então vigentes, em festas de caráter, eminentemente, católicos, propondo, sobretudo, como legitimação dessa instituição, a elaboração do calendário festivo cristão, o qual mencionaremos mais adiante:

- As festas de Afrodite comemoravam a fartura e realizava o culto ao florescimento da terra. Transformou-se no “Mês de Maria”.
- As festas dos maias, com cantos e danças pagãs dos maias. Agora, Festa do Divino;
- As Janeiras, festejavam o novo ano com rituais de feitiçarias e realização de sortilégios e previsões. Denomina-se, agora, de Festa de Ano Novo, sem necessariamente abandonar os rituais anteriores;

Assim, as festas foram sendo desvencilhadas do paganismo e inseridas no rol da religiosidade católica. Muito embora,

[...] toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar, assim, um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso. [...] (DURKHEIM, 2000, p. 547)

É importante considerar que as festas pagãs eram realizadas com a religiosidade própria das sociedades e suas culturas, adorando os deuses de acordo com seus preceitos de fé, e temendo-os de acordo com seus anseios. O que cabe evidenciar aqui são os processos com que a Igreja Católica se impõe perante as outras formas de religiosidade popular, (re)negando-a um espaço sagrado, pelo simples fato de que essas formas de religiosidade - africana, protestante, indiana, espírita ou pagã, e até mesmo de um catolicismo popular - não constituem um corpo eclesial, nem doutrinário romanizado.

Outras manifestações, com uma razoável independência de hierarquia eclesiástica, diferente do caráter sistemático do catolicismo oficial, com uma relação quase íntima com o sagrado, humanizando-o, sentido-o próximo, com métodos próprios dos devotos, transmitidos oralmente, ou seja, uma religiosidade vivida, distingui-se da religiosidade doutrinária (CÂMARA NETO, no prelo), que os considerava sem fé e religião, logo, profanas, foram sobrepostas às novas celebrações, criando novos segmentos festivos dispersos pelas regiões.

Essa distinção entre o sagrado e o profano, presente nas adversidades sociais religiosas, era uma típica característica para conseguir a separação das festas oficiais das

festas populares, para daí eliminar de vez os cultos indiferenciados da fé católica. Assim, Amaral (1998, p. 50) complementa essas informações afirmando que estas festas não são opostas, mas múltiplas, elas coexistem, e não se enfrentam, elas se confundem, e são igualmente mobilizantes, pois estabelece os momentos vividos pela sociedade, com funções específicas, de linguagem e comunicação.

Nesta perspectiva, os rituais realizados, principalmente durante as festas religiosas, tinham, através da comunicação, o objetivo de convencer o povo dos dogmas católicos. Estes passaram a configurar-se por encenações teatrais para impressionar o público, e eram as procissões um das cenas que configuravam tal política.

Apresentação de cenas apelando para a discriminação das outras culturas, negros e índios; legitimando o poder a partir dos continentes conquistados, África e América, como vitória dos colonizadores; associava os colonizados a animais, como jacarés e cobras, como elementos do mal e perigosos; ainda, integravam ao cortejo atos penitenciais, provando que os mesmos deviam ser tementes a Deus, e aos preceitos da igreja católica. (OLIVEIRA, 1999, p. 70).

Essas afirmações coadunam com as ideias de Del Priore (2000, p. 49), que enfatiza: “[...] a mistura entre o sacro e o profano valia para diminuir e caricaturizar o pagão, o inculto, o diferente do europeu branco e civilizado. Os mitos pagãos eram assim esvaziados e recuperados para serem vivenciados exclusivamente como parte da festa [...]”.

No entanto, colocando em evidências as relações entre colonizados e colonizadores, pode-se inferir, conforme Amaral, (1998, p. 49-50), que as festas religiosas representam um espaço imaginário, onde os homens constituem uma unidade não hierárquica, uma unidade mítica, sagrada, diferenciando-os do homem do sistema social, hierarquizado e profano.

Assim, nos remetemos a Mircea Eliade (1992, p. 54), quando o mesmo infere que para o homem religioso, o tempo e o espaço não são homogêneos ou contínuos, eles apresentam rupturas. Há um espaço significativo, forte, que é o sagrado, e outro sem estrutura, sem consistência, o caos (profano). Como também, dois tempos, ou temporalidades, um profano, vinculado ao cotidiano, e um sagrado, marcado pelas festas periódicas (COUTO, ?, p. 1-2).

Essas rupturas são mostradas ainda por Eliade, quando o mesmo, em sua obra, esboça um diálogo sobre a transformação do espaço profano em espaço sagrado, o que coaduna com as primeiras iniciativas das missões católicas e seus preceitos, em eliminar

os cultos pagãos, os quais associados a outras manifestações resultaram no que hoje conhecemos como cultura popular, (re)configurando-os em manifestações de cunho sagrado, como estratégia de dominação pela cultura.

Rosendahl (1999, p. 233-235), aborda a dualidade sagrado/profano, distinguindo-os entre dois aspectos: o espaço-tempo sagrado, dotado de valores, que “[...] eleva o homem religioso acima de si mesmo [...]”, do qual diferencia da sua vivência cotidiana, podendo essa experiência ser realizada em torno de uma área (espaço sagrado fixo), possuidor de uma territorialidade, também sagrada. Ou a experiência se constitui pela sacralidade móvel, onde não tendo um apoio territorial (uma área) definido, se realiza pela mobilidade do homem religioso num espaço, para ele, simbólico.

E o espaço-tempo profano, essencialmente contrário e desprovido do sagrado, porém articulados: direta, indireta e/ou remotamente ao espaço sagrado. Segundo Rosendahl (*ibidem*, p. 240), esses elementos se constituem e se organizam por lógicas próprias.

O espaço profano diretamente vinculado ao sagrado apresenta forte ligação com as práticas religiosas: o comércio e os serviços vinculados ao sagrado; o espaço profano indiretamente vinculado coloca em evidência o uso do espaço, comum aos moradores, pelos mesmos e pelos peregrinos: o espaço residencial, comercial e de serviços, como também o consumo do lazer; Já o remotamente vinculado, os elementos profanos “[...] independem total ou parcialmente do religioso, o sagrado não mais ordena a organização espacial, (...) uma realidade diferenciada da realidade sagrada.”

Essas questões, muito embora ganhem maiores respaldos nos tempos atuais, fazem-se importantes no reconhecimento da evolução que essas práticas religiosas foram adquirindo na gestão e organização dos espaços (sagrados e/ou profanos).

As práticas do passado têm uma notoriedade histórica pontuada pela conquista do europeu branco e católico sobre os negros e indígenas de religiosidades pagãs. Com isso, a evidência de espaços sagrados que mobilizam as massas religiosas, possibilitou também o (re)aparecimento da religiosidade popular, esta contrária a doutrina católica, mas que se enraíza no tempo e no espaço próprios de quem as pratica.

No entanto, as práticas festivas apresentam uma associação entre o sagrado e o profano numa relação tênue. O sagrado e o profano se impõem, ora por momentos, ora por lugares, e muitas vezes confundindo-se. O primeiro mais estrutural, e o segundo

mais funcional. Mas ambos se interpenetram na festa, (re)atualizando a cerimônia ritualística e a festividade.

Esses dois pólos, cerimônia e festividade (AMARAL, 1998, p. 38; TEIXEIRA, 2011, p. 13) coadunam com o sagrado e o profano, e são abordados como componentes constituintes das festas, surgindo assim três tipos: as de extrema amplitude ritualística (cerimônia), que fogem dos ritos cotidianos; outras consolidam-se como puro divertimento (festividade); e as mistas, onde cerimônia e festividades se confluem. Dessa forma, Teixeira (*Ibidem*, p. 15) complementa:

Este carácter misto e paradoxal (de cerimônia e de festividade) constitui pois uma primeira definição objectiva da festa. Toda a festa, por um lado, tem por referente um objecto sagrado ou sacralizado (...) e, por outro, necessita de comportamentos profanos. Sem espírito e corpo não há festa. [...]

Com a inteligibilidade da citação, o sagrado e o profano nas festas - sobretudo religiosas católicas, as quais abordaremos no decorrer do trabalho -, irão permear o carácter festivo, de certa forma, que em alguns momentos podem confundir-se, mas também mostrar-se separadamente, enfim, é a base para o “festar”, como bem nos sugere Brandão (1989): sendo aquilo “tudo o que se deve fazer em uma festa popular”. E nesse “fazer”, estão implícitas as perspectivas sacro-profanas.

Como já mencionado anteriormente, a Igreja - como estratégia institucional de poder sobre a sociedade, na implantação de hegemonia católica e eliminação do paganismo durante os concílios efetuados entre esta e o Estado, ainda nos séculos IV e V, e posteriores -, deliberaram grandes controvérsias do cristianismo. Dentre estas, a definição de festas cristãs, substituindo, assim, as festividades pagãs, tidas como profanas, por festividades da ordem católica, sagradas.

As festas religiosas católicas, dessa forma, estabelecem “[...] um calendário que demarca os tempos e organiza grande parte da nossa vida social. [...] (STEIL, 2001 *apud* SOUZA, 2009, p. 106). Constituído por ciclos festivos, denota um efeito de uso do tempo e do espaço, uma vez que muitas festas não se restringem apenas a uma data, como as festas de padroeiros(as), mas dias, semanas, mês.

Estas festas, comemoradas intensamente em determinados lugares, em diferentes períodos do ano, e com atividades diversificadas, de acordo com as condições de realização, mobilizam contingentes populacionais, proporcionando mediações: homem/natureza, povo/Estado, fiéis/santos, tempo/espaço.

A tabela 01, a seguir, é um demonstrativo dos ciclos festivos celebrados pela Igreja Católica, no seu calendário litúrgico cristão, conforme Souza (2009, p. 106-110):

CICLO FESTIVO	PERÍODO (OU DATAS)	O QUE É CELEBRADO?
<b>Ciclo Pascal</b>	Datas móveis (iniciando-se entre o mês de Fevereiro, e finalizando no mês de Abril)	Em torno da celebração da morte e ressurreição de Jesus, desenvolveu-se todo o Ciclo Pascal do Calendário Litúrgico Cristão, marcado pela penitência e confissão, mas também pela alegria e júbilo do Cristo crucificado e ressuscitado. Neste período corresponde a Quaresma, a Semana Santa, com a Paixão de Cristo, a Páscoa, e Pentecostes.
<b>Ciclo Mariano</b>	Mês de Maio	Integralmente dedicado à Maria, com a coroação de Nossa Senhora, ao final do mês. Mas também é realizada a festa de Pentecoste, quando completa os 50 dias, após a Páscoa, da descida do Espírito Santo sobre os discípulos de Cristo, mais conhecido como Festa do Divino, encerrando o ciclo da ressurreição.
<b>Ciclo Junino</b>	Mês de Junho (de 13 a 29)	Comemoram-se os três santos da família: Santo Antônio, dia 13, São João, dia 24, e São Pedro, dia 29. Demarcam um ciclo de colheitas. E por terem os “populares” com intensos adeptos, essas festas expressam claramente o modo de apropriação destas pela igreja.
<b>Ciclo do Rosário</b>	De Agosto a Outubro	Trata-se do período de grandes celebrações religiosas, representativa do hibridismo cultural produzido pela fusão histórica de origem européia, africana e indígena, com a Festa do Rosário, em Outubro. Muito embora, em Agosto, celebra-se a Assunção de Nossa Senhora.
<b>Ciclo Natalino</b>	De 24 de Dezembro a 06 de Janeiro	Comemora-se o nascimento de Jesus Cristo, com folguedos natalinos: o pastoril, o bumba-meu-boi, a cavalhada, a chegança, que fazem referência à Noite de Festa e ao dia em que Jesus nasceu. Finaliza-se com a folia de Reis, em janeiro.

**Tabela 01:** Calendário Católico Festivo  
Organizado por: Antônio Igor Dantas Cardoso, 2012.

O calendário, ao marcar uma pontualidade festiva entre os fiéis, denota, como já mencionamos, um tempo cronológico, fixando datas, semanas, mês para a celebração. Mas ao festejar, um outro tempo também se faz presente, o tempo da festa, que segundo Maia (1999, p. 200), “[...] é marcado, usualmente, por uma compreensão do movimento histórico, em que se releva o caráter de tradição; [...]”, não uma tradição de cunho conservador, mas uma (re)atualização dos valores, crenças, hábitos, signos e significados expressos na festa.

Um retorno às origens, como sugere Teixeira (2011, p. 23), “[...] é anamnese, memória, ressurgimento, elisão da mortalidade. Por isso, o tempo das origens<sup>2</sup> não é o cronológico, mas um tempo sagrado.

O autor ainda nos coloca que o tempo da festa religiosa é simultaneamente mítico/intemporal (na evocação) e linear/temporal (nas vivências). Assim,

[...] A festa é um grande símbolo mediador entre tempo e eternidade, (...) deriva do fato de o seu tempo ser um tempo fora do tempo. (...) a festa, repetindo-se, simula a eternidade, revive o tempo mítico original e unitário (...). O caos festivo, simbolizando o caos originário, reveste-se de um poder regenerador. O elemento recreativo da festa designa não só a recreação/recreio, mas, sobretudo, a criação/regeneração. [...] (*Ibidem*, p. 10).

Nessa simultaneidade de tempos, e não à toa, Amaral (1998, p. 40), amparada em Mauss (1974), nos traz a festa como um fator social total, quando afirma que “[...] tudo é festa durante o tempo da festa [...]”, período de trocas cerimoniais-materiais e simbólicas. O espaço também adentra a esta perspectiva, quando, durante os tempos da festa, o mesmo se sobressai pelas novas funções a ele atribuídas: um espaço que permita a sua realização, mas também o caráter de espacialidade ali construída.

Nas entrelinhas das dinâmicas festivas religiosas, a igreja, as ruas, as praças, se dispõem enquanto locais privilegiados das festividades. Sendo palco de representação do ato coletivo, esses espaços são preenchidos através da mobilização populacional, e que a estes denotam, temporariamente, uma representatividade simbólica. Há uma movimentação diferenciada na cidade. A massa converge a um só espaço, ou se dilui em entre os espaços festivos.

Os espaços não são os mesmos no tempo da festa. Há novas apropriações e outras organizações. Os festeiros, os ambulantes, os organizadores determinam os limites impostos da fronteira do “festar”. Até mesmo os cartazes se impõem, estabelecendo “por escrito a ordenação dos espaços e momentos da festa” (Brandão, 1989, p. ?). Assim, e de certo modo,

[...] tudo o que acontece nos dias de festa é uma sequência de cerimônias regidas pela ideia de vagar pelas ruas e do entra-e-sai de igrejas e casas,

---

<sup>2</sup> À respeito do tempo das origens, o autor se interroga: que origens? No qual, tem-se como resposta três tipos: “[...] uma origem divina indiferenciada (origens cosmogônicas, origens míticas dos tempos em que o *in illo tempore* [em tempos idos] se situa fora da história); uma origem divina pessoalmente (origem criacionista na tradição judeo-cristã: Criação e Aliança na tradição judaica, Nova Criação e Nova Aliança na tradição cristã); origens históricas (dos Fundadores). Mesmo neste último caso, a evocação da origem fundadora reveste-se de uma dimensão mítica de transcendência. [...]”

unificando com o rito justamente as polaridades que existem (...) mas entre também tudo aquilo de que elas são símbolo: o sagrado e o profano, o feminino e o masculino, a devoção e a diversão, a restrição e a permissividade. (*Ibidem*).

Esses mesmos espaços são intermediados por agentes da produção espacial da festa (MAIA, 1999, p. 206-214). Entre estes: os participantes, pois não há festa sem participação, que vai desde os organizadores àqueles ávidos apenas por divertimento; o poder público (governo municipal, estadual, federal), que interfere no espaço da festa estabelecendo limites de localização, horário, ocupação, sobretudo de ambulantes;

O poder judiciário, disciplina determinados aspectos da festa ou coíbe excessos; Líderes “místicos e religiosos”, como os pajés, nas aldeias indígenas, ou os padres, nas festas católicas, organizam os rituais nos espaços festivos, resultando na legitimação, ou não, da sua autoridade.

A mídia, tendo papel preponderante na divulgação da festa, pode reforçar a importância do ritual festivo, ou divulgá-la como espetáculo, incidindo diversos fatores; assim como os patrocinadores, atuantes nas festas de dimensão espetacular, com apelo à imagem da empresa, e conseqüentemente mercadológico, e ainda, inserindo-se, ou restringindo-se aos espaços de maiores usos pelos participantes, os de caráter simbólico.

Dessa forma, coexistem dentro do espaço da festa diversas categorias interativas, confluindo ou conflitando, na busca de estabelecerem as relações que emanam dessa prática: simbólica, afetiva, econômica, ideológica. Contudo, há outras vertentes das quais se podem tratar o fazer festivo, principalmente por este ser constituído pelo caráter de mediação.

O uso dos espaços na festa refletindo a relação entre o homem e o meio é um bom exemplo desse caráter: pensar e perceber o espaço a fim de valorizá-lo. Isso nos remete ao lugar geográfico-humanístico, no qual as relações são pautadas pelos sentimentos simbólicos, incidindo no processo de pertencimento, entremeados pelas experiências do cotidiano, e de certa forma propagado na festa pela sua simultaneidade temporal.

É nos lugares da festa onde as trocas são efetuadas entre o “eu” e os “outros”, numa alteridade vivida, na construção das identidades, na afirmação dos encontros, nas emoções, na memória, individual e coletiva, definindo uma unidade dos participantes. Pois,

[...] A festa é uma viagem: vai-se a ela e ali transita-se pelos seus lugares. Por isso o desfile, o cortejo, a procissão, a folia e tudo o mais que possibilite fazer deslocar, entre as pessoas e pelos lugares que a própria festa simbolicamente reescreve e redefine: sujeitos, cerimônias e símbolos. [...] (BRANDÃO, 1989, p. ?).

Dessa forma, atribuímos às festas, a partir de espacialidades construídas, como forma de analisar os fenômenos por processos comunicativos, a capacidade de podermos inferir especificidades a cada espaço, heterogêneo aos demais, extraídos dos grupos sociais que aí vivenciam sua cotidianidade.

Os “jogos simbólicos”, as representações, os valores, o lazer, a transgressão, o uso dos espaços interpenetram no imaginário dos sujeitos a partir das transmissões da linguagem festiva, como um campo fértil para se entender as estruturas sociais aí expostas.

Assim como o tempo, o espaço da festa também se desdobra, para além da localização. A festa permite um enlaçamento das espacialidades constituídas nas dinâmicas sociais, as quais transplantadas para o momento festivo se sobressaem como momento vivido, como espaço-espelho, que entre o secreto e o sutil funda e refunda a sociedade, periodicamente, (re)produzindo-o (DI MÉO, 2001, p. 02).

Efêmero e simbólico, o espaço da festa define lugares e territorialidades idem. O primeiro é exposto enquanto um conjunto amalgamado de sentidos, experiências, desejos, dos atores que o praticam na realidade cotidiana e na festa, onde se intensifica, atribuindo-lhe, assim, novos significados à medida que desvendam o próprio lugar. O segundo busca superar as barreiras da apropriação do poder político, enfatizando a apropriação simbólica do território, construída pela multiterritorialidade do vivido, dos valores de uso, enquanto processo do espaço socialmente construído. (HAESBAERT, 2007, p. 21)

Assim, as festas - particularizadas neste trabalho -, ganham essas dimensões geográficas de lugar e territorialidade quando se define os modos de organização e participação dos sujeitos/atores, gestores culturais e expectadores.

O elo em que se configura os festejos rurais dos Sítios Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do meio com a Festa de Santo Antônio está na transmissão simbólica do festejar: participação das comunidades nas trezenas, no cortejo dos grupos folclóricos, na procissão do padroeiro municipal, permeando o imaginário dos sujeitos numa interação entre os espaços, o seu e o dos “outros”.

A festa legitima essa diversidade de lugares num espaço territorializado por configurações simbólicas. O que se vivencia no cotidiano se transmuta em novas vivências: as da festa. Com as mobilidades humanas, atraídas pelo “festar”, o espaço se reveste de características “multi”, diferentemente do tempo linear, e, sobretudo para os sujeitos, a partir do encontro com o “outro”.

Para os atores locais e os “de fora”, essas manifestações simbólicas (re)afirmam a memória coletiva e a certeza do devir. Assim,

A festa faz então um papel ambíguo com respeito à alteridade. Ela se quer aberta e abertura, lugar de trocas e de doações, de alegria compartilhada. Ao mesmo tempo, ela cultiva particularismos. Ela faz voltar à identidade, quer dizer, ao mesmo tempo o ser e a diferença de um grupo. Ela joga constantemente dessa ambivalência identitária, como se o contato e a partilha oferecessem a todo grupo territorializado novas capacidades criadoras. [...] (DI MÉO, 2001, p. 19)

Sendo a espacialidade (MASSEY; KEYNES, 2004) produto de interrelações, possibilitando a existência da multiplicidade como algo nunca terminado, mas sempre em construção, é que se faz a festa. Nesse jogo entre sujeitos se refletem o caráter festivo do/no espaço, da presença humana - física e imaginada -, do global e do local, do contato entre os participantes no espaço festivo delimitado; porém, coexistindo distintas mobilizações e subjetividades como produto em constituição.

Dessa forma, as interações que emanam do fenômeno da festa se pautam por processo relacionais, de controle, normatização, legitimação, ratificadas pelos rumos históricos da humanidade. Desmembrada em tantas outras co-relações, sobretudo simbólicas, espaço/tempo, sagrado/profano, cultura/natureza, devoto/santo, enfim, exige-se uma transdisciplinaridade para se compreender as tramas e os dramas festivos como subsídios ao arcabouço teórico-científico necessário ao entendimento das festas que serão tratadas nos próximos textos.

## **1.2 O Cariri místico também festeja... E como festeja!**

O caráter de mediação e integração das festas, nas suas múltiplas vertentes, de fato a respaldam como sendo uma das principais expressões culturais do povo. E sendo importante meio de sociabilidade, estas se revestem de um teor místico, de natureza sacro-profana, onde os homens expressam os sentimentos mais contidos, e os revelam sem pudor.

Essas emoções permeiam os lugares e (re)produzem no imaginário coletivo a esperança construída no tempo da festa, proporcionado pelas interações sociais, e destes com os elementos mítico-religiosos: uma árvore, um profeta, a imagem de um santo, dos quais buscam intercessões.

Dessas características mágicas a região do Cariri se fez. Dos relatos históricos sobre sua constituição, ainda com os indígenas, os fatos aqui tomados parecem ter saído de uma mente fértil, onde reina a imaginação. Ainda hoje essa mente se faz imaginar e é imaginada pelas expressões culturais adaptadas aos novos tempos, mas que preserva implicitamente o alicerce místico no qual foi fundado.

Levando em consideração nossa escala de abordagem - a Região do Cariri cearense, cabe-nos enfatizar suas manifestações de religiosidade popular, dentre elas as festas populares como herdeiras dos índios que a habitavam, pela manifestação mítica que os mesmos tinham para com o desconhecido, a natureza imperiosa para a qual direcionavam suas crenças, e da qual ainda hoje se (re)faz pelas práticas religiosas.

Cariri (2001), nos seus textos sobre a região, denominando-a como “Nação de Utopias”, aborda o teor místico que a mesma possui desde os indígenas, considerando-a como “território sagrado”, de fartura e fertilidade: O Cariri era o território mítico de Badzé – o Deus do fumo e civilizador do mundo; do lago encantado, no qual os índios Cariris afirmavam serem provenientes da Mãe-D’água – a única mulher, o feminino inumano, a Deusa Mãe das terras dos Cariris.

Essas construções mítico-mágicas desmembram-se pelas diversas passagens históricas da região, o que ratifica essa característica. Os movimentos messiânicos ocorridos nestas áreas complementam e ampliam o “território sagrado”, as relações com o divino. Tais movimentos incidem sobre as estruturas dominantes, rompendo com a tessitura social então vigente, ansiando mudanças significativas na vida dos sertanejos.

As figuras do Padre Cícero - em Juazeiro do Norte, do Beato José Lourenço - no Sítio Caldeirão, em Crato - e o Padre Ibiapina nas suas missões pelo Cariri são impregnadas de elementos místicos que difundiram uma infinidade de manifestações da religiosidade popular.

Em Juazeiro do Norte, o Padre Cícero, apesar dos conflitos gerados entorno de um “suposto” milagre - a transformação da hóstia em sangue na boca da Beata Maria de Araujo, sempre prezava para que o homem sertanejo fosse digno de fé e trabalho: “*em cada sala um altar, e em cada quintal uma oficina*”, nos dizeres da história oral. Assim, os sertanejos ao seguirem os preceitos do padre, Cariri (2001) coloca que,

[...] Aconteceu um verdadeiro renascimento das culturas e das artes populares sertanejas, com conseqüências positivas na economia e na vida social da região. Afloraram na alma coletiva, os arquétipos de todas as heranças espirituais e culturais formadoras do povo caboclo do Cariri, que, antes, disperso, reencontrava agora o seu guia, o seu Pai-Badzé.

Este se tornou o ícone sagrado na região. Atraídos pelas palavras que soavam como a voz do Senhor, os romeiros construíram a “Terra da Mãe de Deus”. As constantes romarias à cidade de Juazeiro do Norte, em devoção a Padre Cícero, intensificaram-se ainda mais depois da sua morte. A característica de divindade atribuída ao padre permeia o imaginário coletivo dos fiéis, dos quais, ao santo popular, eram remetidas promessas e atribuídos milagres. Isso fez da cidade um santuário sagrado, acolhedora dos sertanejos flagelados.

Um desses momentos de acolhida se entrelaça com a figura do Beato José Lourenço. Seguindo o destino dos pais, saídos da Paraíba para Juazeiro do Norte, o Beato logo ganhou confiança do Padre Cícero que lhe destinou terras para o plantio e onde seriam acolhidos outros romeiros que por lá chegassem.

Figueiredo (2006, p. 36/7) relata o caso do “boi santo”, quando da chegada dos flagelados no sítio Baixa Dantas, o qual despertou e alimentou o fanatismo entre estes:

Quando o beato se acha bem instalado em Baixa Danta, o padre Cícero lhe entregou um belo touro de raça com que foi presenteado. Sendo José Lourenço, um espírito metódico e afetivo, que trata o cavalo, o seu cão, o seu gato, os seus pássaros, e, finalmente, tudo que lhe pertence, com grande zelo, era natural que empregasse um excesso de cuidado no tratamento de um animal de estima do padre Cícero. Preparou, pois, um estábulo-modelo para o touro e empregou várias pessoas para dele cuidarem.

Em breve tempo aquele belo espécime de “Guadimar” se tornara de uma beleza rara, sendo admirado por todos que o viam.

Fanáticos mais exagerados, supondo com isso lisonjearem o padre Cícero, enfeitavam os chifres do “Mansinho” com grinaldas de flores, havendo entre essa gente bronca quem lhe fizesse oblatas e bebessem-lhes a urina como remédio eficaz para diversos males.

(...)

A lenda do boi santo foi traduzida à baila (...) sendo José Lourenço apontado, falsamente, como estimulador de um grosseiro fetichismo.

Tratado como elemento mítico-religioso, os seguidores do beato conduziam o boi em procissão, adorando-o como Ápis, o boi sagrado do Egito (Cariri, 2001), o que despertou e alimentou fantasias a respeito do animal, gerando boatos e acusações a José Lourenço.

Expulsos da Baixa Dantas, o Beato e seus seguidores foram remanejados para o Sítio Caldeirão, de propriedade do Padre Cícero, também em Crato. Aí, o Beato formou a Irmandade da Santa Cruz do Deserto, grupo de penitentes. Nesse espaço constituíram uma sociedade igualitária, “[...] onde cada um trabalhava conforme a sua capacidade e recebia conforme a sua necessidade [...]” (*Ibidem*, 2001).

Daí o despertar da burguesia agrária dominante, acusando-os de comunistas, e que não era bem visto pelos mesmos, desencadeando, sob calúnias ao Beato, como líder subversivo e destruidor da ordem vigente, na invasão do sítio e expulsão dos moradores.

Fator de grande importância para a região, a história do Sítio Caldeirão e do Beato José Lourenço ainda hoje ganha relevância tanto a respeito da religiosidade, com romarias até o local, como também do simbolismo da luta pela terra pelos movimentos sociais do campo (SILVA; ALENCAR, 2009).

Tão emblemático em importância quanto os citados anteriormente, as missões do Padre Ibiapina na região do Cariri - que precedem o Padre Cícero e o beato José Lourenço, nos anos de 1862 a 1864 -, ganham respaldo pelo desempenho prestado ao povo da região. Eram as missões as responsáveis pela grande mobilização populacional nos eventos de religiosidade popular e no trabalho comunitário para as construções das casas de caridade.

Conforme Ribeiro (2003, p. 13), essas missões eram constituídas de muitas atividades. O padre Ibiapina pregava contra os vícios e a favor da caridade, e eram complementadas com procissões, missas cantadas, penitências. Eram reservados dois dias para as esmolas públicas, um dia para a reconciliação dos pecados, como também a confissão e a flagelação pública, tudo isso num clima de confraternização durante todo o período da missão.

A construção, por meio de mutirões, de igrejas, cemitérios, açudes, cacimbas, e casas de caridade eram outras atividades prestadas. Essas últimas, em especial no Cariri cearense, foram construídas nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Milagres, onde abrigavam tanto as mulheres mundanas, quanto órfãs, inserindo-as na vida religiosa.

As atividades desenvolvidas pelo padre permitiam a aproximação do homem com o sagrado, livrando-os dos males que os afligiam. A seca, os latifúndios, os vícios, a promiscuidade eram combatidas durante as missões. Tudo e todos eram voltados para os valores morais e cristãos, persuadidos pela capacidade de oratória do padre nos seus

discursos, onde ele apontava o trabalho como a forma de legitimar a ordem social. “[...] O trabalho santifica, o ócio festeiro leva à miséria [...]”. Eram os novos preceitos adotados pelos racionalismos das pregações cristãs. (TEIXEIRA, 2010, p. 20)

O Padre Ibiapina, segundo Ribeiro (2003, p. 60),

[...] dinamizou bastante o calendário de festividades religiosas no interior do Ceará (...) a ação de Ibiapina no sentido de fomentar os festejos em honra de Deus e da Santa Igreja não esteve restrito à sua presença, mas, pelo contrário, espalhava-se pelos caminhos costumeiramente missionados, onde o sacerdote encarregava-se de delegar a terceiros a organização de tais ocasiões. [...]

Desta feita, Padre Ibiapina incentivava para que cada vila realizasse uma festa anual ao santo de devoção, oportunidade esta de renovação do homem com o divino, com o sagrado. Assim, a decoração, a beleza da festa eram garantias de proteção da santidade na luta do cotidiano, assegurando sua alma após a morte (*Ibidem*, p. 65).

Ao mesmo tempo em que incentivava as festas, reprovava os atos de desvio e vícios da conduta moral cristã do homem. Entre estes estavam os instrumentos musicais e as pontas de vestidos das moças. Vistos como objeto de ociosidade, desordem e prostituição, estes eram queimados no último dia das missões, como forma de redimir os pecados cometidos.

Os incentivos aos atos penitenciais era outra iniciativa do Padre Ibiapina, com os quais compunha as atividades das missões por ele pregadas. Carvalho (2011, p. 119), em seu livro sobre as Irmandades de Penitentes no Cariri Cearense, nos revela a prática da penitência sobre a influência do Padre Ibiapina, sobretudo os Penitentes Irmãos da Cruz, do sítio Cabeceiras, em Barbalha.

Assim, a autora nos relata que o Padre Ibiapina

[...] exercitou durante sua vida sacerdotal a prática da mortificação para redimir os pecados e minimizar a cólera divina em meio a uma época de flagelos como a fome, as secas e as epidemias. (...) antes mesmo de ordenar-se, (...) já praticava o ascetismo, além de ser um profundo conhecedor e doutrinador das matérias religiosas. (...) “pela fê e pelo cilício purificara a alma tão bem ou melhor que os outros que já andavam de batina...”. Ademais, a forte disciplina (castigos e penitências) praticada nas Casas de Caridade, sugeria um religioso de convicções fortes e adepto da mortificação, como no caso do uso do cilício. [...]

Além das penitências, das festas, o Padre Ibiapina também foi reverenciado como milagroso. Em sua passagem pela Chapada do Araripe, na vila do Caldas em

Barbalha, este aconselhou uma senhora que sofria de dores nas pernas, e que suplicava por cura, que fosse banhar-se nas águas do Caldas, curando-a da enfermidade.

Vários casos são relatados no Jornal *A voz da religião no Cariri*, do qual foi fundador, e onde descrevia também outros acontecimentos da época em que esteve no Ceará, de 1860 a 1883:

#### A FONTE MIRACULOSA

Continuaremos a publicar os últimos factos que se contem na lista de que temos feito menção nos números p. p.

- Joaquim Fernandes, morador no lugar – Barros – sofria muito dos olhos. Recorreu aos banhos do Caldas e conseguiu ficar logo bom.

- Outro curativo mais importante prezenciei realizado na pessoa de um pequeno, morador no Macacos. Ele era aleijado dos pés desde seu nascimento, e com o uso dos banhos ficou bom.

- O Tenente Manoel Leite da Cunha, morador da Villa de Milagres é um dos beneficiados pelas águas do Caldas. Seu curativo não deixa de ser importante. O beneficiado sofria muito das ourinas e voltou completamente bom.

- O ultimo fato que prezenciei, me cauzou admiração em virtude da gravidade da moléstia. O beneficiado, que recorrendo as agoas prodigiosas do Caldas, sentio logo o seu curativo, chama-se José Raimundo Sampaio, morador em S. Cedro, e filho de Raymundo Manoel Sampaio. As ulceras que assolavão seu corpo erão grandes e de mau character, porem cicatrisaram e desapareceram logo com os banhos daquela fonte, e o padecente portanto ficou completamente bom

- E mais, se não continha na lista do S. T. C. – Manoel de Jesus da Conceição Cunha.

Reservamos para os números seguintes a rezenha dos novos factos.

Continuaremos.

Servulo de Maria.

(A voz da Religião no Cariri – Domingo, 13 de junho de 1869, n. 25, p. 04).

No entanto, a passagem desses três personagens da história do Cariri são tomadas como exemplo na (re)definição do teor místico que a região possui, além de outras discussões por elas instigadas. Embora tais fatos não tenham sido mais evidenciados, o que nos faz mencioná-las é justamente o seu apelo ao sagrado, de uma vida mediada por uma entidade que lhes dão sentido e explicação à vida.

É o que cumpre, além de outras, a função da festa, sobretudo as de padroeiro(a), para os fiéis: festejá-lo devotamente em busca da intercessão divina. Logo, como já mencionado, a dinamização das festas pelo Pe. Ibiapina, na região do Cariri, com a apropriação das festas oficiais, do calendário festivo cristão, pelas manifestações da religiosidade popular - que agregam culturas européias, africanas e indígenas -, as práticas religiosas entraram em declínio ainda no século XIX.

Por refutarem o caráter messiânico, e por serem consideradas práticas populares, coube aos profetas, pregadores e irmandades leigas a incumbência de inserir os “órfãos de Deus”, à vida coletiva religiosa.

Dessa forma, as festas no Ceará, e no Cariri, não se distinguiam das demais do Brasil, uma vez que as expedições missionárias e o culto popular aos santos originavam-se do mesmo hibridismo cultural, e eram difundidos pelas organizações leigas: os pregadores populares. Porto (2005, p. 234) enfatiza que estas celebrações “[...] impunham uma dimensão religiosa peculiar, o aspecto festivo, as rezas, as folias, o culto aos santos e as festas juninas (...) nas práticas religiosas desse catolicismo próprio do povo, o qual era rejeitado pelo clero.[...]”.

Dessa forma, para o autor, as festas no Ceará, entre os séculos XIX e XX, se caracterizam pelos mesmos sentidos festivos que vimos tratando:

[...] típico do final do século XIX, cuja religiosidade foi forjada no seio das organizações de leigos, marcada por um devocionário popular que incluía os rituais das festas, com manifestações marcadas por uma mistura do sagrado e do profano, das quais faziam parte muita bebida e comida, muita procissão, cantorias, ladainhas e enfeites. Manifestações que a hierarquia da Igreja católica definia como uma verdadeira carnavalização da religiosidade. (*Ibidem*, p. 234).

Ao inferirmos o papel da Igreja na hierarquização, controle e regulamentação da vida, sobretudo em relação às festas, a vigilância rígida atesta o poder dessa instituição sobre o *homo festivus*. Uma dessas ações no Cariri deu-se com a fundação do Jornal “A Ação”.

Océlio Teixeira de Souza (2008) dá ênfase ao jornal como o “veículo de propagação e de defesa das orientações, dos valores, das normas e doutrinas do catolicismo romanizado na Diocese de Crato”.

Fundado em 1939, o “A Ação” era considerado um jornal eminentemente católico na sua primeira fase - até início dos anos 70, tendo, na sua segunda fase - que vai até fins dos anos 1980 – uma abertura para outros assuntos econômicos, políticos, culturais. Tinha como pressuposto a condenação dos valores e costumes seculares, e ainda, conforme expõe Souza (2008),

[...] atacava de forma veemente o carnaval, a bebida, o jogo, a prostituição, os trajes indecentes, etc. Ao mesmo tempo, apresentava aos leitores valores, normas e condutas a serem seguidos por todos os católicos. Por exemplo, orienta os pais na formação dos seus filhos e os casais na resolução dos seus

problemas. Orienta ainda como devem ser realizados os eventos religiosos, especialmente as festas de padroeiros.

No entanto, já no século XX, as práticas festivas ressurgem sem a mesma vitalidade social, e as mais populares são resguardadas pelo povo simples. (CAPONERO; LEITE, 2010, p. 104). Assim, se sobressaem as festas de padroeiros, por estabelecerem seu caráter híbrido, aglutinador das diversidades culturais aqui encontradas, de brancos, negros e índios.

Ainda sobre o jornal “A Ação”, era na coluna “Alfinetadas” que o Padre Pedro de Oliveira Rocha conduzia o comportamento dos católicos, e tal conduta era válida também para as festas.

Uma das suas “alfinetadas” publicada no jornal e intitulada “Festa de Verdade”, no dia 13 de dezembro de 1942, dizia respeito à Festa da Imaculada Conceição, realizada em Missão Velha, comparando-a com as festas religiosas “profanizadas” pela “mentalidade pagã”. Souza (2008) detalha essa passagem:

[...] Ele inicia o seu artigo caracterizando a Festa da Imaculada Conceição: *“Festa de verdade. Festa cristã. Festa como a Igreja deseja.”* Em seguida ele passa a criticar as festividades religiosas que são realizadas de forma diversa da desejada pela Igreja. Nesse sentido escreve: *“Festas para muitos católicos, à água de laranjeira, são aquelas em que as avenidas se carnavalizam pelo destonteamento de cabeças de ventos, fazendo das noitadas de alegria cristã noitadas de profanação do sagrado.”*

(...)

[...] *A pretexto de maior renda ou da vitória desse ou daquele partido, empregam-se todos os meios mundanos nas festividades, não faltando, em geral, os bailes em benefício da festa promovida. (...) E acontece sempre assim: renda fabulosa, mas o número de comunhões é reduzidíssimo”.*

(...)

[...] *Oxalá ocorressem sempre assim, aqui e noutras paróquias, as festividades religiosas, cheias de encanto litúrgico, saturadas do espírito de fé, espargindo o odor da verdadeira santidade. Como N. Senhor não seria mais glorificado, nos seus santos e nas suas festas, se os católicos compreendessem sempre o significado cristão das celebrações do rito católico!!!”*

As palavras do Padre Rocha ratificam o processo de romanização da Igreja Católica que, entre outras ações, visava expungar o messianismo, as superstições e credences das festividades religiosas, sobretudo das festas de santos, as quais os colocavam diante dos sortilégios e das desventuras praticadas durante os festejos: promiscuidades, bebidas em excesso, glotonaria, desordem, violência.

Outro importante fator funda-se no uso da mídia como os jornais “A voz da Religião no Cariri” e o “A Ação” para difundir preceitos e doutrinar a sociedade para a religião católica, numa tentativa de regenerar a vida religiosa do povo.

Não mais intermediada pelos “profetas” populares, que dedicavam toda a sua vida à doação da fé, mas sim, hierarquizada e planejada pela Igreja, atendendo aos preceitos desta, de acordo com as regulamentações eclesiásticas do catolicismo romanizado, as festas foram adquirindo o caráter mais doutrinário, sem anular, no entanto, as vertentes profanas. Muito embora,

[...] Para os segmentos dominantes, as festas, principalmente as religiosas, representavam importantes veículos de disseminação e afirmação de seus valores culturais e religiosos. A religião católica, com seus ritos e mitos, foi um desses valores aqui implantados. Até quase o final do século XIX, estava atrelada ao Estado, e era considerada a religião oficial do país, o que lhe garantia uma predominância em relação às outras religiões. As festas realizadas sob o seu crivo (...), se inscreviam num sistema de trocas simbólicas, estabelecida entre os homens e os santos, originária da religiosidade vivida na Península Ibérica, e para cá foi trazida juntamente com os colonizadores do Brasil. Desse modo, as manifestações de exaltação ao orago de devoção, efetuada, principalmente, pelas irmandades dos homens brancos, eram permeadas por tradições populares portuguesas, muitas vezes consideradas pagãs, e aqui, foram incorporadas, transformando-se em importantes elementos da religiosidade brasileira (...). (OLIVEIRA, 1999, p. 87).

Nessa oportunidade as festa de santo, comumente conhecidas por festas de padroeiro(a), assim foram se constituindo. Com traços do cristianismo ibérico, aqui foram disseminadas com crenças, fatos fantásticos e fanatismo de um catolicismo popular, nos quais eram incluídas as camadas abastardas, e desdobrando-se também em outras manifestações: danças, artesanato, comidas típicas, folguedos.

Armando Lopes Rafael, historiador e Chanceler do bispado na Diocese do Crato, nos fornece algumas informações importantes das relações Igreja-Festa, em alguns municípios na região do Cariri:

As festas religiosas na Diocese do Crato a partir de 1963/64, quando começou a vigorar as instruções do Concílio do Vaticano II, elas tiveram um arrefecimento, e houve uma queda na presença popular. Porque isso? As pessoas eram atraídas também pelo lado diversional. Eu me lembro que na Praça da Sé, naquela época, tinha os carrosséis, tinham até aquelas barracas que o homem se transformava em macaco, essas coisas e tal... e aquilo atraía muita gente. A partir do Concílio Vaticano II, houve uma orientação da Diocese que era pra se voltar pra o viés estritamente religioso-pastoral, e isso provocou uma certa decadência nas festas, exceto a de Barbalha, que era administrada pelos padres Salvatorianos, alguns até não brasileiros, nascido no exterior (...) e eles tiveram a sensibilidade de dá continuidade ao incentivo

da manifestação da cultura popular, foi o que salvou a festa de Barbalha. Foi o não àquela observância estrita às determinações que vinham da Diocese, voltada unicamente para o setor religioso, pastoral, etc. A festa de Nossa Senhora da Penha do Crato, entrou em decadência, e só recentemente, depois que o Papa João Paulo II fez algumas re-orientações quanto ao [Concílio] Vaticano II, é que voltou a ter aquela participação popular, enquanto Barbalha, além de não ter arrefecido a ênfase à cultura popular, fez foi crescer ao ponto de hoje ser a mais expressiva festa de padroeiro da Diocese do Crato. Provavelmente outras festas cresceram, por exemplo: a Nossa Senhora das Dores em Juazeiro, essa não teve decréscimo. Por quê? Por que ela era feita pelos romeiros, pela nação romeira, que se espalha por todo o Nordeste, e hoje, no dia 15 [de setembro] tem cerca de 400 mil romeiros, então não sofreu decréscimo. Também o padre, lá, não se ateve a uma visão elitista, e fazia uma festa unicamente religiosa-pastoral. Houve realmente um decréscimo nas festas de Crato, Missão Velha, Brejo Santo, exceto Barbalha, e Juazeiro, que é um caso atípico. A festa da padroeira de Juazeiro não é feita só pela comunidade, ela é feita pelos romeiros que vem de todos os estados nordestinos, e de uma maneira especial: Pernambuco, Alagoas e Paraíba. (Entrevista cedida em 12/11/12).

Esse arrefecimento das festas, observados na fala supracitada, e as estratégias usadas pela Igreja para reverter a frequência da população nos festejos ganham destaques apelativos quando no Jornal “A Ação”, de 1965/66, o recrutamento do povo, a demonstração de grandeza da manifestação, o cumprimento dos preceitos católicos de festas estritamente religiosas tornam-se persuasivos, conforme quadros 01 e 02.

	<p><b>LANÇADA A FESTA DA PADROEIRA DO CRATO</b></p> <p>Em proclamação dirigida ao nosso povo, notadamente aos fiéis de todos os quadrantes do Município, o Monsenhor Rubens Gondim Lóssio, Cura da Catedral do Crato, lançou oficialmente a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Penha, do ano de 1965. A proclamação foi lida em meio a grande solenidade, na Catedral do Crato.</p>
<p>A Festa de Nossa Senhora da Penha, comemorada há 200 anos em terras cratenses, é das maiores e mais concorridas do Nordeste brasileiro. Oficialmente dura nove dias, entre os dias 22 de agosto e primeiro de Setembro, dia da Padroeira e durante todos os dias dessa novena, milhares de pessoas acorrem ao Crato para participar além dos atos litúrgicos de diversas atrações.</p> <p>A praça da Sé, coração da cidade, fica inteiramente tomada de povo. Diversos parques de diversões, e barracas coloridas oferecem de tudo aos visitantes. E o encerramento, por sobre ser um dos maiores acontecimentos sócio-religiosos do Ceará, é a maior procissão pública da Diocese do Crato, algo verdadeiramente indiscreto de fé e de pujança do espírito católico da católica cidade do Crato.</p> <p>Os cratenses de todas as partes, que residem em todos os quadrantes estão sendo convidados a colaborar, vindo ao Crato, visitando a cidade na época de sua Padroeira, envolvendo-se com o calor humano e religioso da cidade, nesses dias de grandeza espiritual. Quê todos ajudem Nossa Senhora da Penha no seu grande reinado de amor sobre a Princesa do Cariri.</p>	

Quadro 01: Reportagem do Jornal “A Ação”, sobre a Festa de Nossa Senhora da Penha, Crato, Ceará

Fonte: Departamento Histórico da Diocese do Crato

Adaptado por: Antônio Igor Dantas Cardoso

<b>A AÇÃO</b>	
ANO XXVI - Crato (Ce) - 24 - 9 - 66 N. 1.155 p. 07	
<b>FESTA DA PADROEIRA DE JUAZEIRO DO NORTE: VERDADEIRO ATESTADO DE FÉ</b>	
Cerca de 60 mil pessoas se fizeram presentes às ruas de Juazeiro do Norte, por ocasião da tradicional festa de Nossa Senhora das Dores, dando assim, a sua demonstração de fé nos atos religiosos. Mais de 10 mil romeiros dos mais longínquos estados do Brasil cruzaram as estradas poeirentas do Nordeste com a finalidade de visitar a terra do Padre Cícero e participarem das festividades promovidas pelo jovem e dinâmico vigário Padre Murilo de Sá Barreto.	
<b>UMA FESTA SEM LEILÕES</b>	<b>PARTICIPAÇÃO</b>
Com o objetivo de fazer com que os romeiros e os juazeirenses participassem mais ativamente dos atos religiosos, de livre e espontânea vontade, o dinâmico vigário não promoveu leilões e consequentemente deixou à margem as rodas gigantes, os carrosséis, barracas que só vêm perturbar a celebração das cerimônias religiosas.	Considerando que o homem tem uma natureza humana igual perante Deus e perante a sociedade, o jovem sacerdote promoveu uma participação de todas as classes, desde aqueles que abusam de facilidades até os que ganham um salário de fome. Chapeados, carroceiros, motoristas, trabalhadores rurais, comerciantes, finalmente todas as classes sociais tiveram sua participação nos festejos.

Quadro 02: Reportagem do Jornal “A Ação”, sobre a Festa de N. S. das Dores, Juazeiro do Norte, Ceará.  
Fonte: Departamento Histórico da Diocese do Crato.  
Adaptado por: Antônio Igor Dantas Cardoso, 2012

As práticas religiosas do Cariri, permeada por promessas, romarias e festas aos santos, a caracterizam com uma forte religiosidade popular, que ora se opõe à própria Igreja Católica, ora às classes dominantes, mas apropriada pela devoção dos fiéis, agrega oposições e a enfatizam pela suas peculiaridades.

Nesse sentido, a persistência ecoa sobre as festas de padroeiros(as) da região, como forma de assinalar suas práticas, como uma linguagem, na transmissão dos valores, comportamentos, crenças, como também, na composição das espacialidade e espacializações advindas destas.

Contudo, a simbologia do Cariri conceituada como região cultural, absorve as demandas que a caracterizam, diante da pluralidade já mencionada. Logo, convém enfatizar sobre tal conceito, o qual, concordando com Corrêa (no prelo, p. 1-2), trata-se de

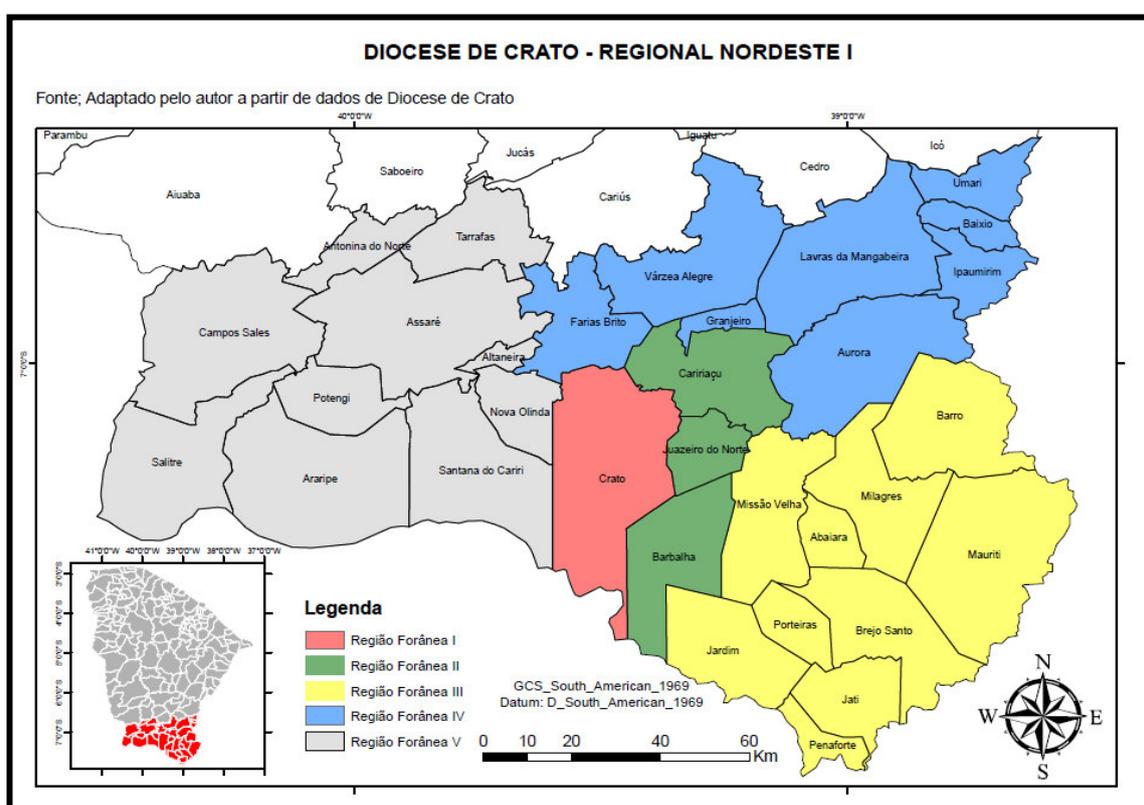
[...] áreas apropriadas, vivenciadas e por vezes disputadas. Apresentam geo-símbolos, fixos diversos que, por serem dotados de significados identitários fortalecem a identidade cultural dos grupos que as habitam (...). A contigüidade espacial dos traços culturais é fundamental para a sua constituição, pois dela depende a comunicação imediata entre os seus membros, por meio da qual a existência e reprodução cultural é em grande parte viabilizada. Por outro lado, as regiões culturais podem ser reconhecidas em diversas escalas espaciais, constituindo a mais contundente expressão da espacialidade da cultura.

Nessa perspectiva de região agrega-se o fator identitário concretizado pela apropriação dos símbolos, conferindo seu caráter cultural, com aspectos materiais e

imateriais, configurando-se pelos significados a ela atribuídos, como produto da percepção dos sujeitos. Além do caráter de singularidades que a detém, constituída dos processos gerais e específicos, ou seja, do multiculturalismo formador da região.

Cabe-nos então mencionar, para efeito de delimitação da Região a ser trabalhada, a que se refere à limitação da Diocese do Crato, na qual avança as fronteiras político-administrativas da Mesorregião Sul Cearense (IPECE).

Contudo, e se tratando da demarcação regional da Diocese do Crato, os municípios que a compõem abrangem a região sul cearense e alguns municípios da região centro-sul, divididos em cinco Regiões Forâneas (RF) que agrupam diversas paróquias.



**Mapa 02:** Área de Abrangência da Diocese de Crato, Ceará.

Fonte: Diocese de Crato.

Adaptado por: CARDOSO, A. I. D; LIMA, G. G. de. 2012.

Dentro dessa escala regional, os municípios resguardam os aspectos festivos já mencionados. Nesse sentido destacamos as festas de padroeiro destas, assim como trataremos mais adiante, especificamente a Festa de Santo Antônio de Barbalha como forma de ratificar o que víamos discutindo a esse respeito: a devoção, a religiosidade, o

misticismo, mas também as práticas do fazer festivo, colocando-nos como atores na produção das espacialidades.

FESTAS DE PADROEIROS(AS) DA DIOCESE DE CRATO				
REGIÃO FORÂNEA	MUNICÍPIO(S)	ORAGO	DATA FESTIVA	
<b>RF I</b>	Crato	Nossa Senhora da Penha	01/Setembro	
	Barbalha	Santo Antônio	13/Junho	
<b>RF II</b>	Caririaçu	São Pedro	29/Junho	
	Juazeiro do Norte	Nossa Senhora das Dores	15/Setembro	
	Abaiera	Imaculado Coração de Maria	Sábado seguinte ao Domingo de Pentecostes	
<b>RF III</b>	Barro	Santo Antônio	13/Junho	
	Brejo Santo	Sagrado Coração de Jesus	4º Domingo de julho	
	Jardim	Santo Antônio	13/Junho	
	Jati	Nossa Senhora Santana	26/Julho	
	Mauriti	Nossa Senhora da Conceição	08/Dezembro	
	Milagres	Nossa Senhora dos Milagres	15/Agosto	
	Missão Velha	São José	19/Março	
	Penaforte	Nossa Senhora da Saúde	08/Setembro	
	Porteiras	Nossa Senhora da Conceição	08/Dezembro	
	<b>RF IV</b>	Aurora	Senhor Menino Deus	25/Dezembro
		Baixio	São Francisco de Assis	04/Outubro
		Farias Brito	Nossa Senhora da Conceição	08/Dezembro
		Grangeiro	Nossa Senhora da Conceição	08/Dezembro
Ipaumirim		Nossa Senhora da Conceição	08/Dezembro	
Lavras da Mangabeira		São Vicente de Férrer	05/Abril	
Várzea Alegre		São Raimundo Nonato	31/Agosto	
Umari		São Gonçalo do Amarante	10/Janeiro	
<b>RF V</b>	Altaneira	Santa Tereza D'ávila	15/Outubro	
	Antonina do Norte	Santo Antônio	13/Junho	
	Araripe	Santo Antônio	13/Junho	
	Assaré	Nossa Senhora das Dores	15/Setembro	
	Campos Sales	Nossa Senhora da Penha	1/Setembro	
	Nova Olinda	São Sebastião	20/Janeiro	
	Potengi	São José do Potengi	19/Março	
	Salitre	São Francisco de Assis	04/Outubro	
	Santana do Cariri	Nossa Senhora Santana	26/Julho	
Tarrafas	Nossa Senhora das Angústias	15/Agosto		

**Tabela 02:** Calendário das Festas de Padroeiros(as) da Diocese de Crato  
Organizado por: CARDOSO, A. I. D., 2013.

Além desse viés hierárquico, com o qual a Igreja Católica institucionaliza-se e territorializar-se, no sentido de delimitar poder, território, agregando os municípios em

regiões, há também um outro aspecto significativo: os sujeitos que praticam sua devoção nesses territórios.

Os deslocamentos de grupos religiosos ou devotos turísticos, romarias, festas, acabam por proporcionar estratégias de comunicação e trocas simbólicas entre os povos, seja esta verbal ou mística. Uma comunicação de fé que transcende o ser, que o faz peregrinar, festejar, rezar.

## **2 FÉ NO “PAU” NA FESTA DO SANTO.**

### **2.1 As centralidades visíveis da Festa de Santo Antônio de Barbalha**

As festas populares se espraiam pelos tempos e espaços, e porque não temporalidades e espacialidades, bradando suas diversidades simbólicas, com as quais os homens se identificam e se atualizam pelas crenças, pela fé e no contato com os outros, na constituição de uma unidade festiva.

A abordagem atribuída a essas manifestações se perfaz pela necessidade de seu entendimento enquanto elemento intrínseco ao humano. Este, amparado pela memória, faz a festa se repetir na sua mutabilidade, em movimentos cíclicos diacrônicos ou sincrônicos, exigindo uma transmissão, sendo mediadora simbólica das sociabilidades e dos sentidos festivos.

A busca pela sensibilização à Festa de Santo Antônio de Barbalha, Ceará, não foge à regra. Mas, é preciso uma análise da mesma, com todas as suas contribuições espacialmente relacionais, para enxergar, a partir do festejo, suas complexidades: sacro-profanas, natureza, tradição-modernidade, educação, turismo, comércio, política, organização espacial, além das territorialidades simbólicas que a mesma oferece.

Essa pluralidade pujante está impregnada em todo o momento festivo no município, e por fazer transparecer todas essas demandas, mobiliza, direta e indiretamente a população, as cidades e Estados circunvizinhos, abrindo as comemorações das festas do ciclo junino. Dessa forma,

[...] pode-se dizer que a festa é uma das vias privilegiadas no estabelecimento de mediações da humanidade. Ela busca recuperar a imanência entre criador e criatura, natureza e cultura, tempo e eternidade, vida e morte, ser e não ser. [...] A festa é ainda mediadora entre os anseios individuais e os coletivos, mito e história, fantasia e realidade, passado e presente, presente e futuro, nós e os outros, por isso mesmo revelando e exaltando as contradições impostas à vida humana pela dicotomia natureza e cultura, mediando ainda os encontros culturais e absorvendo, digerindo e transformando em pontes os opostos tidos como inconciliáveis (AMARAL, 1998, p. 52).

O encaminhamento dado à pesquisa foi o de debruçar-se sobre as centralidades visíveis das quais tornam a Festa de Santo Antônio de Barbalha um parâmetro de articulação dos processos culturais. Estes, viabilizados pelas políticas afins, de escala municipal, estadual e federal, adotam a festa como objeto para promover a espetacularização das manifestações culturais do município.

Interpretar criticamente tais anseios não nos inclui diante do conservadorismo do festejo, negando as possibilidades do povir. Sendo a imaterialidade a característica primeira da festa, susceptível às contextualizações históricas, logo não estáveis, como garantir a preservação da sua originalidade, da tradição, sem negar sua mutabilidade? Os aspectos de transformação espaço-temporais são nítidos.

As críticas partem, sim, de uma valorização da mesma. Valorização esta que coadune com os interesses da população, o resgate do folclore local/regional, o respeito à memória, como também os aspectos intrínsecos à modernidade, porém, sem perder de vista a originalidade da festa, o que lhes garante um teor de particularidade.

No entanto, cabe-nos analisar como essa centralidade visível da Festa de Santo Antônio de Barbalha, a partir da caracterização e interpretação de suas dimensões territoriais, atua como desencadeadora dos processos culturais do município. Sobretudo quando as outras manifestações culturais, denominadas de invisibilidade dos espaços periféricos - as festas de padroeiros dos Sítios Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do Meio - emergem enquanto caráter memorial da cultura popular, de forte elo afetivo com o lugar (TUAN, 1980), o que, de certa forma, também reflete sobre a Festa de Santo Antônio.

Porém, para entendermos essas tramas, inseridas aos processos culturais do município, exige-nos compreender os momentos festivos que levaram a Festa de Santo Antônio a constituir essa centralidade visível que percebemos hoje.

Assim, é importante inferir que a Festa de Santo Antônio durante todo o seu processo histórico foi amparado por setores institucionais da sociedade: Igreja, Família, Poder Público Municipal (ARAÚJO, 1994), e mais recentemente, o Estado. Sem desprezar, portanto, a contribuição das camadas populares nesse festejo.

Dessa forma, vale ressaltar que a devoção ao santo nestas terras teve início com a concessão, em 05 de março de 1778, de “meia légua de terras” para “eregir a capela do Senhor Santo Antônio no lugar da Barbalha desta freguesia de São José dos Cariris Novo (...)”, movido por interesses do capitão Francisco Magalhães, transpondo, assim, o santo de devoção de sua terra natal: Urubu de Baixo, Sergipe.

Ao término da construção, aos 23 de dezembro de 1790, a mesma foi benta pelo Padre André da Silva Brandão, sexto vigário de Missão Velha, por ordem do Bispo de Pernambuco, Dom Frei Diogo de Jesus Jardim (PINHEIRO, 2010, p. 47 e 50; NEVES, 1988, p. 06).

O que seria uma homenagem ao santo, ao término da capela em 1790, com o início da festa do padroeiro do lugarejo, e anos depois (1860) com o transporte e o fincamento do pau da bandeira em frente à mesma, sob forte influência do Padre Ibiapina, durante suas missões pela região, tornou-se uma das maiores comemorações religiosas em louvor a Santo Antônio.

Dessa forma, podemos intencionar sobre o poder exercido nas “terras de cá” pelos sergipanos, pernambucanos e baianos, e suas territorializações espaciais e simbólicas, tornando as comemorações religiosas em louvor ao santo, diretamente relacionada ao poder exercido pelo capitão, diante das populações do entorno. Tais afirmações podem nos garantir uma primeira fase (ou seria, face?) do espaço festivo, ora estudado.

Ao longo dos anos, já em 1928, o festejo do padroeiro passou a agregar outros rituais. Fincar um tronco de árvore em frente à matriz e içar uma bandeira sobre ele parece não ter sido o bastante para envolver a população nas liturgias religiosas à Santo Antônio.

Assim sendo, Padre Correia incorpora o ritual do cortejo do pau da bandeira aos rituais religiosos, oficializando, com isso, o surgimento de outra festa: a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio.

Uma festa dentro da Festa. Será esta primeira caracterizada como a “festa do estrato subalterno se tornando paralela à festa unificadora do estrato dirigente” (ARAÚJO, 1994, p. 71). Quando embebida pela simbologia sagrada da árvore, como elo entre a Terra e o Céu, o Devoto e o Divino, a festa adquire caráter folclórico, de religiosidade popular, em conflito com os processos de romanização da época nas bases eclesiásticas do Brasil (*Ibidem*).

É importante destacar que a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, desde a sua oficialização, em 1928, foi ganhando autonomia o bastante para ser interpretada como uma manifestação espacial complexa, onde a realização de seus rituais instiga dualidades: sagrado-profano, campo-cidade, natureza-cultura, material-imaterial, tradição-modernidade, popular-erudito, rico-pobre, enfim, acaba por se tornar objeto amplo de estudos, o qual seguimos desde o rito religioso ao espetáculo midiático.

## 2.2 Do ritual religioso ao espetáculo midiático

A devoção a Santo Antônio data no Brasil ao período colonial. Embora tenha começado com os agostinianos, é marcada pelas crenças a ele atribuídas, reflexo de uma vida devotada ao ideal franciscano, de renúncias e compaixão a Deus e em nome do evangelho.

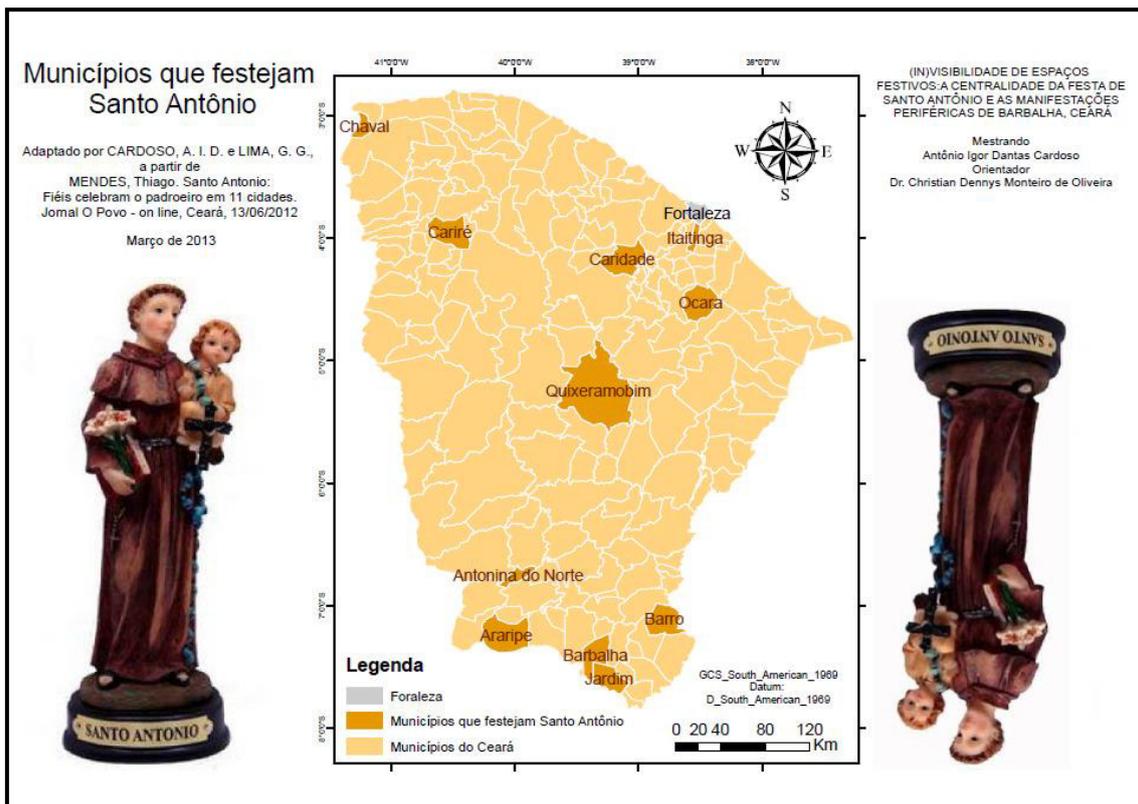
Pela sua sabedoria e bondade, buscava em Jesus Cristo a santidade, imitando-o na vida missionária. É venerado pelos pobres, daí o costume da “benção dos pães”, quando da comemoração do seu dia, 13 de junho, dia de sua morte. Outros costumes devocionais a Santo Antônio eram invocados nos momentos difíceis e angustiosos, ou quando se perdia algo. Há também a intercessão como santo casamenteiro. (PASINI, 2000.)

Em virtude da devoção ao taumaturgo de Lisboa, ou de Pádua, como também é conhecido, sua imagem, ao interceder a Deus as promessas dos fiéis, é submetida a certos suplícios até que a graça seja alcançada: roubar o menino Jesus dos seus braços ou colocar sua imagem de cabeça para baixo são alguns dos castigos aplicados.

A popularidade do santo com os fiéis é denotada, sobretudo no Brasil, a partir de dois fatores, conforme citado por Alexandre *et. al.* (2012, p. 02), além das múltiplas especialidades: santo dos pobres, das coisas perdidas e santo casamenteiro. O outro fator

[...] refere-se à naturalidade lisboeta do santo e sua popularidade junto aos portugueses. Nesse sentido, os militares foram os principais incentivadores do seu culto invocando-o contra os perigos da guerra, recebendo o santo por isso patentes militares, como no caso da imagem de Santo Antônio do Forte da Barra, em Salvador.

Câmara Cascudo (1969) afirma haver, ainda no Brasil colônia, cerca de 228 freguesias, nas quais Santo Antônio era o orago. Saltando no tempo, e nos colocando na atualidade do território estadual do Ceará, Santo Antônio é festejado como padroeiro em 11 municípios, conforme mapa 03, adaptada de matéria do jornal “O Povo”, do dia 13/06/12. As celebrações são feitas com novenas, trezenas, missas, benção dos pães, procissão, quermesses, bingos, shows, etc.



**Mapa 03:** Municípios que festejam Santo Antônio.

Fonte: Jornal O Povo (13/06/12): on-line

Elaborado por: CARDOSO, A. I. D; LIMA, G. G. de; 2012.

Assim, cada município festeja Santo Antônio de acordo com suas crenças e costumes. Mas, dentre estes, a Festa de Santo Antônio de Barbalha se sobressai aos demais pela peculiaridade da manifestação, num esforço constante de manutenção da tradição entre seus atores, como também pela sua inserção nas novas lógicas festivas da contemporaneidade.

Para tanto, o município acabou sendo eleito como a “Capital cearense dos festejos de Santo Antônio”, reconhecido pela Lei Estadual 15.271, de 28 de dezembro de 2012, o que motivou os organizadores a tematizar a festa de 2013 com esse precedente.

Para efeito cronológico dessa festa, os rituais começam a ser realizados em meados do mês de maio com a escolha da árvore que cumpra as exigências para ser pau de bandeira: grande em espessura e tamanho. Com a inserção do cortejo do pau na festa religiosa, idealizou-se a retirada do mesmo da propriedade do Sr. Joaquim Teles, o Sítio São Joaquim, o qual propicia as árvores ideais para o festejo. Hoje, o local é propriedade da Empresa de Cimento do Grupo Nassau – Itapuí.

A propriedade está em área de vertente do relevo de chapada, de características geoambientais favoráveis ao crescimento de uma vegetação densa e de espécies de grandes portes (CARDOSO; SILVA, 2011). Esse viés ambiental inerente à festa será tratada mais adiante, quando discutiremos as polêmicas entorno da escolha e corte da árvore.

A escolha da árvore, como já mencionado, deve atender às exigências feitas, sobretudo pelos carregadores do pau, que já em estado de êxtase pelo início das festividades não medem esforços para eleger àquela que simbolize o sacrifício e a devoção, uma vez que a mensuração da fé pode ser percebida pela espécie como o símbolo maior da Festa do Pau da Bandeira.

Adentrado à floresta, ao entorno da árvore escolhida, é iniciado um momento de transição simbólica perante a mesma, através do imaginário coletivo. Enquanto um ser biológico, componente de um ecossistema natural complexo, fonte de recursos para uma sociedade industrial, de uma natureza culturalmente apropriada e imaginada, a árvore passa a ser vista enquanto símbolo sagrado, passível de orações, devoções e místicas.

Carregadores, curiosos, fotógrafos, políticos, repórteres, enquanto participantes dos momentos ritualístico, evocam, intermediados pela árvore, o santo padroeiro aos pedidos de proteção à festa. O pau, agora, é um símbolo respeitado. Um ente religioso de mediação entre a Terra e o Céu e de devoção ao santo.

Em diferentes anos de acompanhamento do ritual de corte da árvore, alguns momentos tem se dado por fatos curiosos e simbólicos, como demonstrado no Mosaico de fotos 1: orações no entorno da espécie (foto 01); o tratamento dado à imagem do santo, alocando-a na cavidade da árvore, como um altar, e do qual era reverenciado pelos fiéis (foto 02); a estima pela árvore, denominada pelo ex-proprietário de “as três irmãs” por se originarem de um mesmo caule e depois dividirem-se (foto 03), onde a mesma era resguardada para ser utilizada como pau de bandeira.



**Mosaico de fotos 1:** Devoção em torno da árvore.  
 Autor: CARDOSO, A. I. D; 2010/2012.

A ancestralidade ao culto às árvores perpassam as civilizações europeias e orientais, mas também, no Brasil. Conforme explicita Araújo (1967, p. 28), a respeito do uso da árvore como mastro nas festas dos padroeiros:

“Em muitas festas de padroeiros pode-se ainda encontrar as manifestações tradicionais que se poderia chamar “a parte folclórica” dessas comemorações, tal qual a cortada-do-mastro, a puxada e a fincada, como acontece em algumas cidades capixabas. A cortada do mastro é a fase inicial observada nas Festas do Mastro. Consiste na cerimônia de um grupo de fiéis irem a mata e lá cortar um mastro para a bandeira do Santo Padroeiro. Depois vem a puxada-do-mastro, cerimônia que antecede aos festejos da Fincada-do-mastro. A condução do mastro é feita no ombro dos devotos ou por carros de bois. Finalmente, a Fincada-do-mastro na cidade.”

Tradições estas bastantes pertinentes ao tratamento dado aos mesmos rituais na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha. Talvez pesquisas aprofundadas sobre a formação e as origens do padre Ibiapina, tido como precursor desse culto na região, que não é o caso desse trabalho, possa elucidar alguns fatores históricos implícitos nesses processos.

Embora o culto à árvore transgrida os limites do ritual de escolha, é neste segundo momento, o ritual do corte da árvore, que acontece há quinze dias de antecedência da festa, onde se comungam o apelo sacro-profano do momento festivo. Com o caráter fálico, o apelo sexual e de virilidade do símbolo da festa, o profano ganha relevância.

Com a participação de alguns personagens para a sua realização, como o Capitão do Pau da Bandeira, que no princípio do festejo era condecorado pela indicação

antecipada de políticos, da igreja, e confirmada ou não, pelos carregadores, e só depois passou a ter eleições anuais nos mesmos moldes; os carregadores do pau, homens naturais de Barbalha, veem no momento a confirmação da virilidade e da fé.

É no mercado municipal onde se dá o encontro desses atores/sujeitos, constituído por seus trabalhadores, que ao longo do tempo vêm se reunindo neste mesmo local sob a exaltação de amizade e de união perante a continuidade da tradição.

A pé, ou em caminhões lotados, saem com destino à Igreja Matriz ao som de músicas que veneram o padroeiro: “*Saaaaaaaanto Antôôônio, roogai por nós. Saaaaaaaanto Antôôônio, roogai por nós...*”. Na matriz recebem as bênçãos do pároco local, e pedem proteção a Deus, sob intercessão de Santo Antônio e da Virgem Maria, para a realização dos festejos, e como resposta felicitam o santo: “- *Viva Santo Antônio..., - Viva!*”. (Mosaico de fotos 02: foto 01- bênção dos carregadores)

A comitiva de carregadores, ajudantes, curiosos e festeiros seguem ao local onde a árvore será cortada: o Sítio São Joaquim, o qual pertencera à Família Teles e hoje é propriedade privada da Empresa de Cimento Nassau – Itapuí ou o Sítio Flores, de propriedade do Sr. Benjamim Sampaio. Os dois se alternam para a doação da árvore sempre que o primeiro não apresentar vantagem, ou ser resguardado pelos órgãos ambientais, pela proteção da área natural.

Às margens de cursos hídricos, perenes e intermitentes, aos poucos a comitiva se aglomera em busca do símbolo sagrado. Entre homens, mulheres e crianças, a mata se comprime. A transmissão festiva já se faz perceptível pela presença das temporalidades geracionais, como podemos perceber na fala seguinte:

*Rapaz, eu trouxe ele [o filho] com cinco anos de idade... pra mata... pra mostrar a ele os carregadores... como era o sistema de trabalho que a gente fazia, no Pau da Bandeira. Aí, de lá pra cá... aí, tá com vinte anos, e ele me acompanha pra todo canto: vem busca, no cortejo... tudo!* (Erfo, carregador do Pau da Bandeira, em entrevista cedida dia 17 de maio de 2012).

E interrogado ao filho sobre sua participação, o mesmo responde:

*Não... é uma coisa que desde de pequeno que eu queria vim, aí comecei a vim, aí gostei, aí até agora, sempre eu venho com ele, aí, é uma emoção grande.* (Nome do filho de Erfo, em entrevista cedida dia 17 de maio de 2012).

A curiosidade em torno dos rituais da festa, e motivados pelo momento festivo de estar na mesma, confirma a presença de participantes, dos mais diversos, os quais

não medem esforços para se fazerem presente no festejo. Sejam os próprios barbalhenses, com suas turmas, trazendo suas bebidas, seus instrumentos musicais, sejam participantes primários, observando o desenrolar da manifestação, como na fala abaixo:

*A expectativa é grande, é enorme, né, porque casei com uma barbalhense, já tem nove anos, e é a primeira vez que eu tô vindo participar do corte do Pau da Bandeira, e se Deus quiser, e com a graça de Santo Antônio, eu vô vim também, participar do carregamento do pau da bandeira, no dia três de junho... Tô vindo retribuir agora, aqui, vendo a... o corte do pau da bandeira do mastro de Santo Antônio. (Anônimo participando do ritual de corte. Entrevista cedida em 17 de maio de 2012).*

A presença também de fotógrafos, jornalistas, pesquisadores reflete a grandiosidade do festejo e sua inserção nos processos de espetacularização como fato recente, onde, ao mesmo tempo em que divulga a tradição, viabiliza outros elementos especulativos.

O caráter de espontaneidade em muitos casos se evanesce para que o momento seja registrado pelos *flashes* e filmadoras, tornando o espaço da fé em o espaço da mídia.

*No acompanhamento da festa, por três anos consecutivos (2010, 2011, 2012), não só percebi, como também registrei, para fins de futuras denúncias, e agora, críticas, o papel da mídia ao fazer a cobertura dos festejos. Dentre estes, no ritual de corte, a demanda midiática não mede esforços para registrar os momentos auge do ritual, aqueles em que os sujeitos, em suas individualidades, se conectam ao divino. São nos momentos de oração em torno da árvore, que os cinegrafistas, fotógrafos, e celulares avulsos se interpenetram ao momento para não perder um segundo de fala ou de gestos. Pedindo até para recomeçar a oração para que possa ser filmada. (Observações de campo feito pelo autor).*

Assim, na conjuntura das adversidades, o corte da árvore vai se efetivando. Amarrar uma corda no ponto mais alto direcionará o seu tombamento. E com bravura, as machadadas são iniciadas pelo mateiro, outro ator desse festejo, de profundo conhecimento da área e das espécies naturais, e apoiado pelos demais.

Os gritos como: “*sai daí*”, são inevitáveis. O número de pessoas em torno do ritual requer cuidado para com os mesmos, até que a árvore venha ao chão, para momento de euforia entre todos, que correm para subir no “pau” e retirar sua casca atribuída agora com um teor divino, certo de que seu chá os livrará do mal e curará doenças, além das promessas ao santo padroeiro remetidas pelo “pau sagrado”.

É nessa oportunidade onde se faz presente o vetor mítico-religioso. “E o mito aí reside, porque ele não é o real, mas uma explicação metafísica do real. Seu espaço é o da imaginação, da sensibilidade, dos desejos, da busca pela interpretação” (MARQUES, 2011, p. 44), nessa dimensão do sagrado. Nesse sentido, a árvore a ser escolhida como “Pau da Bandeira” será a materialização do mito.

A fé se renova a cada desafio festivo dentro da floresta. É chegado o momento de remanejar o tronco, nas palavras dos carregadores: “*chiar o pau*” para local acessível, denominado de “cama do pau”, onde o tronco fica sendo velado até o seu cortejo triunfal. (Mosaico de fotos 02: foto 02 – corte; foto 03 – “chiar o pau”)

E é dentro da floresta, onde os obstáculos naturais - vegetação densa, relevos íngremes, cursos d’água, aflorações rochosas -, desafiam os devotos no cumprimento da tradição; e uma vez vencido, se comemora vigorosamente, reverenciando o santo.

Esses aspectos desafiantes denotam devoção e renúncia quanto à participação dos carregadores no festejo, pois, de acordo com Maia (1999, p. 198),

A participação em uma festa é também, frequentemente, sinônimo de “sacrifício”. Aventamos, inclusive, a ideia de que o “sacrifício” seja um dos arquétipos [...] que perpassam o inconsciente coletivo das festas. Evidentemente, não falamos de sacrifícios aos moldes de “rituais funéreos pagãos primitivos”, mas sim enquanto uma renúncia que o folião contemporâneo faz do suprimento de necessidades em prol de um prazer extraordinário por ocasião da festa, ou à maneira de penitência e pagamento de promessas em festas sagradas.

E nesse sentido, o sacrifício, enquanto arquétipo, media o caráter sacro-profano na realização dos rituais, os quais se testemunha a todo o momento nas atitudes perceptíveis dos participantes, uma vez que há o entrelaçamento entre as orações regadas à aguardente (cachaça), as quais revigoram as forças dos homens para o suporte das adversidades a serem encontradas. Ou até mesmo, proporcionada pelo momento festivo.

Além dos mitos e brincadeiras de cunho erótico, atribuído ao santo: “*a moça que sentar ou pegar no pau de Santo Antônio é digno de um casamento*”; o que não desmerece a festa, pelos atos praticados, aos olhos de quem a realiza.



**Mosaico de fotos 02:** Bênção dos carregadores - 01, corte - 02 e o “chiar o pau” - 03.  
 Autor: CARDOSO, A. I. D; 2010/2012.

Todas essas etapas são encaradas com empenho dos que cresceram atribuindo à festa um momento de glória social, de serem protagonista dessa encenação festiva, posto que, esses atores são personagens de uma vida hierarquicamente coadjuvante, por se tratarem de uma demanda popular abastarda da sociedade que vêm, nesse período, uma troca hierárquica do fazer social.

E tais afirmações, pode-se inferir, culminam com o momento do cortejo do pau da bandeira, acontecendo no último domingo do mês de maio ou no primeiro domingo do mês de junho, abrindo oficialmente os festejo do padroeiro e das festas juninas do Nordeste.

É digno mencionar que o aspecto temporal se faz importante neste dia, pois atualmente já não tem as mesmas características do passado. Mas a essência prevalece. À proporção em que este momento foi se fortalecendo, ganhando autonomia, foi também sendo inseridos outros elementos. Daí a mutabilidade festiva.

O que vemos hoje é a configuração de uma festa-espetáculo desconexa. No entanto, passado e presente se coadunam nessas descrições, daí seu caráter diacrônico e sincrônico.

A princípio, uma festa, ainda de base local, tinha na simplicidade do comemorar a excitação da população. Logo ao amanhecer, a alvorada festiva com a explosão de fogos de artifício, anunciando e convocando o povo a participar. Grupos de bandas

cabaçais dão ritmo à festa. Percorrendo as ruas da cidade com seus pifes e zabumbas, anunciam que a partir daquele momento encontra-se aberta o período de festa em homenagem ao santo.

Na matriz de Santo Antônio, a celebração religiosa abençoa os fiéis e a bandeira, ao mesmo tempo em que legitima o seu domínio sobre os festejos. As ruas da cidade vão, aos poucos, sendo desbravadas pela população. Na “cama do pau” os carregadores já se preparam para o cortejo, o qual se inicia por volta do meio-dia.

O espaço concentrador dos festeiros, na cidade, vai aglutinando as diferentes sociabilidades identitárias. Ela é, segundo Mumford (1965, *apud* Bezerra, 2008, p. 7), “um ponto de encontro”, antes mesmo de ser lugar de residência, um espaço de encontro cerimonial dado pela festa.

A partir da década de 1970, o então Prefeito Municipal Fabriano Sampaio, visando contribuir com o desenvolvimento econômico da cidade, sobretudo pelo viés turístico que a festa proporciona, agrega os grupos de folguedo do município ao festejo.

Catalogados a partir de uma gincana, na qual competiam as duas principais escolas da época, Colégio Santo Antônio e o Colégio Nossa Senhora de Fátima, os folguedos tem sua participação efetivada na Festa do Pau da Bandeira, a partir do desfile destes grupos, patrocinados pela prefeitura.



**Foto 01:** Rua da Matriz: encontro dos grupos folclóricos.  
Autor: CARDOSO, A. I. D; 2009.

São os grupos de Reisados de Congo (foto 1), danças folclóricas do Sítio Farias: Pau de Fitas (foto 2), Maneiro o Pau, Dança da Maresia, São Gonçalo, Capim da Lagoa, Dança do Milho; Reisado de Couro (foto 3), Grupo de Penitentes Irmãos da Cruz e “Incelenças” do Sítio Cabeceiras (foto 04), bandas cabaçais, grupos de Lapinhas, Quadrilhas, Bacamartes, Capoeira e Vaqueiros (foto 5).



**Mosaico de foto 3:** Grupos de folguedo de Barbalha  
 Autor: CARDOSO, A. I. D. 2010/11/12/13.

Assim, a participação destes na festa comunga com a abordagem deste estudo, pois as tentativas de inserção de novos elementos ao festejo como atrativos turísticos contribuíram demasiadamente para sua visibilidade. Unido-os às apresentações em praça pública de artistas regionais e nacionais como Luiz Gonzaga, se fortalecia a expressividade da festa.

E logo então, com a construção do Parque da Cidade, Parque Governador Tasso Jereissati, em 1991, para uma maior demanda de *shows*, o teor publicitário e midiático,

os novos investimentos em infra-estruturas dão início ao seu caráter de espetacularização.

Nesse processo, a festa na/da cidade torna-se centralizada e centralizadora de políticas, e conforme pontua Serpa (2007, p. 79), assim “[...] Nasce a cidade da “festa-mercadoria”, da qual,

[...] folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma. É a cidade das requalificações e revitalizações urbanas, a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas, e dos lugares-espetáculos.

Essas demandas recaem, ainda segundo o autor supracitado, nos processos de “retradicionalização”, donde o caráter de espetacularização das festas e manifestações culturais é transferido das concepções de tradição para as concepções de mercado de consumo onde a passividade impera.

Aliados à contemporaneidade, pela busca do novo, do moderno, a promoção do espetáculo se dá tanto pelos anseios dos participantes, quanto do poder público (municipal, estadual, federal, judiciário), entidades religiosas, mídia, patrocinadores, dentre outros agentes relacionados à produção espacial da festa (MAIA, 1999, p. 206).

Enfim, a crítica se sobressai não ao apelo conservadorista de se manter o tradicional, como modos de vida arcaicos, mas também não preza que estas manifestações sejam sucumbidas pelo mero espetáculo tornando seu valor em valor de mercado, pois são através destes festejos que o passado e o presente coadunam na busca do indivíduo a si mesmo, na sua unidade, e na produção da memória temporal, espacial e festiva.

Assim, é esperada a hora, “... *a cidade toda corre pra ver o pau da bandeira*”, afirma o intérprete Luiz Gonzaga, na música Festa de Santo Antônio, de autoria de Alcimar Monteiro e João Paulo. O acompanhamento do cortejo até a Igreja Matriz tornou-se a “*via crucis*” sacro-profana, onde orações e aguardente são indispensáveis ao cumprimento de renovação da fé.

Em meio a louvores a Santo Antônio, o cortejo perfaz o percurso, onde a presença da “*cachaça do Seu Vigário*” e das bandas cabaçais abrem caminhos e animam a passagem do “pau” e a integração dos festeiros.

A personificação dos carregadores do pau da bandeira ratifica o que afirmamos anteriormente. Envolto de curiosos e fiéis, complementam o protagonismo do “pau da

bandeira”, merecendo destaque, pois seu papel viabiliza desde a organização, a alegria, e a fé entre os demais.

Daí, outro papel fundamental ser o do “Capitão do Pau”. Conforme Araújo (1994, p. 92-93),

[...] Ele encarna não apenas a figura central das expectativas de devotos e carregadores, no sentido de que a festa seja bonita e motivo de orgulho, como também media os interesses cada vez mais complexos dos segmentos diversos que nela interferem. Enfim, é alguém que precisa de um bom conhecimento das relações sociais e políticas, que deve contar com o apoio e a confiança das instâncias do poder constituído, que precisa ter simpatia pública e sobretudo, para sobreviver como Capitão, tem que conhecer o trajeto do cortejo, os homens que fazem o transporte e ter um bom desempenho na coordenação das operações do transporte.

Dessa forma, podemos incluir esse aspecto hierárquico, conscientes de outros, aos dizeres de Canclini (1983), quando este enfatiza, discordando das teorias de Duvignaud (1983), que as diferenças sociais do cotidiano se repetem durante a festa.

Atrelado a isso há uma estrutura hierárquica quanto à patente de “Capitão do Pau”, conforme afirmação supracitada, como também na disposição dos carregadores ao longo do carregamento do mastro. Toda a extensão do objeto sagrado é destinada, respectivamente, aos que mais se destacam, sobretudo em relação aos interesses devocionais, respeito, moral, valores e compromisso ao festejo.

Mas, levando-se em consideração a temporalidade festiva, visto que nos princípios desse ritual os carregadores eram constituídos pelo “o povo do mercado”, eram os trabalhadores dos sítios e dos engenhos, eram os prestadores de pequenos serviços.

Fala-se de “magarefes, ferreiros, freteiros, pedreiros, tangerinos, trabalhadores de engenho e outros” (ARAÚJO, 1994, p. 101). Diferentemente dos dias atuais, dos quais a participação como carregador, além dos já mencionados, incluem-se também estudantes universitários, advogados, empresários, servidores públicos.

Com o cortejo do pau da bandeira adentrando as ruas da cidade, sendo as primeiras as ruas periféricas dos bairros Bela Vista e Vila Santo Antônio, curiosos e devotos já se agregam aos carregadores, como motivadores da fé e pelo papel desempenhado.

Em meio a brincadeiras, orações e cachaça, as paradas obrigatórias, devido ao peso do “pau”, são momentos de exaltação entre a multidão e os carregadores, sempre muito atentos à organização e aos riscos de acidente:

*[...] Então a gente tá muito feliz com vocês aqui presente, com esses carregadores com muita força, homens de honra, de força, então nós vamos chegar lá com fé em Deus. [...] A dificuldade é a diferença do pau da bandeira, o jatobá desse ano [2010], mais pesado, mais linheiro e mais perigoso, então a gente tem que ter muito cuidado, os carregadores vem sempre bebendo essa bebida, a cachaça, que vai ingerindo mais ainda na cabeça da gente, aquela adrenalina, então a gente tem que ter o cuidado, tirando aqueles que tão mais alcoolizados, pra num ocorrer nenhum perigo. (Roberto “Maguila”, carregador do pau da bandeira. Entrevista cedida em 30 de maio de 2010).*

Essa organização do carregamento recai diretamente à pessoa do “Capitão do Pau”, que junto aos carregadores impõem certa ordem, pois os acidentes, provocados pelos excessos, sobretudo de álcool, e o atraso na chegada à Igreja Matriz, comprometem o desempenho, não só destes, mas da festa como um todo.

As justificativas pelos atrasos podem se dá ao peso do “pau”, dificultando o carregamento, como também pela tentativa dos festeiros de conseguir tocar no mastro sagrado, especialmente as mulheres, quando estas anseiam o ato, e os carregadores, sem nenhum pudor, as “esfregam”, literalmente, no “pau”, denotando-se a profanidade do momento.

E assim, chegando ao centro da cidade, a passagem do cortejo vai sendo mais difícil, uma vez que as ruas estreitas, aglomeradas pelos festeiros, intensificam os cuidados na organização do trajeto: Praça Brasília, Largo do Rosário, Rua do Vidéo, Praça Neroly Filgueira, Rua da Matriz.

Dessa forma, os anseios crescentes de projetar a festa a maiores escalas fazem com que a configuração espacial do cortejo exija uma estrutura organizativa na cidade por meio do poder público municipal.

Muito recentemente, há instalação de palcos dispersos no trajeto do cortejo ou em área proximal da festa: Praça Engenheiro Dória, onde acontecia as apresentações, antes da construção do Parque da Cidade; Marco Zero, na Avenida Cel. João Coelho; Largo do Rosário, rua da Matriz; por um lado reflete a intenção turística, e conseqüentemente econômica da festa, ao atrair grandes públicos com *shows* durante os turnos da tarde e noite do mesmo dia;

Ao mesmo tempo em que essas atrações acontecem, dispersam os festeiros com a intenção de minimizar o fluxo de pessoas durante a passagem do cortejo do pau da bandeira, na tentativa de se evitar acidentes ou dificultar o trajeto.

Essas atitudes demonstram o quanto o poder municipal age, sobre forte influência, no espaço festivo, o que nos direciona a pensar o sentido da ordem na festa, o controle exercido pelas instituições, equivalendo ao uso dos espaços públicos, dinamizando e espetacularizando-os.

Por esse viés de apropriação, a Festa de Santo Antônio não é uma particularidade. Marques (2011, p. 158), ao analisar a Festa de Reis Santos, no distrito de Matinézia, em Uberlândia, MG, também evoca o processo combinado do espetáculo e da tradição, onde

Os espectadores da festa são atraídos principalmente pela necessidade do tempo livre – tempo do não trabalho – por meio do lazer. Mas a manifestação em si, espetacularizada, também apresenta uma série de encantos e seduçõs que reforçam seu potencial atrativo, sobretudo no que diz respeito à estética da festa. Enquanto simulacro, a festa é dotada de polimentos, fineza, arredondamentos, apurações e contém um senso profissional que não está presente na “aspereza” da festa popular. Têm-se, então, duas situações num mesmo espaço: a essência festiva, vivida pelos voluntários, e o espetáculo, consumido pelos espectadores. Esses dois movimentos e usos se mesclam e se confundem a todo o momento.

Assim, entremeado pela tradição e pelo espetáculo, pela ordem e pelo caos, o cortejo prossegue no trajeto. A Rua do Vidéo, sendo uma rua mista, comercial e residencial, se sobressai por caracterizar aspectos elitistas. Nela congregam-se, durante a festa, os mesmos aspectos agora compartilhados pelos familiares e amigos dos que lá residem e que moram em outras cidades/estados/regiões.

Um olhar investigativo mais apurado percebe a distinção de usos e ocupação desses espaços na festa, assim como as outras áreas festivas que também se caracterizam com outras demandas populacionais.

Essa mesma rua, durante a festa, é usada como palanque para os políticos que a prestigiam, aproveitando a oportunidade para se autoprojetarem com “político popular”. Quando não muito, se aventuram em subir no “pau da bandeira”, quando concedido por carregadores partidários, para insatisfação das oposições ou de carregadores apartidários.

As falas que se seguem denotam a indignação de alguns carregadores sobre a eventual passagem, quando políticos locais são convocados para subir no mastro, ocorrida em 2010 e 2013, tanto na rua do Vidéo como também na rua da Matriz:

*Nem é pra subir Rommel, nem é pra subir Camilo... A festa é nossa, então deixar Camilo e Rommel subir, e não deixar um carregador, tá*

*errado... Mande Camilo e Rommel ir buscar o pau... (Carregador anônimo. Entrevista captada em 2010).*

(...)

*No meu entender quem tem prioridade são os carregadores do pau da bandeira, eles quem deve escolher o que é bom pros carregadores não os políticos. Político tem que ficar fora a parte. Só os carregadores é que devem decidi, políticos não. (Carregador anônimo. Entrevista captada em 2010).*

Da praça Neroly Filgueira (ou calçadão) à rua da Matriz, já se percebe a euforia e o fluxo demasiado de pessoas em direção ao destino final. As calçadas, praças, bancos, árvores, muros, varandas, janelas acomodam as pessoas ávidas em ver o *gran finale* dessa epopeia.

Analisando a evolução da festa, através de pesquisas fotográficas, vídeos e estudos sobre a mesma, a chegada à matriz para o fincamento do “pau da bandeira” em horário hábil e sem nenhuma adversidade acontecida era sinônimo de superação e renovação, sobretudo da patente de Capitão do Pau, uma vez que neste se concentra toda a responsabilidade pelo cortejo. Pois,

[...] Diante dele se colocam dois grandes obstáculos a serem ultrapassados e que podem ser fatais para a sua carreira e sua fama: os acidentes e o atraso da chegada do Pau. Os acidentes, considerados como tal, são aqueles que deixam as pessoas aleijadas ou inválidas mesmo. Esse tipo de acidente ocorre com os embriagados e, para evitá-los, somente com um grande trabalho de vigilância e de coordenação ao lado de uma boa equipe de confiança. A “desorganização” de um cortejo, causadora de acidentes e atraso, custa ao Capitão a possibilidade de uma reeleição. (ARAÚJO, 1994, p. 95).

Tais preocupações ainda se tornam muito pertinentes atualmente, embora ao que diz respeito à chegada do mastro até a Matriz, já não coaduna com os propósitos de anos remotos. Com exceção da versão 2013 da festa, com a chegada às 18 horas, os anos anteriores extrapolaram os horários habituais, ultrapassando a meia-noite, como no ano de 2012.

Esta imposição de chegar cedo à matriz partia da própria organização, visto que, se houvesse atrasos, justificava-se pelas dificuldades, mas também, visando às pessoas que moravam fora, e estavam na festa para contemplar o ritual, que tardiamente chegava, provocava decepção por parte dos visitantes, e dos mais idosos.

Porém, há uma certa desconfiança em relação ao atraso do cortejo, que seria, sobretudo, para que os barraqueiros e ambulantes pudessem vender todo o seu estoque de produtos, no entanto sem nenhum teor comprobatório.

Assim, com ou sem atrasos, o momento sublime se faz. Cavado o buraco, preparada as tesouras de suporte, e amarrada à bandeira benzida, o pau é içado pelos gritos de louvor ao santo, orações e agradecimentos pela chegada.

À explosão dos fogos, as pessoas se amontoam entorno do Pau da Bandeira de Santo Antônio, intencionam suas promessas, suas renovações de fé apenas com um toque no mastro; escrevem seus nomes e o nome dos outros, se deixam fotografar próximas ao grande símbolo fálico. O sagrado pau da bandeira agora complementa sua função: o diálogo entre os devotos e o divino. Sem negar, portanto, o imaginário sexual que o mesmo denota, absorvido pelos festeiros.

O momento festivo se dá assim pela celebração dos sentimentos identitários, através do vetor mítico-religioso/profano, o “Pau da Bandeira de Santo Antônio”, impregnando na memória individual e coletiva dos participantes na construção de uma unidade, da qual fazem parte. As lembranças se fazem presentes na (re)atualização e confirmação das identidades constituídas:

*[...] Vamos lembrar de “seu” Batista, de Maristênio, vamos lembrar de Dr. Edilto, vamos lembrar dos carregadores do pau da bandeira, muitos... que por mais que a gente não lembra o nome aqui, mas estão também em espírito, participando dessa festa bonita, e todo mundo, de mãos dadas, vamos rezar, agradecer a Santo Antônio, e nosso Senhor Jesus Cristo, e a Deus, por mais um ano de tradição. Essa é a força do povo da Barbalha. Essa é a força que é carregada no coração dos carregadores do pau da bandeira... [...]* (Locutor local. Fala captada em 2010).

Com a bandeira hasteada, as pessoas se dispersam pelas ruas, ainda eufóricas pelo momento mágico, mas também porque ainda tem festa na cidade. Os carregadores, exaustos, comemoram a missão: chegar à Matriz com o “Pau da Bandeira de Santo Antônio”, fincar e hasteá-lo:

*[...] num momento desse a gente sabe que o sentidos da gente fica muito apreensivo, pelo risco que a gente corre, mas é como eu já lhe disse, nossa equipe, nossa turma, dessa década, é uma turma unida, é uma turma que realmente veio pra somar, então quando a pessoa vem pra somar, quando vem pra ser unido, todas dificuldades se tornam mais fácil, então é justamente o que aconteceu, em virtude das dificuldades, mas nossa equipe é uma equipe unida, aguerrida, e a gente cumpriu com a obrigação da gente, o mais importante é isso aí.* (Edvan (Bebê), carregador do pau da bandeira. Entrevista cedida em 30 de maio de 2010).

O encontro e as sociabilidades construídas nesse dia de festa invoca uma (re)atualização das dinâmicas cidadinas, na esperança de que no próximo ano elas aconteçam tão ou melhor quanto a que acaba de findar.

As esperanças são alimentadas ou destruídas a partir desse instante extraordinário das experiências compartilhadas na festa, aguça os sentidos na constituição das identidades dos sujeitos locais e festivos.

Em anos pretéritos, quando não se via, ainda, um teor mais exploratório das festas, quando se trata da estrutura para espetacularização das mesmas, o contentamento era alcançado pela simplicidade do comemorar, pelo prazer em participar e transmitir.

Hoje, essa estrutura vai além do que se pode observar materialmente nas festas e fundamenta-se não apenas da participação da população local e dos turistas, mas, especialmente, no consumo do lugar, cultural, dos signos, dos discursos sobre o lugar.

Tomando como exemplo de espetacularização a festa ora estudada, faz-nos inferir sobre o assunto abordado, visto que, de início as características da espetacularização das festas estão na dimensão espacial desses eventos e seu raio de abrangência (CASTRO, 2012, p. 85).

Levando em consideração a Festa de Santo Antônio, com a Festa do Pau da Bandeira - que abrem os festejos do ciclo junino do Nordeste e do Cariri -, e a presença de pessoas dos estados e cidades dessas regiões, não restam dúvidas quanto ao seu raio de abrangência e uso do espaço urbano.

# Cortejo do Pau da Bandeira

Elaborado por CARDOSO, A. I. D e LIMA, G. G.  
 Imagem de satélite obtida pelo Google Earth  
 Março de 2013



5 - Parque da Cidade



3 - Estádio Inaldão



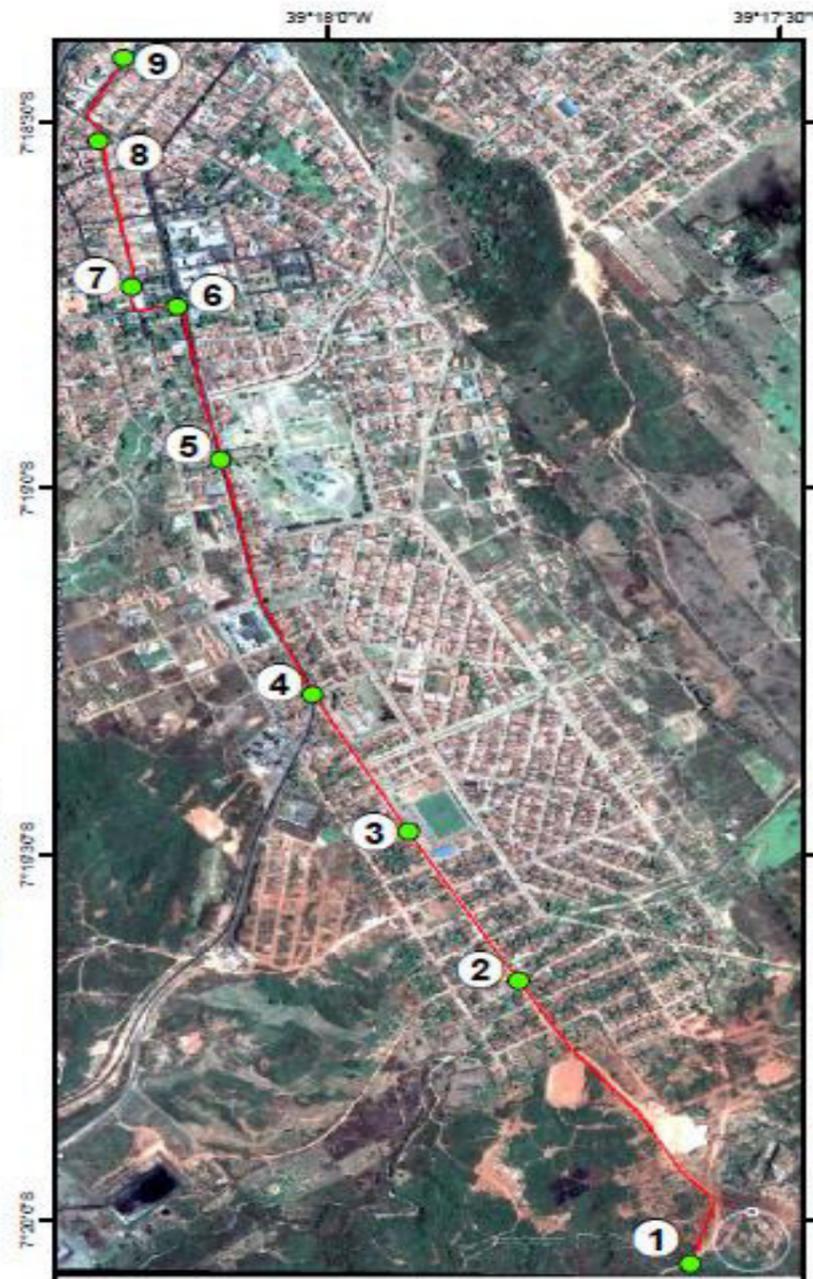
4 - Vila Santo Antonio



1 - Cama do Pau



2 - BelaVista



### Legenda

 Caminho do cortejo

GCS\_South\_American\_1969  
 Datum: D\_South\_American\_1969

(IN)VISIBILIDADE DE ESPAÇOS  
 FESTIVOS: A CENTRALIDADE DA FESTA DE  
 SANTO ANTÔNIO E AS MANIFESTAÇÕES  
 PERIFÉRICAS DE BARBALHA, CEARÁ.



Mestrando  
 Antônio Igor Dantas Cardoso  
 Orientador



Dr. Christian Denny Monteiro de Oliveira



9 - Hasteamento da Bandeira



9 - Rua da Matriz



8 - Rua do Video Prç Neroly Filgueira



6 - Praça Brasilia



7 - Largo do Rosario

**Mapa 4:** Cortejo do Pau da Bandeira de Santo Antônio.  
 Autor: CARDOSO, A. I. D; LIMA, G. G. de; 2013.

E o papel da mídia, na divulgação da festa, contribui para formação dos processos de espetacularização, uma vez que, de acordo com a figura 01, o total de participantes não diz respeito necessariamente a devotos, mas também à participação da coletividade contraditória, ávidos pelo consumo do lugar, como já mencionado.



**Figura 01:** Reportagem sobre a festa de Santo Antônio em mídia digital  
Fonte: Diário do Nordeste (Elizângela Santos, 11/06/2012).

Intrínsecos às características apontadas acima estão também a mercantilização da cidade e dos valores culturais pelo *marketing urbano*, o qual projetam as áreas de interesses patrimoniais, como os centros históricos, as manifestações folclóricas, as singularidades do lugar, através do consumo cultural proveniente de uma sociedade espetacularizada. E nesse contexto, as pessoas são persuadidas por práticas e situações determinantes ao fascínio imagético, tornando esses eventos atrativos. (CASTRO, 2012, p. 91)

Como apropriação desse fascínio imagético, ainda podemos incluir como exemplo, quando se trata da Festa de Santo Antônio ou a Festa do Pau da Bandeira, as festas denominadas de “pré-pau”, a “noite das solteironas”, como também os blocos de rua.

Estes eventos foram inseridos à festa, tanto pelo teor comemorativo, como para atender demandas. A primeira, as festas “pré-pau”, são assim denominadas por antecederem o evento principal, sendo algumas organizadas pelos coordenadores dos

blocos ou por alguma empresa do entretenimento, como um “aquecimento” para o dia do “Pau da Bandeira”.

Os blocos são organizados pelos civis, quem não têm relações diretas com os organizadores do festejo. Sua composição nos remete aos carnavais fora de época (as micaretas, sem o trio elétrico), pois são compostos por grupos distintos que talvez se propõem como uma autoafirmação na sociedade e na festa.

As camisas dos blocos, com denominações como “Nóis é Pau” ou “Unidos do Pau em Pé”, apresentam conotações dúbias em relação ao festejo. As mesmas são confeccionadas e vendidas pelos e para os grupos formados. Todavia, acabam por integrar o conjunto dos elementos de *marketing* da festa, ideologizando a tradição na modernidade, sendo patrocinadas por empresas locais e regionais como aspectos de carnavalização da mesma. (Mosaico de fotos 04).



**Mosaico de fotos 4:** Blocos nas ruas de Barbalha, na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio.  
Autor: CARDOSO, A. I. D; 2012.

A “noite das solteironas”, que acontece sempre nas noites do sábado que precede a abertura do festejo, foi idealizada por um grupo de senhoras que, na nomenclatura popular “não saíram do catolé”, ou seja, não foram contempladas pelo matrimônio. Como mais um atrativo da festa, o propósito surge devido à definição do padroeiro Santo Antônio como santo casamenteiro, e daí as lendas e mitos entorno do divino.

Esse grupo de senhoras montam barraca onde acontecem as quermesses, no adro da Matriz, onde as “solteironas” se fantasiam de noivas, vendem o “kit milagre”, com

chá da casca do pau sagrado, lascas do pau, imagem do santo, e uma oração a Santo Antônio.

Sendo o dinheiro destinando para a Paróquia, a atração é visibilizada pelo teor cômico que a situação oferece, atraindo demanda, sobretudo, de mulheres em busca de pretendentes intermediados pelo santo casamenteiro.

Nesse contexto, em que a efemeridade festiva faz da cidade uma cidade-espetáculo, e levando em consideração a festa em voga, Fernandes (2006, p. 52) dá ênfase a esse processo, ao invocar a culturalização generalizada. Embora se apresente como paradoxo, promove o encontro de velhas e novas socialibilidades, ao mesmo tempo em que legitima o empobrecimento cultural mediante a mercantilização, turistificação e espetacularização do mesmo, banalizando-o.

Encerrada a Festa do Pau da Bandeira, outra, enfim, começa, ou continua: a Festa de Santo Antônio de Barbalha. Porém, para o entendimento desse processo festivo, concordamos com Araújo (1994, p. 15), quando o mesmo dispõe, de forma geral, sobre a festa, da qual destaca três etapas constituintes: as comemorações de caráter religioso, seja pelo catolicismo oficial ou popular; as manifestações da cultura popular, com o desfile dos grupos folclóricos e a espontaneidade dos rituais; e as atrações lúdico-diversionais: os shows, parques de diversão, barracas.

De abrangência mais religiosa, a Festa de Santo Antônio de Barbalha se constitui por “noitários” que, em dias subsequentes, realiza-se celebrações ao santo padroeiro: a princípio eram as novenas, complementadas com as comemorações de teor “mundano”, com

[...] os leilões na rua da igreja matriz, animado ao som dos altos falantes de um acanhado parque de diversões, com jogos de argola, um pequeno carrossel de cavalinhos, uma roda gigante; a distribuição do bolo da noite, confeccionado pelas senhoras da sociedade local e, no último dia da festa, a procissão de encerramento, a qual percorria quase toda a cidade, com cânticos e louvores ao santo padroeiro. (OLIVEIRA, 1999, p. 114-115).

A realização da festa, a partir dos anos 1960, passou a acontecer na Praça Engenheiro Dória, conhecida como Praça da Estação. Motivos para tal mudança pode ter se constituído pelos rumos profanos que a mesma passou a adquirir, como também o aumento de público festeiro de outras cidades e sítios da região, visto que a mesma era realizada nas proximidades do templo sagrado, fugindo aos domínios da instituição religiosa. Ficou na Rua da Matriz apenas os leilões, nos quais as famílias arrematavam objetos caros (*Ibidem*).

Na Praça da Estação a promoção da festa era mais popular, com barracas de palha, parque de diversões, apresentações artísticas, permanecendo nesta até a sua transferência para o Parque da Cidade Governador Tasso Jereissati, em 1991, viabilizando a amplitude da festa, agora em escala regional/nacional, propiciado pelo espaço delimitado por seus sete hectares de área (ARAÚJO, 1994 p. 75).

Decerto que algumas dessas práticas, atualmente, ainda são observadas, porém, com outras intensidades e intenções, onde se congregam a participação da paróquia e da secretaria de cultura do município.

Há, ainda, os leilões, agora amparados pelos sofisticados sistemas de som e alguns brinquedos do Parque de diversão que disputam e ofuscam o espaço do “Pau da Bandeira”. O “bolo da noite” foi substituído pelas comidas dos barraqueiros que alugam os espaços para se alocarem, diversificando entre comidas típicas e *fast food*. A essas mudanças são atreladas os aspectos mercadológicos que a festa veio adquirindo, perdendo seu teor comunitário da realização festiva.

Hoje, os “noitários” com as trezenas se realizam com o apoio da população de Barbalha, grupos religiosos, entidades públicas, uma vez que cada noite é dedicada às categorias profissionais ou setores da sociedade, isolados ou em conjunto, e seus representantes: Educação, Saúde, Homens, Mulheres, Funcionários Públicos e outros setores da economia local, Antonio ou Antonia, e seus derivados. Cabe a cada setor(es) organizarem-se para que os mesmo, em procissão, cortejem a imagem do santo até a igreja matriz e daí direcioná-lo, também em procissão, aos responsáveis da noite seguinte.

Para Di Méo (2001, p. 06),

[...] as festas de padroeiro nos revestem da mesma significação que as festas de calendário. Elas não endossam o caráter universal daquelas. Elas privilegiam, com efeito, uma comunidade localizada de longa data sobre o patronato e sobre a proteção de um santo. Isto vale para a tradição dos países cristãos que cortam as velhas malhas paroquiais (...). As procissões e os cortejos de tais festas sacralizam o território. Elas fixam de uma certa maneira sua inviolabilidade. Elas legitimam sua apropriação coletiva.

Esses rituais renovam os votos de fé, promovendo sociabilidades perante os enfrentamentos do mundo, legitimando a festa religiosa. Acabada a celebração da noite, a rua da matriz complementa o processo ritualístico-festivo. Os leilões se encarregam de captar recursos para a igreja, com produtos doados pelos empresários locais.

Os *shows* de cantores e tocadores naturais de Barbalha ganham espaço, mesmo que tímido, na quermesse, onde o parque de diversões distrai as crianças e sufocam o símbolo da festa: o Pau da Bandeira de Santo Antônio, em meio à marca dos patrocinadores e a negligência por parte dos organizadores do festejo.

Mantendo o mesmo teor elitista da década de 1960, a quermesse da Rua da Matriz, atualmente na festa de Barbalha, viabiliza o encontro das “famílias de nome”, de políticos locais, empresários, sob justificativa de ser um ambiente mais tranquilo para participar do festejo.

Já no Parque da Cidade, promove-se os grandes espetáculos artísticos com bandas de renome regional e nacional, atraindo multidões, estimulando o uso do espaço para outras atividades econômicas e culturais da cidade, alternando a organização da festa entre a prefeitura municipal e empresas terceirizadas, e, contudo, legitimando sua espetacularização.

Nesse desmembramento da festa, entre o “Pau da Bandeira”, os “noitários”, as quermesses e os *shows* no Parque da Cidade, o seu desfecho final se cumpre com a procissão do padroeiro, no dia 13 de junho, dia de Santo Antônio.

Os aspectos institucionais, enfatizados no início desse capítulo - Igreja, Família, Poder Público - se mesclam e se confundem em certos momentos na constituição dos processos festivos.

Para a realização da procissão, o fator Família agrega o aspecto tradicional do evento. O andor do santo padroeiro, confeccionado por grupos religiosos ligados à paróquia, inicia seu percurso saindo da casa de uma família tradicional do município, a Família Teles, a mesma que por muito anos doou a árvore para o pau da bandeira.

Percorrendo as ruas da cidade, o carro-andor do padroeiro é resguardado à sua frente pelos andores dos padroeiros das demais capelas, de sítios, bairros e distritos do município, filiados à Paróquia de Santo Antônio e São Vicente de Paula. Sobretudo os que iremos tratar mais adiante: São Sebastião (Santa Rosa), N. S. de Lourdes (Cabeceiras), e São José (Riacho do Meio)

Composta por uma demanda de fiéis, estes convergem para a cidade os sentimentos devocionais de suas localidades, simultâneos às obediências da igreja quanto a sua participação na integração religiosa do município e na intenção de tornar grandiosa a homenagem ao santo.

Amaral (2003, p. 191), a respeito dos atos processionais, enfatiza que:

A propagação das procissões em dias de festa religiosa tinha função tranquilizante e protetora. Itinerários importantes para a comunidade, cantos e ladainhas somavam-se nas freqüentes procissões para atender a necessidades “imperiosas”, como a saúde do rei, falta de chuva, epidemias, etc. Ao lidar com a demanda por religião e fé por parte dos colonos, que viam nas procissões um apoio espiritual, a Igreja passou a lhes dar justificativas históricas e teológicas. Mas aproveitou também para disciplinar e controlar a população. Isto porque as procissões eram e são, ao mesmo tempo, eventos comunitários e hierárquicos. Elas exprimem a solidariedade de grupos subordinados a uma paróquia, reforçando tanto laços de obediência à Igreja quanto os dos membros de uma comunidade. [...]

Tais funções permanecem na contemporaneidade. Nos caminhos percorridos, os clamores da multidão intercedem às intenções de promessas, congratulam o divino pelas graças alcançadas, nos guiam rumo ao paraíso, com disciplina, cânticos e júbilos a Santo Antônio.

Algumas casas são decoradas pelos moradores para receberem as bênçãos e proteção do santos, (re)afirmando a fé. Em direção à Matriz, os fiéis em cortejo seguem as ruas da cidade aglomerando-se, aos mesmos moldes da Festa do Pau da Bandeira, para participarem da celebração litúrgica do encerramento.



**Mosaico de fotos 5:** Procissão e celebração a Santo Antônio de Barbalha.  
Autor: CARDOSO, A. I. D; 2012.

Novos símbolos mítico-religiosos se fazem presente: a imagem de Santo Antônio, as flores de decoração, como podemos verificar na fala que se segue:

*Meu filho morreu de acidente de moto... faz quatro ano, e ele curtia muito a festa de Santo Antônio. Então... eu venho e levo a flor pra ele. Todo ano. E já faz quatro ano que ele morreu... Aí eu sinto saudade dele, sinto muita emoção de vim, venho sozinha, né. Venho, participo da festa e levo as flor pra ele. [...] E qual o significado dessas flores? Pra mim é uma felicidade eu poder pega [as flores], por que o pessoal só falta matar a gente, né. Mais, aí eu pego e levo pra ele. (Devota anônima de Juazeiro do Norte. Entrevista cedida em 13 de junho de 2012).*

Nessa oportunidade, cabe evidenciar que, independente de evolução, mudanças e/ou perspectivas futuras em relação à Festa de Santo Antônio de Barbalha, a característica que se sobressai a essas demandas, tanto espacial quanto temporal, é que a mesma converge em seu interior sacro-profano aspectos de pertencimento.

As construções de espacialidades, alteridentidades, territorialidades simbólicas citadas nos direcionam o pensamento a refletir sobre o apelo local urgido, nesses momentos, pelos festeiros, sobretudo, os que encontram-se diretamente envolvidos no processo.

Essas características são bastante pertinentes, pois é aí onde se encontram o cerne do entendimento da festa, na promoção da vida que os anima, nas representações sociais interpretadas pelos atores festivos, arraigadas nas suas condutas e conduzidas pelo enraizamento da cultura popular regional.

Características estas que emergem enquanto fatores tributários de visibilidade da festa, dos sujeitos que a absorvem em suas práticas cotidianas e ativam na memória a continuidade do fazer festivo.

Quando mencionado anteriormente que a Festa de Santo Antônio de Barbalha continha uma estrutura de entendimento complexa, amparado por relações institucionais locais e conflituosas, pela apropriação da mesma, não estávamos enganados.

A formação constituinte que resultou no que a festa representa, e se apresenta hoje em dia, sobretudo em relação a sua evolução, denota uma centralidade visível perante as demais manifestações culturais do município.

Assim, podemos inserir a Festa de Santo Antônio às dinâmicas vetoriais dos Lugares Simbólicos, proposto por Oliveira (2011). A produção desses vetores, segundo o autor, associadas ao simbolismo, torna-se decisivo para a interpretação das intencionalidades sociais no espaço.

Os lugares simbólicos, enquanto lugar excepcional, incomum, fazem convergir fatores culturais e ambientais diversos, uma profusão de alteridades. Dessa forma, os vetores que dinamizam, de forma associativa o lugar, e sobretudo, quando da análise da festa ora tratada, são:

- Mítico-Religioso, de forte carga irracional, é o vetor de base, respondendo pela tradição cultural do lugar e da festa;
- Político-Turístico, demanda planejamento territorial dos lugares simbólicos, no caso do planejamento da Festa de Santo Antônio, tornar-se central na gestão dos processos de registro e proteção, e;
- Mediático-Ecossistêmico, “é aquele que mais rapidamente gesta pelo controle das informações, uma economia dos bens simbólicos”. (*Ibidem*, p. 99 – 101)

Contudo, a partir das dinâmicas das forças vetoriais supracitadas, há momentos na Festa de Santo Antônio que nos exige evidenciá-los, como forma de contribuir com um possível entendimento dos fatos que nela ocorrem.

Cabe elucidar, além das já mencionadas nos tópicos anteriores, essas centralidades visíveis que emanam dessa manifestação e repercutem na realização da festa: o polêmico corte da árvore para ser pau de bandeira; os investimentos financeiros para a festa; o registro do festejo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

### **2.3 O polêmico corte da árvore**

Um desses momentos de visibilidade refere-se aos rituais de escolha e corte da árvore que será pau de bandeira. Uma polêmica gerada em torno da manifestação cultural, colocando-a enquanto ato criminoso, pela inserção de outro ente institucional à festa: os órgãos ambientais.

A princípio, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA, e mais recentemente, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, e suas aplicações legislativas. Neste momento o mítico é fragilizado pelo mediático.

Vamos aos fatos: é sabido que para a realização dos rituais de escolha e corte da árvore se faz necessário um contato direto com a propriedade onde a mesma é retirada: Sítio São Joaquim ou Sítio Flores, ambos no município de Barbalha. O cerne da questão encontra-se pontualmente na localização dessa propriedade, na densa floresta da Chapada do Araripe.

Historicamente, a proteção jurídica do Estado sobre a cobertura vegetal na Chapada do Araripe se deu a partir de 1946 com a criação da primeira floresta nacional do Brasil, FLONA - ARARIPE, influenciada pelo serviço florestal norte-americano, com o intuito de “tomar conta da parte florestal, (...) entendido, por muito tempo, como fomento da exploração florestal” (URBAN, 1998 *apud* IBAMA, 2004).

Hoje, com a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a FLONA integra o grupo das Unidades de Uso Sustentável, com área de 38.626,32 ha, composta pelos municípios de Santana do Cariri, Crato e Barbalha, a qual visa conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

O SNUC busca interagir com diversas instituições, visando a tomada de atitudes contextualizadas para um melhor planejamento dessa Unidade de Conservação (UC), tanto na esfera ambiental quanto social, que possa gerar um desenvolvimento com sustentabilidade para a Região do Cariri, no fornecimento de alimento, energia, plantas medicinais e como atração turística (IBAMA, 2004).

Esta se encontra inserida na Área de Proteção Ambiental (APA-Araripe), criada em 1997 a partir de um decreto federal, com área de 1.063.000 ha que se distribui entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, na Chapada do Araripe.

A APA integra também o grupo das Unidades de Uso Sustentável que visam: a proteção da fauna e flora; a conservação dos leitos naturais das águas, ordenamento do turismo e suas modalidades; o incentivo a manifestações culturais; o asseguramento da sustentabilidade dos recursos naturais. A APA proibi e/ou restringi a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, atividades que provoquem aceleração da erosão do solo, que comprometam os recursos hídricos e aquíferos (BRASIL, 1997).

Munidos desse aparato legislativo, podemos inferir quanto a aplicação do mesmo. A localização dos Sítios São Joaquim e Flores, inseridas nos limites da Flona-Araripe e da APA - Araripe, encontram-se em área de vertente da chapada. A esta área, no conjunto ecossistêmico natural, é atribuída uma grande importância, uma vez que aí, afloram os enxutórios naturais de água derivados dos aquíferos do relevo tabular.

Sendo a cobertura vegetal um dos elementos prioritários para a manutenção e permanência destas fontes d'água, o corte de árvores acaba por se tornar um ato criminoso perante a legislação ambiental vigente.

Mais recentemente, as políticas ambientais das Áreas de Proteção Permanente – APP, na qual os sítios se encontram, e combinadas com os territórios das Unidades de

Conservação e da importância geoambiental da Chapada do Araripe fragilizam a realização dos rituais.

O anseio pelas características preservacionista/conservacionista das áreas naturais intensificou-se com a ampliação das atividades industriais ligadas ao período de expansão do capitalismo. Dessa forma, faz-se mister a preocupação com a unidade de relevo da chapada do Araripe.

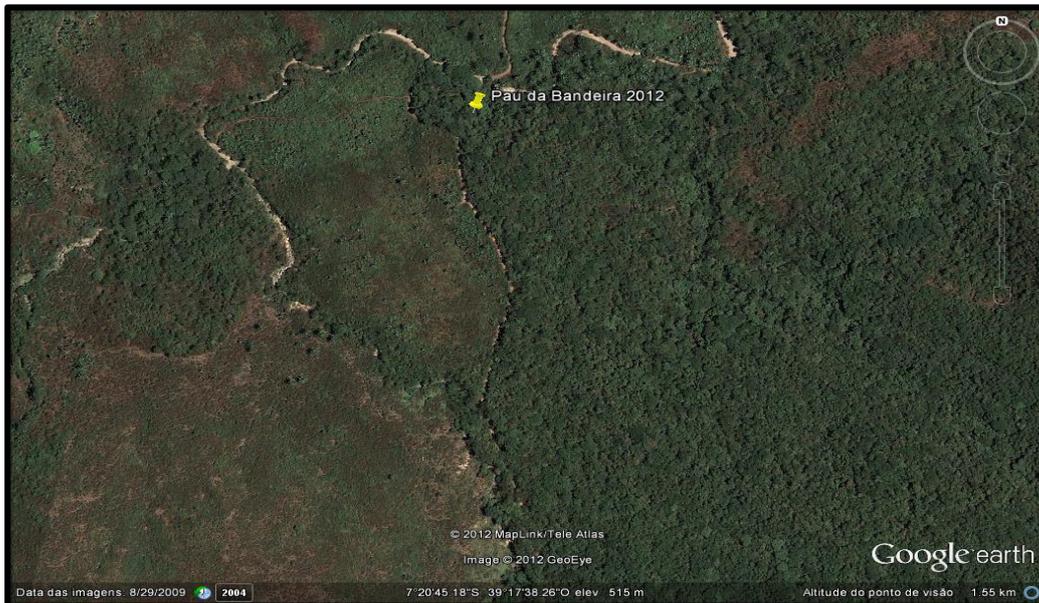
Porém, quando se trata da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, tais preocupações ganham maiores proporções. Em 2007, o IBAMA interveio sobre o festejo, a ponto de proibir a realização do mesmo devido a retirada de espécie endêmica da floresta, a qual se encontrava em extinção, sendo o estopim para que nos anos subsequentes a realização do ritual se desse com a aprovação dos órgãos ambientais.

Os atos que insensibilizam as manifestações culturais nos fazem interrogar sobre qual o limite do entendimento quanto à preservação de uma natureza intocada (DIEGUES, 1996) e a perpetuação de uma manifestação cultural, de caráter sensitivo e identitário para a população que a manifesta.

Tal pergunta se torna pertinente, pois, com efeito, essa proteção à natureza intocada apresenta-se demasiadamente quanto à realização dos festejos, e sendo negligenciada quanto às atividades econômicas que utilizam os mesmos territórios para extrair matéria-prima, sejam elas: árvores, rochas, solo ou água, conforme figura 08.

Nesse contexto podemos inferir sobre o papel da mídia. Uma vez convergindo a cobertura jornalística ao ritual de corte da árvore, o mesmo torna-se alvo fácil às críticas e supostas criminalizações, a respeito da degradação ambiental, o que faz do ritual “bode expiatório” aos reais problemas ambientais que, de fato, acontecem nessas áreas, que são ignorados pela mídia.

Na figura 2, é perceptível, a partir da localização da retirada da árvore, que esta prática ritualística não é a responsável pela degradação ambiental na floresta, como se percebe claramente um adensamento florestal à direita e o impacto de outra(s) atividades à esquerda, ambos na mesma área.



**Figura 2:** Imagem do Sítio São Joaquim com localização do corte do Pau da Bandeira 2012. (S/E).

Fonte: Google Earth, 2012.

Elaborado por: CARDOSO, A. I. D; 2012.

Cardoso; Silva (2011), ao elaborarem um trabalho sobre a temática cultura/natureza na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, proporam a catalogação de árvores da mesma área em questão que tinham atributos para ser pau de bandeira.

Contudo, amparados pela legislação ambiental, algumas restrições foram aplicadas como: não retirar árvores próximas a córregos ou fontes d'água; não retirar espécies em extinção; não retirar árvores que estivessem em altitudes abaixo de 500 metros. Foi inserindo nessa legislação um estudo técnico da espécie para descobrir seu limite de vida biológico, uma vez que quanto ao ciclo natural, estas não são eternas.

Dessa forma, foi elaborado o Termo de Ajustamento e Conduta – TAC N°01/2009, firmado entre o Ministério Público Federal, a Prefeitura Municipal de Barbalha e o ICMBio, com a proposta de se estabelecer regras atinentes ao corte do “Pau da Bandeira”.

Dentre as cláusulas, o município de Barbalha e o ICMBio diligenciarão os processos ritualísticos do corte da árvore. Este deve acontecer em dia útil, visando minimizar a mobilização de pessoas à área, que por sua vez, pode ser terras privadas ou públicas, excetuando-se as áreas de preservação permanente.

A árvore escolhida deve ser aquela permitida pelas autoridades ambientais, cabendo ao município e ao ICMBio: proceder a recuperação da área degradada no corte; estruturar Horto Florestal, com fim de destinar as árvores para o festejo, tanto da Festa de Santo Antônio, quanto das outras festas de padroeiro do município; controlar o uso

da madeira utilizada na construção de barracas para a festa. E a título de cláusula penal, estabeleceu-se o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de multa ao incorrer do descumprimento dos termos presentes no TAC.

É salutar inferir sobre esses termos, certos de que alguns destes acabam não sendo respeitados, pois, pela própria dinâmica festiva, se torna incompatível persuadir sobre alguns fatores.

A proposta de reverter o dia do corte para um dia útil, sendo esse entre a segunda-feira e a sexta-feira, não impediu o fluxo de pessoas ao local, e considerando que as áreas onde as árvores são cortadas (Sítio São Joaquim ou Sítio Flores) são particulares, os proprietários também não ordena(ra)m alguma restrição.

Essas localidades, por estarem em área de vertente (ou talude) da Chapada do Araripe, têm uma relação tênue com a legislação, visto que se enquadram, quase que completamente, senão completamente, nas denominadas Áreas de Proteção Permanente – APP.

A estruturação do horto florestal é outro fator bastante complexo, pois como sugere o TAC, este deve ser implantado nas imediações da sede do município. Tendo em vista que as áreas onde são cortadas as árvores são viabilizadas por características geoambientais próprias devido o relevo de chapada; logo, essas imediações do município também deveriam ter as mesmas características, visto que, ao contrário, pode não subsidiar árvores para tal fim (CARDOSO; SILVA, 2011).

Sendo o fazer ritualístico da Festa do Pau da Bandeira incorporada às festas dos padroeiros de outras localidades do município (sítio, bairros e distritos), desta feita, já se percebe a conscientização, espontânea ou coibida, do uso da árvore para o festejo.

Nestas festas, muitas vezes se utiliza de um mastro itinerante, isto é, há um empréstimo do “pau” entre comunidades, e, quando não muito, utilizam o “pau” da festa anterior. E quando se trata de um novo mastro, escolhem a espécie eucalipto, que não é considerada nem endêmica, nem espécie de reflorestamento.

Assim, a multa incidida pelos descumprimentos dos termos, embora ensejem a legislação dos órgãos, a estes, com parcerias entre a prefeitura municipal, organizadores do festejo, dentre outros, caberia medidas mais salutares, com relação à questão ambiental.

Adotar parâmetros dialéticos para os conflitos ora abordados, através de palestras, seminários, reuniões, oficinas que incidam diretamente na forma de se fazer o

festejo, concomitante à preservação ambiental, seriam medidas mais adequadas e educativas para se entender as relações cultura/natureza explícitas na festa.

Outro fator importante a mencionar se trata do Decreto nº 024/2011, de 05 de maio de 2011, o qual declara de Especial Interesse Social uma área de terra da propriedade São Joaquim, neste município, onde se encontram as árvores que foram demarcadas e georreferenciadas e que se destinarão ao corte do “Pau da Bandeira” dos anos de 2011 a 2014.

Logo, essas medidas, embora sejam intermediadas por várias instâncias - daí percebe-se a inserção de novos agentes na modelação dos espaços festivos -, visam de alguma forma contribuir para a realização das manifestações, mesmo através de decretos, de termos que coíbem, de certa forma, a espontaneidade inerente à prática festiva.

Assim, espera-se as exigências intermediadas pelos órgãos públicos que legislam sobre a retirada da árvore das localidades mencionadas sejam cumpridas em favor da continuidade dos festejos e de parâmetros mais coerentes ao tratamento dado à cultura popular e ao meio ambiente como fatores indissociáveis, sobretudo da região do Cariri.

## **2.4 Os investimentos centralizadores da festa**

A notoriedade que a Festa de Santo Antônio veio ganhando nas últimas décadas não deixa dúvidas sobre os investimentos financeiros captados para sua realização.

Se em anos anteriores a festa se realizava com verbas municipais e patrocínios de empresas locais e estaduais, atualmente vê-se a ampliação dos recursos de fomento incidida diretamente sobre o festejo. Aqui emerge a associação dos vetores político-turístico e mediático-ecossistêmico.

Tomando como o exemplo o ano de 2012, o governo municipal, através de empresa terceirizada, submete projeto ao Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac, do Ministério da Cultura – MinC, instituído pela Lei nº 8.313/1991 - Lei Rouanet, no intuito de que a Festa de Santo Antônio de Barbalha seja contemplada para captar recursos junto a pessoas físicas pagadores de Imposto de Renda (IR) ou empresas inseridos no mecanismo de incentivos fiscais dessa mesma lei.

O projeto também é apoiado pela Lei 13.811, de 16 de agosto de 2006 – Sistema Estadual de Cultura – SIEC, do Ceará, que, conforme parágrafo único, artigo 1º, tem como premissa:

[...] conjugar esforços, recursos e estratégias dos poderes públicos das diferentes esferas da federação brasileira, de empresas e organizações privadas, de organismos internacionais e da sociedade em geral para o fomento efetivo, sistemático, democrático e continuado de atividades culturais [...]

Ao serem amparados pelas leis supracitadas, os projetos submetidos não se restringem apenas a estas. Pessoas jurídicas de direitos privados também participam ao “incentivo à cultura”, de acordo com os artigos pré-estabelecidos nestas leis. Como patrocinadores, remetem investimentos financeiros aos projetos de cultura em favor de deduções fiscais, o mecenato.

A Festa de Santo Antônio de Barbalha, atendendo às exigências constituintes de apoio à cultura, insere-se na proposta de fomento à manifestação, tanto a partir das leis federais e estaduais como através das empresas, conjugando, assim, um investimento grandioso na sua realização, como se vê na figura 03: Patrocínio, Co-patrocínio e Apoio Cultural.



**Figura 3:** Patrocínio, Co-Patrocínio e Apoio Cultural na Festa de Santo Antônio de Barbalha  
Fonte: [www.festadesantoanonio.com.br](http://www.festadesantoanonio.com.br). Acesso em: 01/10/2012.

Dessa demanda, e de acordo com o projeto submetido: PRONAC: 1112460 – A Festa do Pau da Bandeira de Barbalha – 2012 contemplará apresentações de 49 grupos folclóricos, festival de quadrilhas juninas, apresentações musicais de nível regional e nacional e o tradicional desfile do pau da bandeira pelas ruas da cidade.

Em aproximadamente duas semanas anteriores à festa, com os diferentes e diversos momentos festivos proporcionados pela organização do evento, toda uma estrutura foi montada para sua realização, desde a decoração das ruas da cidade, palcos, pessoal técnico-administrativo, divulgações, hospedagem, alimentação, traslados, cachês, etc, além da gratuidade oferecida no evento para a participação da população.

Sobre os investimentos para atender a festa em 2012, o Secretário de Cultura do município ressalta:

Inicialmente foi aprovada uma liberação de captação de recursos através da Lei Rouanet, de R\$1.700.000,00. É claro, uma autorização para captar, não quer dizer que nos vamos captar tudo isso. E é mais ou menos... o que eu acho que a festa gasta... eu não posso ti precisar, mais a gente tem... só uma infra-estrutura dessa não é brincadeira pra se montar, e também uma programação toda diversificado como você tá vendo, também não é barata, e a gente tá tentando desonerar os cofres públicos, exatamente, buscando a iniciativa privada através da Lei Rouanet. (Entrevista cedida em: 05/06/12).

Na edição de número 80, do dia 25 de abril de 2012, do Diário Oficial da União, o Ministério da Cultura determinou o valor de captação em até R\$1.791.575,00 (um milhão, setecentos e novena e um mil, quinhentos e setenta e cinco reais). E captando R\$120.000 (cento e vinte mil reais), com prazo estabelecido: até 31 de julho de 2012, e como data final de execução até 31 de dezembro de 2012.

Para a festa desse mesmo ano, e conforme figura 03, também foi submetido projeto ao Sistema Estadual de Cultura – SIEC a partir do IV Edital Mecenas da Secretaria de Cultura do Ceará - Secult, com valor de captação de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), tendo como proponente a Fundação de Cultura e Arte Popular do Ceará, conforme resultado da Habilitação Técnica e Jurídica do citado edital.

As críticas atribuídas às leis de incentivo à cultura recaem sobre os moldes da política neoliberal. O modo como se estruturam delimita estrategicamente, ao uso das empresas em suas áreas de atuação, tendendo a uma concentração de usufruto da lei, sobretudo a Lei Rouanet, de escala nacional. Dessa forma,

Outra questão relevante gerada pela Lei é o condicionamento do empresariado que só quer investir em cultura mediante a isenção fiscal, ou seja, projeto sem Lei é projeto sem patrocínio. Além do atrelamento à Lei, as empresas se beneficiam com as estratégias de publicidade e *marketing*, que divulgam os eventos culturais a partir de discursos de democratização e acesso a bens simbólicos, conferindo distinção social ao setor empresarial pelo envolvimento com as artes. (ROSA, 2010, p. 08)

As práticas dessas políticas podem incidir diretamente sobre o *savoir faire* de determinada manifestação, sobretudo se esta ainda se apresenta com traços da sua gênese, como é o caso da festa ora trabalhada, a Festa de Santo Antônio de Barbalha.

Nessas circunstâncias o tradicional e o moderno mediam-se por uma linha tênue, e o papel dos organizadores torna-se importante para a sobrevivência da manifestação, uma vez que dela se apropriam.

Assim, perante a vultosa captação de recursos para a realização da festa, promovida pela Secretaria de Cultura Municipal e empresa terceirizada, patrocinadores diversos são atraídos. Há pretensão de se fazer uma festa melhor e maior a cada ano, para não falar em ambição política como forma de promover o evento e autoprojetar a gestão municipal na promoção da cultura regional.

Tais fatos colocam em xeque diversos aspectos relacionados à cultura local, seja por não compor um quadro técnico sensível à cultura popular, ou pela não implantação de políticas culturais efetivas e eficazes da municipalidade:

É isso que faz o marketing cultural quando uma verba polpuda o autoriza a ambicionar uma grande repercussão de mídia para a marca que patrocina um evento. Tanto é assim que se criou o neologismo “espetacularização”, (...) É sempre bom que se atraia o maior público possível, (...) a maior parte das pessoas levadas a um evento “espetacularizado” só voltará a eventos subseqüentes se atraída por igualmente custosa parafernália promocional. (DURAND, 2001, p. 67).

As consequências dessas políticas destoam do fazer festivo democrático, o que deveria envolver segmentos afins na realização do festejo: sindicatos, associações, ONGs, Universidades. Pelo contrário, as festividades acabam concentrando-se na Secretaria de Cultura do Município e/ou empresa terceirizada.

Tal posicionamento pode levar a um arrefecimento da festa, onde o poder público acaba sendo uma máquina de captura, cooptando as manifestações festivas e folclóricas, ativas e residuais, transformando-as em manifestações passivas, a serem consumidas por ávidos turistas a procura de espetáculos. (CASTRO, 2012, p. 185).

Enfim, os gestores políticos priorizam em seus projetos de festa o tradicional “Contribuir para a preservação das tradições da cultura popular tradicional cearense e brasileira através da realização da Festa do Pau da Bandeira de Barbalha”, pois é o que diz o objetivo geral do projeto submetido à Lei Rouanet.

Vinculando-se aos objetivos específicos, aludem à preservação e memória dos costumes, ao turismo cultural da cidade, ao fomento de grupos folclóricos na festa, ao fornecimento de uma programação cultural de qualidade. Tais aspectos nos inferem à venda e ao consumo cultural e simbólico da cidade: *Barbalha, terra de fé, tradição e cultura*.

Contudo, se a captação de recursos pelas políticas de incentivo à cultura para a Festa de Santo Antônio a torna visível, centralizada e pontual, como inserir as manifestações invisíveis e periféricas a estes processos culturais depois da realização dos festejos?

Ou seja, quais as políticas públicas municipais passíveis de reconhecerem os lugares de memória da cidade, do campo, material e imaterial, o incentivo às festas das comunidades rurais que preenchem todo o calendário festivo anual do município, os folguedos, o artesanato, sem necessariamente se apoderar dessas demandas mas dando-lhes autonomia?

Com estas interrogações, coloca-se em questão o processo com que a festa vem se inserindo: o registro como Patrimônio Cultural Nacional, uma vez que dessas políticas pressupõe-se um entendimento mais favorável sobre os elementos que compõem a festa na sua totalidade.

## **2.5 O Registro como Patrimônio Imaterial Nacional**

Sendo o Cariri afamado pelas suas peculiaridades culturais em torno de manifestações significativas e identitárias para a região, como as celebrações festivas religiosas, grupos folclóricos, expressões do catolicismo popular, a aplicação de políticas culturais passíveis de resguardarem esses bens torna-se de suma importância.

Por conterem o caráter de tradição, revelando os sentidos e significados de um tempo pretérito, inseri-los aos processos de valorização dos mesmos, perante as novas significações do tempo moderno, respalda-se, assim, a memória viva e ativa no tempo presente e na vivência do espaço.

A esse processo de valorização insere-se a Festa de Santo Antonio de Barbalha. Motivada pelos sentidos múltiplos que a mesma oferece, a festa se configura com um bem imaterial de sentido pleno, indissociável dos bens materiais, certo de que é a festa da cidade, é o bem cultural de maior exaltação dos barbalhenses, o momento ápice do município.

Assim, congrega tempos e espaços especiais, diferentes sociabilidades, (des)afetos e emoções, celebrações ritualísticas, (re)atualizando os momentos e desejos dos festeiros. Nesse sentido, observa-se a dinâmica entre os três vetores: mítico-religioso, político-turístico e mediático-ecossistêmico.

O Patrimônio Cultural Imaterial para a UNESCO, a partir da Convenção para a Salvaguarda dos bens, se insere, amplamente nas

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos espaços culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural. Esse Patrimônio Cultural Imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (*apud* CABRAL, 2011, p. 17)

Assim, o reconhecimento de um bem imaterial a ser institucionalizado é recente. No Brasil, a Constituição Federal, no artigo 216, trata do patrimônio cultural brasileiro de natureza material e imaterial, nos quais incluem: as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, objetos, obras, documentos, edificações e espaços de manifestações artístico-culturais, conjuntos urbanos, sítio de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, se institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, lançando-os nos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão, dos Lugares, podendo ser abertos outros livros, quando o bem cultural não se enquadra nos citados. (BRASIL, 2000).

Nesse caso, a catalogação dos bens imateriais da Região do Cariri, a princípio, foi iniciada com a elaboração do Projeto Cariri, através da 4ª Superintendência, que compreende o Estado do Ceará e a Universidade Regional do Cariri - URCA.

A partir do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, enquanto instrumento metodológico para o registro dos bens, foram auferidas algumas das manifestações mais representativas na cultura regional: a Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto de Crato; as poesias de Patativa do Assaré; as esculturas de Manoel Graciano; os Lugares Sagrados de Juazeiro do Norte; a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha e os bens a ela associadas. (PAZ, *et. al.* 2008, p. 02)

Desta feita, a Festa de Santo Antônio de Barbalha encontra-se, hoje, em processo de registro como Patrimônio Imaterial Nacional. A sua peculiaridade, enquanto celebração, e toda a atmosfera da cultura popular que paira sobre a cidade neste período, evoca as identidades e memórias (des)construídas na sua formação.

Uma festa que reuni elementos diversos, de diferentes temporalidades e espacialidades, humanos e sobrenaturais, numa dinâmica contígua, onde fé e festa se expressam no lugar pelos sujeitos que a vivem, a materializam, no espaço de pertencimento, no seu lugar vivido, na patrimonialidade nela sentida.

Nesses aspectos, e para efeito do registro da festa, cabe-nos enfatizar que durante a execução do Projeto Cariri, esta passou a ser nomeada apenas em referência ao dia da abertura dos festejos: A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha.

Assim, de acordo com a legislação vigente sobre o patrimônio imaterial - mais precisamente no inciso 2º, artigo 3º do Decreto nº3.551 de 04 de agosto de 2000 -, faz-se necessária para a submissão da proposta de registro uma “descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes”.

Desta feita, se o projeto da festa submetido ao IPHAN se intitulasse como “A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha”, o que seria registrado, como bem expressa o inciso supracitado, seriam apenas os elementos culturais que compõem a abertura dos festejos. Dito isso, ficariam de fora dos investimentos culturais outros tantos fatores inerentes à manifestação, fragilizando-o.

Nesse processo de registro, entre várias reuniões, se resguardou denominar o projeto como “Festa de Santo Antônio de Barbalha”, contemplando, assim, a festa na sua totalidade, separando os elementos culturais de acordo com os Livros de Registro do IPHAN: Celebrações, Edifícios, Formas de Expressão, Lugares, Ofícios e Modos de Fazer (Quadro 04). Uma vez esses elementos registrados, e a Festa adquirido o título de Patrimônio Cultural Nacional, os desafios apenas se iniciam.

<b>BENS CULTURAIS INVENTARIADOS EM BARBALHA</b>	
<b>CELEBRAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Festa de Santo Antônio;</li> <li>• Benção da Bandeira;</li> <li>• Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira de Santo Antônio;</li> <li>• Corte do Pau da Bandeira de Santo Antônio</li> <li>• Desfile dos Grupos Folclóricos;</li> <li>• Incelências;</li> <li>• Penitentes;</li> <li>• Trezena de Santo Antônio;</li> <li>• Procissão de Santo Antônio.</li> </ul>
<b>EDIFICAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Biblioteca Municipal;</li> <li>• Casa de Câmara e Cadeia;</li> <li>• Casarão Hotel;</li> <li>• Centro de Hipertensão e Diabetes;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cine Odeon;</li> <li>• Chalé das Freiras;</li> <li>• Igreja do Rosário;</li> <li>• Igreja Matriz de Santo Antônio;</li> <li>• Palacete dos Alencar.</li> </ul>
<b>FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bandas Cabaçais;</li> <li>• Capoeira;</li> <li>• Dança da Maresia;</li> <li>• Dança de São Gonçalo;</li> <li>• Dança do Capim da Lagoa;</li> <li>• Dança do Coco;</li> <li>• Dança do Maneiro Pau;</li> <li>• Dança do Milho;</li> <li>• Dança do Pau de Fitas;</li> <li>• Incelências;</li> <li>• Penitentes;</li> <li>• Lapinhas;</li> <li>• Quadrilhas;</li> <li>• Reisado de Congo;</li> <li>• Reisado de Couro.</li> </ul>
<b>LUGARES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barbalha;</li> <li>• Bairro Bela Vista;</li> <li>• Praça da Matriz;</li> <li>• Rua da Matriz;</li> <li>• Rua do Vidéo;</li> <li>• Sítio Flores;</li> <li>• Sítio São Joaquim</li> </ul>
<b>OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comida dos Carregadores;</li> <li>• Confeção da Bandeira;</li> <li>• Confeção da Carroça da Cachaça;</li> <li>• Confeção das Máscaras do Reisado de Congo;</li> <li>• Confeção das Máscaras do Reisado de Couro;</li> <li>• Confeção dos Instrumentos das Bandas Cabaçais;</li> <li>• Confeção dos Objetos Rituais dos Penitentes;</li> <li>• Cortadores do Pau;</li> <li>• Fabricação do Guincho;</li> <li>• Fabricação das Tesouras;</li> <li>• Ornamentação do Carro Andor</li> </ul>

**Tabela 03:** Bens Inventariados em Barbalha.

Fonte: Inventário da Festa de Santo Antônio – IPHAN

Adaptado por: CARDOSO, A. I. D.; 2012.

A Festa de Santo Antônio de Barbalha, em trâmite no Registro do Patrimônio Cultural Imaterial Nacional, emerge como força de expressão da população, reafirmando o sentimento de um povo de tradição agrária, onde, através dos rituais, entorno de uma árvore, homenageia seu padroeiro como símbolo de fé e agradecimento.

Com mais de oitenta anos, o festejo agrega diversos elementos passíveis de investigação: o festejar, o fator ambiental, a resistência da cultura popular em meio à globalização, dentre outros. Assim, tais elementos agregam à festa uma peculiaridade inerente ao município, o que podemos adotá-la como fator identitário.

Ao incorporar essas vertentes simbólicas da cultura aos processos do patrimônio cultural, podemos inseri-los, a princípio, na ênfase dada à memória, como característica inerente aos bens culturais, como forma de evidenciar os processos, nos quais culminam as heranças de uma cultura material e imaterial.

Como forma de subsidiar e reforçar o processo de registro da Festa de Santo Antônio de Barbalha, o IPHAN e Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Cultura, na versão 2013 do festejo, viabilizaram e publicizaram os trabalhos produzidos a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Nos resultados do inventário estão: a instalação da exposição museográfica - “Pau de Santo, Festa de Fé”, e o lançamento do livro “Sentidos de Devoção: Festa e Carregamento em Barbalha.”, organizado pelos responsáveis pelo registro, através da superintendência do IPHAN, no Estado do Ceará.

Esses meios de trazerem a público a pluralidade festiva do bem é uma forma de valorização e preservação da manifestação. Logo, pensar o patrimônio enquanto representação também da espacialidade dos sujeitos nos direciona a pensar a memória vinculada diretamente aos espaços dos quais fazemos parte.

Neste aspecto, ao instigarmos nossa consciência na construção da memória mediada pelo patrimônio, passamos a percebê-la como construção do presente, uma memória ativa, construída com a soma dos significados de diferentes períodos históricos.

Viável seria, assim, usar o patrimônio dotando-o de ancianidade, conforme Puolot (2009), enfatizando o seu valor de futuro; caso contrário, o patrimônio seria apenas história, reduzindo o fenômeno apenas como passado, diante de sua multiplicidade de possibilidades e noções de se apropriar do lugar.

É apoiada neste ponto que se adota uma crítica mais severa ao tratamento dado ao patrimônio cultural. Vê-lo apenas como presente do passado, como atribuído nos discursos político-administrativos, o tornam passíveis de “engessá-los” e até mesmo “banalizá-los”; vinculando-o apenas como elemento de práticas turísticas, não se atendo às diferentes relações que se pode intermediar, o tornam um objeto vazio, sem sentido.

Assim, agregar ao estudo do patrimônio cultural enquanto ícone de representatividade, o estudo do lugar enquanto meio, condição e resultado das experiências humanas é ampliar o nosso olhar sobre esses fenômenos, atribuindo-lhes outros significados.

Isso seria melhor empregado quando os processo de patrimonialização partissem, na práxis, do desejo da própria população que almeja a efetivação do seu bem como patrimônio, partindo da patrimonialidade.

Porém, para que essa proposta seja alcançada, o patrimônio cultural deve fazer parte de uma teia de significados atribuídos coletivamente, para daí o reconhecerem como algo que os pertençam, e de forma recíproca se sintam pertencentes a esse apanágio cultural que, aliado ao lugar, formem sua identidade cultural.

A abordagem do patrimônio não se encerra num lugar fixo do espaço, se refaz na memória dos sujeitos e grupos sociais. A análise atribuída ao fenômeno, neste trabalho, coloca em evidência o patrimônio do lugar como potencialidade a desencadear processos democráticos culturais que viabilizem sua gestão a partir de segmentos culturais como sindicatos, associações, ONGs, e atingindo setores sociais como educação, economia, lazer, saúde, dentre outros, como forma de reconhecimento dos dos seus lugares por parte dos sujeitos.

Não permanecendo inerte às práticas que o rodeia, o patrimônio, dotado de valor, imaginação e conhecimento, desprende do seu ponto fixo e flui a cada descoberta e significações que dele emana. Seu destino seria o mundo, todo ele convergido ao ponto, antes tomado como início, e agora apreendido na realidade do presente, formado pelas práticas do passado.

Dessa forma, Paes (2010, p. 24), nos instiga a uma interpretação geográfica do patrimônio, onde a mesma afirma,

“[...] que ocorre uma alquimia entre espaço e memória que permite que o tempo seja capturado e ganhe substância nesse híbrido de solo e significado que se mostra no presente. Os territórios do patrimônio, os lugares de memória ou as paisagens culturais constituem a existência concreta e presente da trama social que, por meio deles, pode reviver os eventos e significados superados pelo tempo.”

Bens culturais como a Festa de Santo Antônio de Barbalha ganham as conotações supracitadas, quando a partir deles se desvenda os elementos implícitos, os quais configuram suas características patrimoniais, não evidenciando apenas o visível, mas toda a conjuntura com a qual as referidas manifestações se constituíram e se constituem.

Dessa forma, podemos atribuir ao patrimônio, como bem sugere Gonçalves (2005, p. 19), a característica de ressonância, com o qual, citando o historiador Greenblatt, refere-se

[...] ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.

Contudo, o patrimônio, ao ressoar o conhecimento e as relações dele e nele intrínsecas, absorvidas pelos sujeitos ou grupos sociais que o vivenciam, e esses atos serem continuamente trabalhados e repercutidos, sua valorização tende a prolongar-se, o que conseqüentemente, prolonga-se também, o direito à memória e o direito ao bem cultural, institucionalizado, ou não.

### **3 TAMBÉM QUEREMOS FESTEJAR NO NOSSO LUGAR!**

#### **3.1 As Invisibilidades festivas**

As festas de padroeiro(a) que acontecem nas localidades ora estudadas, Sítio Santa Rosa, Sítio Cabeceiras e Sítio Riacho do Meio, no município de Barbalha, nos revelam outras realidades.

As questões simbólicas de veneração ao santo, de um objeto mítico-religioso, de um arquétipo que os faz transgredir o significado de suas vidas estão presentes nos momentos festivos. Essa realidade é praticamente hegemônica nas festas religiosas, sobretudo quando externalizada pelos sujeitos que a praticam, seja na organização do festejo ou apenas no ato de devoção.

Porém, outra realidade se faz presente nestas festas. Quando analisadas em relação à festa auge do município, a Festa de Santo Antônio, os processos de organização, de apoios, de políticas culturais relacionadas às mesmas nos mostram uma outra face festiva.

O caráter de cooperação entre Associações de Moradores, Conselhos das Capelas e os demais habitantes das localidades os diferem da face estritamente institucional/concentradora presente na festa maior do município. A apropriação desta pela Prefeitura Municipal, através de empresas terceirizadas, suprime as qualidades da realização de uma festa mais popular, de participação e organização democráticas feitas pelos segmentos sociais do próprio município: sindicatos, associações, ONGs, juntamente com apoio do governo municipal.

Dessa forma, as festas dos sítios supracitados adquirem um viés mais simplório, familiar e comunitário, uma afeição com o seu lugar, uma vez que a organização, composta pelos próprios moradores, veem nesse momento festivo uma congregação de solidariedade, de valorização do seu espaço.

Ao caracterizar o lugar, sob a perspectiva ora analisada - a cultural-humanista -, principalmente pela valorização das relações afetivas desenvolvidas no e pelos sujeitos e seu ambiente. Tal proposição remete-nos à obra de Yi-fu Tuan, *Topophilia* (1980): elo de afeição entre as pessoas e os lugares.

A este “elo afetivo” une-se uma forte base filosófica fundada na fenomenologia e no existencialismo como forma de entender e analisar as ações e fatos do mundo a partir da subjetividade do homem. Esta abordagem fenomenológica atrelada ao lugar,

como propõe o autor supracitado, acaba por conceber ao estudo mais um modo de se fazer ciência, de construir conhecimento. Dessa forma, o lugar internaliza um conjunto amalgamado de sentidos, experiências e desejos dos atores que o praticam na realidade cotidiana, atribuindo-lhe, assim, novos significados à medida que desvendam o próprio lugar.

Holzer (1999, p. 70), enfatiza ainda que,

[...] a preocupação dos geógrafos humanistas [...] foi de definir o lugar enquanto uma experiência que se refere, essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos de “espaço”.

Tal afirmativa se concretiza, ainda mais, quando além da experiência individual de cada sujeito, o lugar se torna mediador da experiência vivida do outro, denominado pelos fenomenologistas como intersubjetividade. (HOLZER, 2003, p. 120).

E, é através desse espaço dotado de valor, apreendido na sua totalidade por meio da experiência do “eu” e do “outro”, que o lugar se constitui para além de uma localização espacial, caracterizando-se como possuidor de personalidade e espírito: o lugar ganha sentido em torno do corpo, ganha respaldo, para assim adquirir discernimento dos fenômenos aí ocorridos e entendimento dos processos dinâmicos do lugar.

No entendimento desses processos, inserimos numa relação mais direta a discussão da patrimonialidade do lugar (PUOLOT, 2009), a abordagem da memória como característica inerente ao aspecto patrimonial. O momento de sociabilidade entre os moradores e os visitantes de outras localidades.

Na festa - tempo de trocas simbólicas que se (re)fazem -, as lembranças afloram, a espontaneidade festiva também se faz presente. Configuram, assim, uma patrimonialidade (*Ibidem*) não institucionalizada, no seu sentido *lato*, mas carregadas de sentimentos que dão razão à vida em comunidade e passíveis de apoio, das quais possam ser inseridas às políticas culturais do município, garantindo a autonomia do fazer festivo.

Tais características nos remetem a análise do termo “Comunidade”, sobre o qual Bauman (2003, p. 7) enfatiza-o como sendo uma coisa boa, “um lugar cálido, (...) confortável e acolhedor (...), onde não somos estranhos entre nós”, munidos de fraternidade e perspectivas de futuro, denominada de comunidade ética ou imaginada.

Vale ressaltar que atualmente esta perspectiva é composta por uma heterogeneidade oriunda da modernização produtiva do capitalismo, denominada como comunidade estética, efêmera e fugaz, onde as contradições e os conflitos são balizados pelos graus de sociabilidade entre estes, a partir de conflitos e contradições (*Ibidem*).

Estas invisibilidades dos espaços periféricos se constituem das festas de padroeiro(a): Sítio Santa Rosa (São Sebastião), Cabeceiras (Nossa Senhora de Lourdes) e Riacho do Meio (São José), todos pertencentes à Paróquia de Santo Antônio de Barbalha.

Por serem organizadas pelas próprias instituições locais, os conflitos não são inexistentes. Os festejos apresentam adversidades quanto aos processos de organização entre os moradores, alguns enfrentam o trabalho, outros apenas esperam a festa. Daí a concepção não homogênea da comunidade, onde diversos interesses de diferentes sujeitos são colocados a postos diante dos interesses comuns a esta.

Embora não tenham proporções estaduais e nacionais como a Festa de Santo Antônio de Barbalha, estas festas movimentam um contingente populacional em escala local/regional, proporcionando multiterritorialidades de identidades (HAESBAERT, 2007). Isso acontece também nas festas de padroeiros(as) das outras comunidades (sítios, bairros, distritos) que preenchem o calendário anual das festas religiosas, conforme tabela disponibilizada pela Paróquia de Santo Antônio de Barbalha.

RELAÇÃO DAS CAPELAS ATIVAS COM SEUS RESPECTIVOS PADROEIROS		
Comunidades	Padroeiro(a)	Festa Litúrgica
Sítio Santa Cruz	São Sebastião	20/01
Sítio Macaúba	São Sebastião	20/01
Sítio Santa Rosa	São Sebastião	20/01
Sítio Cabeceiras	Nossa Senhora de Lourdes	11/02
Sítio Riacho do Meio	São José	19/03
Sítio Farias	São José	19/03
Sítio Luanda	Santa Liduina	14/04
Sítio Tabocas	Santo Expedito	19/04
Sítio Mata dos Limas	Divino Espírito Santo	Pentecostes (data móvel)
Sítio Bela Vista	Nossa Senhora de Fátima	13/05
Sítio Pelo Sinal	São João Batista	24/06
Sítio Carrapicho	São João Batista	24/06
Sítio Boa Esperança	São João Batista	24/06
Sítio Rua Nova	Senhora Santana	26/07
Sítio Água Fria	Senhora Santana	26/07
Sítio Melo	Senhora Santana	26/07
Fazenda Betânia	Santa Marta	29/07
Caldas (Distrito)	Bom Jesus dos Aflitos	06/08

Sítio Barro Vermelho	Nossa Senhora da Saúde	15/08
Alto do Rosário (Bairro)	Mãe Rainha	22/08
Sítio Correntinho	Nossa Senhora das Dores	15/09
Cirolândia (Bairro)	Santa Terezinha	01/10
Sítio Silvério	São Francisco	04/10
Rosário (Bairro)	Nossa Senhora do Rosário	07/10
Sítio Espinheiro	Nossa Senhora Aparecida	12/10
Bela Vista (Bairro)	Santo André	30/11
Arajara (Distrito)	Nossa Senhora Imaculada Conceição	08/12
Sítio Saco	Nossa Senhora Imaculada Conceição	08/12
Sítio Taquari	Nossa Senhora das Graças	

**Tabela 4:** Festas de padroeiro(a) das capelas da Paróquia de Santo Antônio.

Fonte: Paróquia de Santo Antônio.

Adaptada por: CARDOSO, A. I. D; 2012.

A justificativa de escolha dos sítios não foi decidida aleatoriamente. Cada localidade é respaldada por uma representação histórico-geográfica que aguçam os interesses de pesquisadores e estudantes, e que de certa forma acabam por adquirir uma expressividade emblemática para o município.

Essas representações permeiam o imaginário social, sobretudo da comunidade que o vivencia, atribuindo a estas um caráter memorial e/ou toponímico do lugar: Cemitério dos fuzilados (Alto do Leitão, como também é conhecido) do Sítio Santa Rosa, o grupo de Penitentes Irmãos da Cruz do Sítio Cabeceiras e o Parque Ecológico do Riacho do Meio.

Logo, são representações de cunho material e imaterial que reforçam o caráter mnemônico do município e das respectivas localidades rurais. Assim, fortalecem os subsídios para se pensar a efetivação das políticas culturais nestes espaços periféricos, concomitante às festas de padroeiro.

Coincidentemente consecutivas, também se respaldam enquanto trabalho coletivo das comunidades, na estrutura organizativa das mesmas, como forte elemento que estimula a (des)construção das espacialidades dos sujeitos aí envolvidos.

Cabe lembrar que, embora no calendário festivo da paróquia, conforme tabela 04, as datas das festas litúrgicas se restrinjam aos dias dos respectivos santos, essas comemorações no município de Barbalha ganham uma dimensão temporal ampliada.

O início das festas nestas localidades acontece, efetivamente, quinze dias antes do dia do padroeiro, com a festa do “Pau da Bandeira”, precedida, em alguns casos, pela escolha e corte, e assim, cortejo e hasteamento, e apresentações de grupos folclóricos. Qualquer coincidência, com a Festa de Santo Antônio, é mera semelhança.

A realização dos mesmos rituais da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, traz uma (re)significação das territorialidades simbólicas, onde a influência da grande festa passa também a revesti-las do teor sacro-profano. É como se a repetição os colocasse em um patamar de igualdade cultural, devocional e diversional, qual ocorre naquela.

Neste aspecto, o momento de corte do “Pau da Bandeira” sofreu coibição, uma vez que a ampla demanda festiva, com esses mesmo rituais, respondiam por cortes de árvores sem nenhum aparato técnico-jurídico, ferindo a legislação ambiental.

Assim, com respeito à hierarquia da Paróquia, e de certa forma ao meio ambiente, as capelas continuam a festejar o pau da bandeira utilizando-se de espécies que não são endêmicas e que não estão em via de extinção, como o eucalipto. Muitas vezes o mastro é cedido, como empréstimo, a outras comunidades para a realização de suas festas - o mastro itinerante -, ou mesmo utiliza-se o da festa anterior.

As celebrações religiosas das novenas ao dia do santo(a) complementam os dias festivos, homenageando diferentes setores da vida social: agricultores, profissionais da saúde, educação, aposentados, dentre outros. Realizam diversas atividades que possam gerar renda, e assim, custear as despesas da capela: taxa das celebrações, pagamento de energia, reformas, limpeza, enfim.

Dessa forma, a realização dos festejos nas localidades ora analisadas só é possível por que o caráter voluntário das Associações de Moradores e Conselhos da Capela, como instituição organizada na comunidade, prezam para que as mesmas aconteçam, mesmo com as adversidades impostas.

Estas entidades submetem projetos à Secretaria de Cultura do município e a outras instituições como o Serviço Social do Comércio – SESC, procuram empresas e/ou vereadores que possam patrocinar parte do evento, ou apenas na doação de camisas para os Carregadores do pau; além das rifas e bingos realizados para os mesmos fins.

Contudo, a ênfase atribuída à análise dos Sítios Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do Meio e suas festas pauta-se pelos aspectos comunitários, de como se organizam para a realização dos festejos, visto que as práticas do festar culminam diretamente nas relações de sociabilidade do lugar, de conhecimento do seu território, das relações com outras comunidades, tanto por parte dos participantes como dos organizadores das festas.

A inserção destas nas políticas culturais da municipalidade resgata as práticas simbólicas aí proporcionadas, de rememoração dos tempos na produção do cotidiano

vivido, na afirmação da continuidade de suas práticas culturais, expandindo para além do lugar, mas também em escala municipal e regional.

As representatividades históricas desses espaços periféricos fazem elo com as festas a partir dos aspectos das espacialidades memoriais inerentes a ambos. Fragilizados pelo não alcance efetivo das políticas culturais, ficam às margens das próprias comunidades, como é o caso do Parque Ecológico do Riacho do Meio e o Cemitério dos Fuzilados (Alto do Leitão) no Sítio Santa Rosa.

Embora recebam algum “investimento”, algumas manifestações periféricas, como exemplo os Penitentes do Sítio Cabeceiras, se restringem apenas às práticas culturais como grupo tradicional do município, desvinculando-os das suas práticas cotidianas e dos seus espaços de manifestação devocional como grupo religioso, no seu lugar. (SILVA, 2012).

Ou seja, as políticas culturais são tratadas como fatos isolados da conjuntura sócio-espacial nas quais se inserem, e nem mesmo são associadas a outras políticas. Não contemplar outras demandas inerentes é negligenciar a práxis cotidiana dos sujeitos. Assim, concordamos com Brant (2009, p.?), quando afirma que

A cultura cumpre nesse caso uma função pouco reconhecida e estimulada nesses tempos: transformar realidades sociais e contribuir para o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos. Algo que identifica o indivíduo em seu espaço, lugar, época, tornando-o capaz de sociabilizar e formar espírito crítico.

Forçar uma duvidosa valorização desses aspectos memoriais, sem os dá autonomia de uso e apropriação pelas comunidades que as possuem, fragiliza qualquer tentativa de posteriormente inseri-los nestas políticas, quando já não há motivação para tais ações.

Nesta perspectiva, a estrutura metodológica adotada para a realização desse trabalho deu-se, num primeiro momento, por reuniões com os representantes das localidades: Associações de Moradores e Conselhos da Capela. Isso propiciou captar as falas desses organizadores, instigados pelas lembranças dos momentos vividos nos seus espaços.

A partir de perguntas semiestruturadas a respeito das festas e das representações histórico-geográficas, externalizaram seus sentimentos e significações em relação às demandas propostas. O uso de fotografias dos próprios moradores, as quais

representavam momentos das manifestações ora pretendidas, serviu de inspiração para instigar a memória, revendo o passado em conflito com o presente, em busca do devir.



**Mosaico de fotos 6:** Reunião nas comunidades, respectivamente: Sítios Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do Meio.

Autor: CARDOSO, A. I. D. Julho e Agosto/2012.

Dessa forma, disponibilizamos algumas informações sobre as comunidades, captadas durante as reuniões, com descrições dos percursos traçados até as mesmas, como modo de proporcionar detalhes que compõem os destinos almejados.

A partir das falas dos participantes, pudemos descrever também alguns aspectos das festas, de suas espacializações e espacialidades, das representações histórico-geográficas e suas inserções nestes espaços, das superações e fragilidades encontradas na realização dos festejos.

Enfim, buscou-se, de certa forma, uma análise contextualizada destas invisibilidades que pudessem dialogar com a proposta em questão: centralidades e periferias festivas diante dos processos políticos-culturais da municipalidade, o que será debatido no quarto capítulo.

A sequência da proposta metodológica foi executada com a realização do mural fotográfico realizado durante o período festivo de cada localidade estudada. Esses

murais foram compostos de fotos de dimensões 20 x 25cm, fixadas no interior da capela, sendo este acervo visual cedido anteriormente pela comunidade nas reuniões supracitadas ou geradas pelo acompanhamento da festa do pau da bandeira, mantendo um elo maior com a festa central de Santo Antônio. Assim, o mural foi motivo de curiosidade e reconhecimento de quem adentrava o prédio.

A dinâmica da exposição se deu a partir da visualização dessas fotos pela comunidade, com o propósito de colher interpretações a partir destas. Assim, as percepções, os olhares e as vozes dos sujeitos retratam o seu cotidiano, sobretudo em relação à festa: como a veem diante da sua realidade; o compromisso do festar, do zelar pela capela e pela festa, as perspectivas de futuro.



**Mosaico de fotos 7:** Exposição do Mural Fotográfico no período festivo: Santa Rosa (Janeiro), Cabeceiras (Fevereiro) e Riacho do Meio(Março), de 2013.

Autor: CARDOSO, A. I. D. 2013.

A primeira sequência de fotos denominadas de Fotos Comparativas, mostra o “antes e o depois” de momentos importantes para a realização dos festejos. Também, fotos das Festas Periféricas (Festas de São Sebastião, Nossa Senhora de Lourdes e São

José) e da Festa Central (Festa de Santo Antônio) esboçam a dinâmica em relação ao jogo visível/invisível. Ainda, fotos das representatividades histórico-geográficas dos locais: Cemitério do Fuzilados (Sítio Santa Rosa), Grupo de Penitentes Irmãos da Cruz (Sítio Cabeceiras), e Parque Ecológico (Sítio Riacho do Meio) esboçam o sentido de patrimonialidade em relação ao sentido de patrimonialização da Festa de Santo Antônio.

A segunda sequência, denominada de Momentos Festivos, traz os aspectos da versão 2013 da festa do pau da bandeira, como também momentos das festas anteriores e atividades anuais da/na capela. Essa dinâmica nos remete à percepção da evolução festiva: elementos novos inseridos no festejo; momentos que não se realizam mais; outras festas do calendário anual; novas colaborações, apoios e investimentos.

Dessa forma, as interações com o mural fotográfico se materializam a partir das fotos lá expostas e pelas vozes dos sujeitos captadas e aqui transcritas. Diálogos pertinentes com outros sujeitos e conversas informais também serviram de subsídios à captação das informações contidas no decorrer das descrições.

### 3.1 Sítio Santa Rosa

Distante da sede municipal a aproximadamente 14 km, o Sítio Santa Rosa faz divisa entre as três cidades pólo da região do Cariri, conhecido como o triângulo CRAJUBAR: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Saindo desta última em direção norte a Juazeiro do Norte, pela Avenida Leão Sampaio, visualiza-se placa informando a entrada, a oeste, para o Distrito Industrial do Cariri. Passando pelo bairro Jardim Gonzaga, conhecido também por Mutirão, de Juazeiro, segue em estrada asfaltada, ainda nesta cidade, onde glebas de terras encontram-se loteadas, fruto da expansão imobiliária.

No denominado Distrito Industrial, no qual muitos moradores dessa localidade trabalham na fabricação de gesso, de placas de E.V.A, dentre outras, são encontradas também estruturas de empresas falidas.

Algumas estradas vicinais, ao sul, nos levam até a Capela de São Sebastião. De população muito dispersa, torna-se difícil conseguir informações, mas nas casas mais próximas, onde cachorros e crianças compartilham do mesmo “terreiro”, não há hesitação em informar.

Com uma frondosa árvore na recepção, a capela, de arquitetura simples, traz no cume de sua fachada uma cruz, símbolo maior da religião católica; na entrada contam-se duas portas, tendo também janelas e portas nas laterais. À frente do prédio, há um cruzeiro e o pau da bandeira de São Sebastião fincados no solo vermelho desta terra. As edificações laterais próximas se constituem de uma guarita e uma caixa d’água para o abastecimento da população.



**Foto 2:** Capela do Sítio Santa Rosa.  
Autor: CARDOSO, A. I. D; 2012.

Alguns quilômetros após, seguindo em direção sul e sempre à procura de informações pelas estradas vicinais, podemos encontrar o Cemitério dos fuzilados. Passando por cercas de arame farpado, em meio à vegetação semiárida, deparamo-nos com cinco cruzeiros fincadas sobre pedras, indicando o local desejado.

Com uma estrutura precária, rodeada de “mato”, algumas cruzeiros com os nomes preservados e imagens de santos quebradas constituem a paisagem atual, onde um dia foi local do massacre.

Desse episódio, conta Peixoto Júnior (2009) em seu livro *Bom Deveras e seus Irmãos*, como também Dr. Napoleão Tavares Neves, em entrevistas, que esta localidade foi palco de um massacre entre policiais e cangaceiros no ano de 1928, culminando na morte do último dos irmãos Marcelinos.

Segundo o autor, a vida dos irmãos Marcelinos no cangaço se deu em três fases:

[...] A primeira termina em março de 1926, no sopé da Chapada do Araripe, quando entraram para o grupo do rei do cangaço. A segunda compreende a vida deles como gente de lampião até junho de 1927, em Missão Velha, após o ataque de Mossoró. A terceira e última volta a pertencer à mesma serra, em cima, nas ladeiras, nos pés de serra. (*Ibidem*, p. 76)

Era a área denominada como Alto do Leitão, entroncamento da antiga estrada da feira que ligava Barbalha a Crato, em que Lua Branca (Marcelino) - o irmão mais novo de Bom Deveras (Manoel Marcelino) e João 22 (João Marcelino), já falecidos -, foi assassinado pelo grupo do sargento José Antônio.

Nessa ocasião foram fuzilados também outros companheiros do bando, os quais foram obrigados a cavarem suas próprias covas antes da morte. São estes, além de Lua Branca: João e Joaquim Gomes, Pedro Miranda, Manoel Toalha.

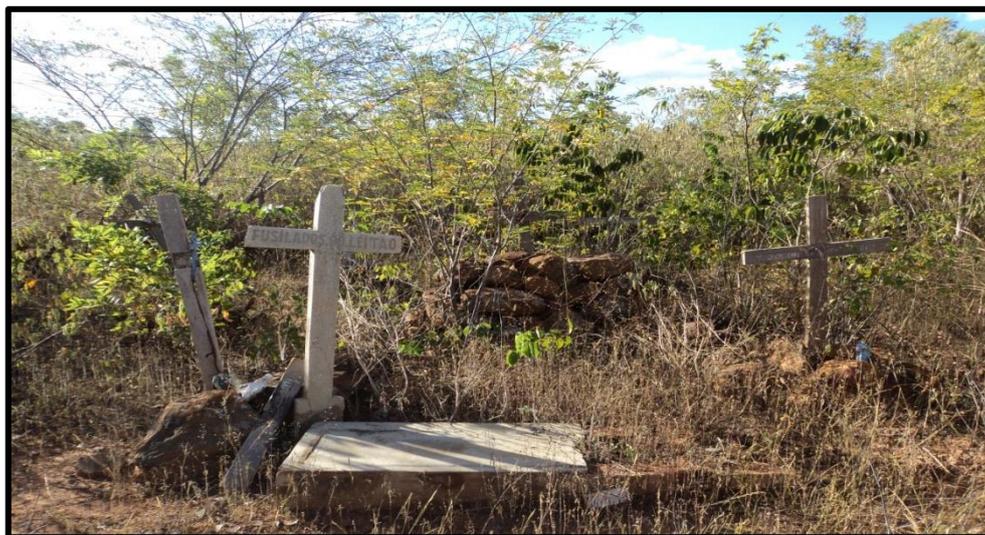
Esses acontecimentos revelam períodos da história do Cariri muito pouco discutidos, como se essa conjuntura não tivesse importância na construção da região: os mandos e desmandos dos coronéis e policiais, os ataques vingativos e sanguinários dos cangaceiros.

Dessa forma, cabe-nos inserir os aspectos históricos da área do cemitério dos fuzilados nas dinâmicas memoriais do Sítio Santa Rosa juntamente com os aspectos festivos celebrados pela população.

Segundo estes, o cemitério já teve uma estrutura digna de visitação, com estrutura de alvenaria e cobertura de telha, uma iniciativa de Sr. Josafá Magalhães, árduo defensor da cultura e da memória de Barbalha. Porém, essa estrutura foi destruída

e alguns objetos furtados em virtude da expansão do bairro Mutirão da cidade de Juazeiro do Norte.

Tais fatos justificam permanecer a capela fechada por motivos de roubo e depredações. Nem mesmo a imagem de São Sebastião permanece na capela, que é reaberta apenas no mês de janeiro, durante a festa, e mesmo assim, sendo comprometida pela violência que, segundo os próprios moradores, é gerada pela proximidade com o tal bairro de Juazeiro do Norte.



**Foto 3:** Cemitério do fuzilados.  
Autor: CARDOSO, A. I. D; 2012.

A festa nesta localidade é atribuída ao padroeiro São Sebastião e festejada no dia 20 de janeiro. Segundo afirma a presidente do Conselho da capela, foi com a chegada da sua família à localidade, em 1977, que a festa tomou novas proporções, embora festejada há décadas.

A capela foi erguida em homenagem ao santo, como relata os moradores, por escolha do Padre Cícero, através de uma promessa para a cura da “peste bubônica” que assolava a localidade. Assim, obtida a cura, o terreno seria doado, ato feito por uma família do Sítio Barro Vermelho, vizinho ao Santa Rosa, e a capela construída, onde o mesmo proferia suas celebrações, mesmo proibido pelo Vaticano.

Há anos a festa é realizada através dos novenários pela comunidade que, em procissão, saem a cada noite das comunidades vizinhas até o Sítio Santa Rosa com a imagem de São Sebastião. As bandas cabaçais tocam em louvor ao santo e, os rituais da Festa do Pau da Bandeira celebram a fé e o sacrifício dos devotos.

Pau de sebo, quebra pote, dentre outras brincadeiras compunham as diversões para os jovens e os mais velhos em festas anteriores. O coral da comunidade, A União faz a Força, cantam júbilos à sua festa e nas festas das outras localidades do município de Barbalha, e até mesmo fora do Estado.

Algumas considerações a respeito da festa hão de ser pautadas para fins de esclarecimento sobre a versão 2013 da mesma, a qual foi acompanhada para a composição do presente trabalho. A dinâmica festiva descrita no parágrafo anterior foi baseada em depoimentos dos moradores do sítio, visualizadas e confirmadas através de fotografias.

Muito embora a festa deste ano, 2013, tenha acontecido com o mesmo vigor solidário do Conselho da Capela e a mesma devoção dos fieis do Santa Rosa, alguns dos elementos supracitados das festas anteriores não entraram na programação por algumas razões que serão percebidas na análise descritiva da mesma.

Uma dessas razões é que o dinheiro arrecadado e poupado nos anos anteriores foi destinado à reforma da capela, mudando sua estrutura original: as duas portas frontais de acesso à entrada no imóvel foram trocadas por uma porta larga de ferro. A pintura foi renovada com outras cores, e o altar ganhou uma estrutura de gesso, pois a de granito havia sido destruída.

Também um novo pedestal dos santos foi instalado para a alocação do padroeiro. A confecção da programação festiva também foi custeada com esse dinheiro, e outras formas de arrecadação foram através de doações de voluntários para os trabalhos na capela e bingos.

Com a proximidade do primeiro dia da festa do Pau da Bandeira, o ritual de corte do mastro deu-se sem maiores comemorações, com dois dias de antecedência, diferentemente da festa de Santo Antônio. Tal feito foi executado por um membro do conselho da capela que, num ato discreto, cortou o eucalipto.

Doado por uma empresa próxima da comunidade, no Distrito Industrial, o pau fora levando para o local onde sairia o cortejo no dia da festa, a casa de um casal voluntário na comunidade Muriçoca, em Juazeiro do Norte, próximo ao Santa Rosa, que, solidários a esta, se ofereceu para recepcionar os devotos e festeiros na sua residência.

A abertura dos festejos a São Sebastião, nesta comunidade, tem início com alvorada festiva, em homenagem ao santo, com fogos de artifício, celebração litúrgica

à Imaculada Conceição e o café da manhã comunitário, produzido pelos moradores do local e organizado pelo Conselho da Capela.

Embora o número de participantes tenha sido reduzido neste ano, como afirmou um membro do Conselho – afirmando também desconhecer as razões, esse início não podia deixar de realizar, e para isso contou com a ajuda de alguns jovens da comunidade, os quais colaboraram na limpeza e organização da capela e na preparação da “merenda”.

Se em anos anteriores, no turno matutino, havia diversas atividades, com pau de sebo, corrida de saco, grupos folclóricos, garantindo a participação das crianças e adolescentes no festejo, esse ano a manhã se deu sem estas.

Evitar confusões ocorridas em festas passadas, investir o dinheiro na reforma da capela e custear outras despesas estavam entre as razões para que não houvesse tais atividades. Tal ato não se deu por consenso, mas sim por determinação de membros do Conselho da Capela, diretamente vinculados à organização do festejo.

Logo no início da tarde, a movimentação no entorno do espaço festivo caracterizava o “festar”. Os ambulantes montam suas barracas em pontos alugados próximos à capela.

Aguardente, refrigerantes, água e lanches são vendidos e a quantia do aluguel repassado ao término da festa. Proprietários de carro também se aproximam com o som ligado. Como um convite aos demais que ainda não chegaram, os fogos de artifício anunciam que a festa está para começar.

A caminho da “cama do pau”, mais fogos são explodidos. As pessoas já começam a se deslocar para o mesmo destino, o Sítio Muriçoca. Da estrada asfaltada até o limite da última indústria, do Distrito Industrial, e percorrendo alguns metros de estrada vicinal, chegamos à “cama do pau”, que ao som da banda Cabaçal, dos Irmãos Anicetes, tocada em CD (*compact disc*) no carro de som, as pessoas se reúnem para o início do cortejo.

A farofa, a cachaça, as pessoas são elementos de confraternização e recepção dos festeiros. Por manter certa distância do Santa Rosa, aos poucos as pessoas chegam, se cumprimentam, se servem de farofa e esperam a saída do cortejo. O Capitão do Pau da Bandeira, de Juazeiro do Norte, que por três anos já executa essa função, solidário e voluntariamente, vê na festa a “importância da homenagem ao santo e a celebração da vida da comunidade do sítio”.

É o capitão, juntamente com o anfitrião, quem organiza as comidas e bebidas, e ainda, é o primeiro que consegue, a partir de doações, as camisas para os carregadores do pau da bandeira: este ano doadas pelo Prefeito de Barbalha. Assim, a integração das comunidades ou sítios e municípios, Barbalha e Juazeiro do Norte, se faz sem fronteiras, visto pela população como uma unidade, pois, como já mencionado, o Sítio Santa Rosa, em Barbalha, faz divisa com os municípios de Crato e Juazeiro do Norte.

Para a organização do cortejo, convoca-se os motociclistas para seguirem a imagem do santo, e os homens se disponibilizam a carregar o pau, com a garantia de receberem a camisa confeccionada para esse fim. O mastro ainda ao chão tem suas cascas retiradas pelos devotos para chá. Agora que ele é considerado sagrado, vale também a escrita do nome no pau, como forma de marcar a presença na festa. Sem muitas exigências, o pau da bandeira é longo, mas não pesado, a ponto de ser necessário pequeno número de carregadores.

Com a bandeira de São Sebastião à frente, levada por um membro do conselho da capela, a imagem do santo segue no carro-andor, resguardado pelos motociclistas, ao som da banda cabaçal que se repete ininterruptamente no carro de som, para logo em seguida virem os carregadores e o pau da bandeira, num cortejo modesto, onde os poucos fiéis o acompanham e o felicitam.

Fato curioso é que ao longo do percurso se agregam aos carregadores do pau, mulheres e crianças, mesmo que seja apenas apoiando a mão; mas, o espírito de participação as fazem interagir nessa atividade, eminentemente masculina, como bem é demonstrada na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, a qual se assemelha em seus rituais.

A parada do cortejo se faz necessário para o cumprimento do prometido: a entrega das cinquenta camisas aos carregadores, e também carregadoras, pelo capitão do pau. Nas demais pausas feitas durante o percurso, distribuem refrigerantes e farofa, como forma de agradecimento e estímulo aos carregadores, senão para amenizar a sede e/ou fome.

Os fogos de artifício, assim como as buzinas das motos anunciam o andamento do cortejo. O número de pessoas que o acompanham aumenta à proporção que se aproximam da capela. Nossa Senhora da Saúde e São José agora integram a comitiva.

Na capela, a aglomeração já se faz mais densa, todos esperando a chegada do mastro sagrado do mártir São Sebastião. Mais ambulantes, crianças, festeiros e curiosos se fazem presentes.

Chegada à capela, a imagem de São Sebastião é retirada do carro-andor e colocada no altar junto aos outros santos. A bandeira benzida, que não é a mesma do cortejo, é amarrada ao mastro, sob orações ao orago, para ser hasteada:

Hoje, iniciamos a festa de nosso padroeiro São Sebastião, então, nós vamos pedir a Deus que abençoe esse sinal de nossa fé, que é a bandeira de nosso padroeiro, e vamos pedir também a sua proteção sobre a nossa festa, para que Ele venha a proteger e cuidar a quem vier participar, e que ocorra tudo bem (...) e que nos livre de toda peste e de todo mal. (Morador da comunidade)

Assim, o mastro e a bandeira são içados, com felicitações dos devotos: “*Viva São Sebastião! – Viva...*” como forma de demonstrar a fé e o desejo de dar continuidade à festa do Sítio Santa Rosa, aos encontros festejados nos abraços, por mais um ano terem conseguido realizar as comemorações ao santo padroeiro sob as bênçãos do Padre Cícero, a quem tanto reverenciam:

Bendito, louvado seja a luz que a nos “alumeia”. Valei-me meu padrinho Cícero e a mão de Deus das candeia. Por que caminhos tão longe e cheio de pedra e areia. Valei-me meu padrinho Cícero e a mão de Deus das candeia. No céu cantam os anjos, e no mar canta a sereia. Valei-me meu padrinho Cícero e a mão de Deus das candeia. (Ladainha cantada após o hasteamento da bandeira)

A figura do Padre Cícero se insere nos festejos a São Sebastião, como já mencionado anteriormente, devido ao caráter histórico da construção da capela. A dedicação e o zelo pelo imóvel se tornam primordial para os fiéis, uma vez que, segundo os mesmos, pela graça alcançada com a eliminação da peste bubônica no local, a capela seria construída.

A edificação preservada, para fins religiosos, garantiria a proteção da área, caso contrário, se a deixassem cair, a doença voltaria a assolar novamente toda a região. Por isso o esforço de manter erigida a capela, mesmo com as condições adversas de violência e roubos, atribuídas ao bairro Mutirão, de Juazeiro do Norte.

Tal zelo e dedicação pela capela e a tudo que a complementa, como a festa e a devoção ao padroeiro e ao Padre Cícero, são observados nos discursos de agradecimento, onde ganha destaque a convocação da população a se doarem mais à capela e a participarem mais das atividades religiosas.

Os discursos também levam em consideração o esforço de cooperação dos moradores que de alguma forma ajudaram para que a festa pudesse ser realizada. As

declarações a seguir foram proferidas por outro membro do Conselho da Capela, ao final do cortejo e hasteamento do pau da bandeira:

*“A gente só tem a agradecer, em 2013, nesses 102 anos de festa, de peregrinação, de proteção, de bênçãos, que os devotos de São Sebastião tem. Nós agradecemos a cada um de vocês que participaram dessa abertura de festa. Nós agradecemos a cada um de vocês que se doaram para a reforma da capela (...) a cada um que veio acompanhando o pau da bandeira de São Sebastião, com a sua devoção, com a sua fé, com o seu pedido a São Sebastião. Nós agradecemos a Amarante, é que o capitão do pau da bandeira, que há 3 anos é o capitão, que doa o carro de som, festeja ... ele faz o possível. E a gente espera que no próximo ano a gente faça mais. (...) Nós agradecemos a cada um que doou um saco de cimento, a cada um que se doaram em limpar o pátio da capela. Agradecemos a cada um de todo coração, (...) e estão todos convidados a participar em 2014 dessa festa, para que seja uma festa mais organizada, seja uma festa mais animada, seja uma festa mais programada. É isso que nós esperamos, por que esse ano nós estamos em reforma e não programamos bem, não tá bem organizada, e nós esperamos que cada um de vocês venham participar dessa novena, vir participar da festa, vir com fé, com amor no coração, e pedir bênçãos, pedir graça a São Sebastião. Nós agradecemos também ao apoio da Prefeitura Municipal de Barbalha, o apoio da Associação do Sítio Mata dos Araçás, agradecemos a todos vocês. Que São Sebastião os abençoe.*

(...)

*Agradecemos pelo bingo, os prêmios doados pelos devotos de São Sebastião. Cada pessoa que fez sua doação de prêmio sabe do que estou falando. Nós estamos agradecendo a cada um de vocês de coração. E vocês não esqueçam: se doem pra capela, que essa capela está sendo reformada, não é por nós, não “é” nós que estamos reformando, não “é” nós que estamos fazendo esse trabalho, “é” vocês, é cada um dos devotos de São Sebastião, é cada um que se doa, que dá um saco de cimento, é cada um que arrasta uma pá de areia, é cada um que faça qualquer coisa (...) nós agradecemos é a vocês, os que estão nos ajudando, que trouxeram esse pau de bandeira, a coisa mais linda do mundo, é a vocês que nós temos que agradecer, é a vocês que nos temos que pedir uma boa sorte a Deus. Que Jesus abençoe a cada um de vocês e que no próximo ano estejam todos aqui, estão todos convidados. Agradecemos ao Sítio Santa Rosa, ao Bairro Frei Damião, a todas as comunidades... Baixio dos Monteiro, ao Juazeiro, ao capitão do pau da bandeira de Juazeiro do Norte, nós agradecemos a cada um, que nosso senhor Jesus Cristo abençoe, São Sebastião derrame a sua proteção que é o nosso soldado fiel. Ele vai nos guardar e vai guardar essa festa. São Sebastião é o nosso soldado, ele vai nos proteger e abençoar e no próximo ano nos estaremos aqui, cantando vitória.*

O desejo de mobilização dos moradores do Sítio e entorno a participarem não só da festa em si, mas do processo festivo, evidencia o caráter descentralizador que os organizadores almejam, uma vez que ficam a cargo do Conselho da Capela o planejamento, a organização e a realização do festejo. Buscam doações, patrocínios com empresas locais, políticos, como também a solidariedade e o voluntarismo dos moradores da área.

As imagens da Festa do Pau da Bandeira de São Sebastião podem ser visualizadas no tópico “Vozes do Santa Rosa”, no subtópico “Momentos Festivos”.

Assim a festa segue. O terço é rezado em intenção às famílias, às crianças, aos homens e à misericórdia, aos dias que antecedem o início da novena. que por sua vez se realiza ao longo de nove noites que precedem o dia do santo padroeiro, 20 de janeiro.

Os noitários fazem a integração com as comunidades do entorno do Sítio Santa Rosa: Baixio dos Monteiros, Mata dos Araçás, Muriçoca, Baixio dos Robertos, Mata dos Limas, Barro Vermelho, Baixio das Cordas, e seus respectivos representantes, sejam de Associações de Moradores ou do Conselho da Capela, como também, famílias de outras comunidades e cidades, como Juazeiro do Norte, que ajudam na promoção da festa.

No encerramento, a procissão de São Sebastião, seguida de missa solena, congrega, agora, um maior número de participantes, sejam estes da própria comunidade ou das comunidades do entorno. A princípio, um pequeno número de pessoas se reúnem na casa de moradores locais, que voluntariamente cederam suas residências para a saída da procissão, com rezas e júbilos ao santo mártir.

Durante o trajeto, outros fiéis, aos poucos, se inseriam ao cortejo, pois na capela outros tantos já esperavam pelo andor de São Sebastião, que veio acompanhado da imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Com a celebração da missa, a capela tornou-se pequena para o número de devotos que acompanhavam o encerramento da festa. A mesma foi cantada pelo coral “A União faz a Força”, da própria comunidade, como já mencionado, como também durante as novenas.

Com o cumprimento dos rituais litúrgicos, e aproveitando a grande demanda presente na missa, coube aos representantes do Conselho da Capela agradecer pelas diversas contribuições, como também “prestar conta” do que foi arrecadado para a realização dessa festa, e da utilização das finanças para as festas futuras.

*Chegando agora a hora dos agradecimentos, nós agradecemos à família, que voluntariamente abrigou o andor de São Sebastião, para a saída da procissão, nós agradecemos a essa família, e uma salva de palmas para essa família. Nós agradecemos a cada uma pessoa que comprou a rifa de São Sebastião, e que de pra arrecadar, mais ou menos, uns quatrocentos reais (R\$ 400,00), [palmas], nós agradece a cada um. Cada um sabe em que ajudou, (...) nós só queremos agradecer de coração, que São Sebastião e Nosso Senhor Jesus Cristo vai abençoar cada um de vocês. E já se sintam convidados para a festa do próximo ano (...) A cada noitário que participou dessa novena, do dia 11 até o dia 19, que veio prestar sua homenagem a*

*São Sebastião veio com ele em procissão, veio deixando a sua contribuição, para cada desses noitários, uma calorosa salva de palmas [palmas]. Nessas nove noites de novenas, nós arredamos uns setecentos e dois reais (R\$ 702,00) [palmas e fogos de artifício]. A gente agradece a quem contribui com a reforma da capela, nós trocamos a porta, mudamos o santuário, fizemos uma casinha para o morador... o que a gente tinha em caixa, o que a gente arrecadou aqui no sítio (...) só sei que foi gastado mais de sete mil reais. O que a gente arrecadou esse ano, nós vamos ver o que vamos fazer, temos que mudar o piso, né. Nós temos que agradecer a cada um de vocês, a cada centavo que vocês doaram aqui, e foi feito tudo isso com o dinheiro de vocês, foi saído do bolso de vocês, foi vocês que fizeram (...) Agradecemos também a [nome da pessoa], que já doou doze cadeiras praqui, pra capela, que nos também vamos mudar as cadeiras. Quem ajudar, e num quiser dá o dinheiro... chama os amigos, conversa baixinho, traz uma cadeira, traz duas, que aqui nós aceitamos o que vocês quiserem dá... a capela não é nossa é de vocês, a capela é de Deus, é a casa de Deus, cada um tem o direito de fazer um pouquinho. (...) E para cada um de vocês que se compometeram e se doaram, uma salva de palmas.*

Feito os agradecimentos, os devotos foram lembrados e convocados a cantarem os parabéns ao Padre Cícero e depois compartilhar do bolo feito pelos moradores locais. Esse ato é uma forma de lembrarem-se da história da capela, da devoção a São Sebastião, no dia 20 de janeiro, que também é uma data dedicada ao Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, dia de sua morte.

Assim, os 102 anos de peregrinação, e os motivos que os levaram aos festejos são contados num poema lido ao final da missa:

*Em 1911 foi construída essa capela, não tem ser humano que tire ela do canto dela. Já tentaram destruir, mais um dia vai ter troco. É destruindo a capela e nós fazendo de novo. Padre Cícero fez uma promessa para São Sebastião, que livrasse o povo da doença que matava sem perdão. Padre Cícero com pena desse povo sofredor, intercedeu a São Sebastião pra livrar de toda essa dor. São Sebastião é um Santo, santo que se supera, nos livra dessa doença, da peste, fome e guerra. Montado em seu cavalo branco, meu Padrinho Cíço dizia: - não deixe essa igreja cair, que a todos pertencia. Se essa igreja cair vai haver uma epidemia, e o vento vai dominar as portas das moradia. Uma doença tão forte que ninguém pense, nem queira, o povo pra sossegar dormia em folha de bananeira. A doença deixava o corpo do povo chagado, dormia na palha da bananeira pra ficar mais sossegado. Essa igreja não é nossa é de quem vier pra cá, uma igreja histórica que cento e dois anos vai completar. Essa igreja foi feita, com amor e consciência, meu Padrinho Cíço fez ela por causa de uma doença.*

Com as homenagens e reverências ao padroeiro e ao Padre Cícero, o bolo, sobre a mesa, junto à imagem do santo popular do Nordeste, foi partido e distribuído pela fila que se formou dentro da capela, constituída, sobretudo, de crianças, mas também de adultos.

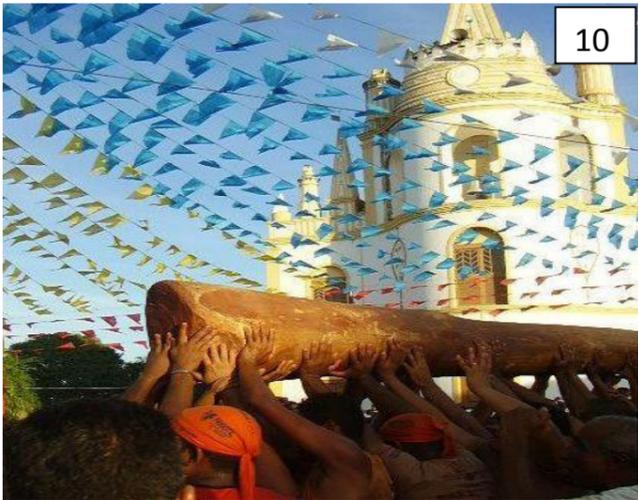
E já se ouvia o comunicado de que após o bolo haveria a “festa do xilito”, com a distribuição da guloseima às crianças, ao lado da capela. A iniciativa foi de um admirador da festa. Este, residente em Juazeiro do Norte e possuindo familiares no local, vê no ato solidário “uma oportunidade de agradar também as crianças na festa”.



**Mosaico de fotos 8:** Procissão de São Sebastião, Missa solene, Bolo do Pe. Cícero, Festa do Xilito.  
Autor: CARDOSO, A. I. D; 2013.

A Festa de São Sebastião 2013 se encerra. Cumprido todos os rituais festivos e alguns objetivos alcançados, como o morador para resguardar a capela, e celebrações frequentes nesta: nos dia 20 de cada mês, em homenagem ao Padre Cícero, e uma missa por mês. Dessa forma a comunidade percebe na sua realidade festiva os desejos e angústias da sua realidade vivida, elegendo, assim, aspectos positivos e negativos, materializados nas vozes dos festeiros instigadas pelo mural fotográfico realizado no período festivo.

3.2.1 Vozes do Santa Rosa: Fotos Comparativas



Mosaico de fotos 9: Mural Fotográfico: Fotos Comparativas Autor: CARDOSO, A. I. D; 2013.

### Fotos Comparativas:

#### O que estas fotos representam para a comunidade? (Corresponde às fotos: 01, 02, 03, 04).

- *Ah, pra chegar como tá hoje a gente precisou trabalhar muito, correr atrás de quem ajudasse. Até teve quem colaborasse no construímento da capela: um saco de cimento, a limpeza dos banco, do terrero. (...) Agora, é só zelar, por que essa capela é da comunidade, é nossa. (Moradora anônima do Sítio Santa Rosa).*
- *A reforma tava precisada. Tava muito acabadinha, por que tem uns maladro que vem e roba os fio (fiação elétrica). Ó, aqui, o altar... foi destruído um tempo atrás. Pegam até a image do santo. É tanto, que tá até guardada na casa de Dona Maria, e só vem pra cá, na época da festa. Mas, agora, que vai ter morador aqui perto, a gente espera que num ocorra mais. (Moradora anônima do Sítio Santa Rosa).*
- *Para nossa comunidade é uma grande representação, (...) é uma grande comemoração para a comunidade, né. (...) O melhoramento da capela é no sentido da festa do padroeiro, né. (...) Algumas pessoa ajudou em trabalho, em chegar com material, na limpeza do pátio, pintura e também na eletricidade, na parte elétrica. Foi nessas quatro parte que ajudaram nesse período que nós estamos aqui, em construção. (...) (Membro do Conselho da Capela de São Sebastião).*

#### Quais as semelhanças e diferenças nas Festas de São Sebastião e Santo Antônio? (Correspondente às fotos: 05, 06, 07, 08)

- *A grande diferença, né... sítio é sitio, cidade é cidade. A Festa de Santo Antônio já vem há muito tempo, aliás, nós também já vem há muito tempo, mais é devagar... (...) o interesse do pessoal é lá fora, não se interessa em participar do evento do pau da bandeira. Santo Antônio, não. As pessoa todas se reúnem para festejar.(...) Não se pode comparar uma capela de um sítio, onde tem quatro pessoa, com uma [Matriz] na cidade, onde tem milhares, no dia do pau da bandeira.(...) Se no domingo, aqui, tivesse os grupo pra pular na frente do pau, era uma festa maravilhosa, aí o povo num chegava mais pra perto? Mas, em vista de num ter várias diversão, o pessoal se “excusa” um pouco. Olhe, quatro pessoa no pau da bandeira, no sentido de quê? receber a camisa, tomar um “birinight”, um pedacinho de tira gosto, se num fosse o acompanhamento com essas coisas, era quatro pessoa, ou eu sozinho conduzia o pau. (Membro do Conselho da Capela).*
- *As duas é uma festa bonita, né, só que aqui é mais pouca gente. (...) Acho que como aqui é um pouco longe da cidade, só vem o pessoal de perto, da Mata dos Araçás, ali da Muriçoca. Mas, ai, a gente festeja São Sebastião assim mesmo, o que vale é a fé, né. (Moradora Anônima do Sitio Santa Rosa).*

#### Como você vê a preservação do cemitério do fuzilados em relação à preservação da Festa de Santo Antônio? Olhado estas duas imagens, quais as perspectivas para o futuro da festa e do cemitério? (Correspondente às fotos: 09, 10, 11, 12).

- *Teve um tempo que as cruz era preservada, acho que foi o homem da Barbalha, acho que o nome dele era... Josafá Magalhães. Ele zelou por aquilo dali, mas*

*depois que ele morreu foi se acabando. Algumas pessoas ainda ia reza lá, mas acho que num vão mais não... o mato é quem tá tomando de conta. (Moradora anônima do Sítio Santa Rosa).*

- *Vou te falar o seguinte: ali [cemitério dos fuzilados] é um ponto morto, sem ter quem olhe. Quem olhava aquilo ali, há uns anos atrás, era aquele menino de Barbalha... por nome... Josafá. Ele foi quem veio descobrir aquilo ali, e andou fazendo um trabalho, convidando a comunidade a tomar parte, chegar mais perto, pra uma celebração, um terço... com o trabalho dele o negócio foi mais pra frente. Mas foi o tempo que ele morreu e ali voltou ao que era antes, só mato. (Membro do Conselho da capela)*
- *Isso aqui é aonde? [apontando para a foto do cemitério]. [Cemitério dos fuzilados, você conhece?] Ah... só ouvi falar, mas nunca fui lá, não. (Morador anônimo do Sítio Santa Rosa).*
- *Eu espero que daqui a uns anos ainda tenha a festa, né! Agora as cruz, num sei, não. Ninguém cuida. Eu sei que é importante, é a história dos cangaceiros, né, mas, se num tiver ninguém pra cuidar, num vai muito pra frente, não, viu! (Morador anônimo do Sítio Santa Rosa).*

3.1.2 MOMENTOS FESTIVOS: FESTA 2013 E ANOS ANTERIORES



Mosaico de fotos 10: Mural Fotográfico: Momentos Festivos: Festa 2013 e de anos anteriores.  
Autor: CARDOSO, A. I. D; 2013.

### **Momentos festivos: Festa 2013 e anos anteriores.**

#### **O que esses momentos da Festa do Pau da Bandeira representam para você e para a comunidade do Santa Rosa? (Correspondente às fotos: 01 a 07).**

- *Cada momento desse é especial, né. É aí onde você percebe que a coisa tá andando, que todas as correrias de antes desaparecem quando a festa acontece, e que correu tudo bem, né. (...) Um momento especial pra mim, são todos, né. Participar do pau da bandeira, das novena, da procissão de São Sebastião, e cantar os parabéns do meu padim [Padre Cícero],... é muito bom. (Membro do conselho da capela).*
- *É bom que a festa acontece aqui, ainda, pras pessoa participar, rezar, e se divertir também, né. (...) Eu só num participo mais, por que eu trabalho, né. Passo o dia fora, mas, ao meno, eu vem participar de algumas coisa da festa. (moradora anônima do sítio Santa Rosa).*
- *Nesse sentido, meu filho, pra mim que trabalho aqui dentro... que eu entrei aqui em 77 [1977], pra hoje dá 36 anos. Pra mim é muito importante a gente se preparar pra esse dia de pau de bandeira, convidar aqueles que nunca participô, como esse carro de som, o andor, o outro carro de som, que é do menino aqui da [Empresa próxima à capela], ai eu falei pra ele: eu vou preparar um CD com 24 música cabaçal, e você pode dá carro de som pra acompanhar o pau da bandeira, e ele disse: dô na hora. E assim nós trabalhamos. (Membro do conselho da Capela)*
- *O dia do pau da bandeira é bom... É aquela animação. Aqui fica mais movimentado. A gente traz as crianças pra participar, pra ver, mesmo, a festa. (...) Eu num acompanhei o pau, não, fiquei esperando aqui mesmo, ai quando começou a aparecer alí na entrada, que é essa foto aqui, né?... [apontando para a foto número 03] Tava bonito. Aí quando foi hastear, também. (Moradora anônima do Sítio Santa Rosa).*

#### **Momentos de festas anteriores, o que representam? (Correspondente às fotos: 08 a 12).**

- *Essas fotos aqui traz algumas lembrança, viu! Ó, esse aqui era Chiquim. E tinha Fósforo, também, tocava bem demais esse cavaquim. Eles já morreram, era os tocador que a gente chamava pra vim tocar aqui na festa. Fósforo foi uma pessoa muito importante nesse coral, porquê? nós começamos com uma brincadeira mais Fósforo, aí eu disse assim: - Fósforo, vamo fazer um coral com esse povo aqui, pro ano que vem, pra festa? Aí ele disse:- se você me ajudar? – Eu to aqui pra isso. Aí saí convidando o pessoal, aqui e aí realmente formamo o coral de 18 pessoa, muito bom. Aí foi se dispersando, o pessoal casando, outros indo s'imbora e tal, e terminou que ele e o outro tocador, que também morreu, e ficamos só com um agora, e o resto foi se acabando. (Membro do conselho da capela).*
- *Aqui foi alguns momentos de outras festas, daqui, né? (...) eu lembro dessa quadrilha, foi um São João que a gente fez, e teve até a rainha. Aqui a fanfarra, acho que foi no encerramento da festa, depois da procissão. (...) Acho que ela [fanfarra] é daqui de Juazeiro, de uma escola. (...) O nosso coral, que tem bem poquinha gente, agora. (...) Os parabéns de padim Ciço...[foto número 12] (Morador anônimo do Sítio Santa Rosa).*

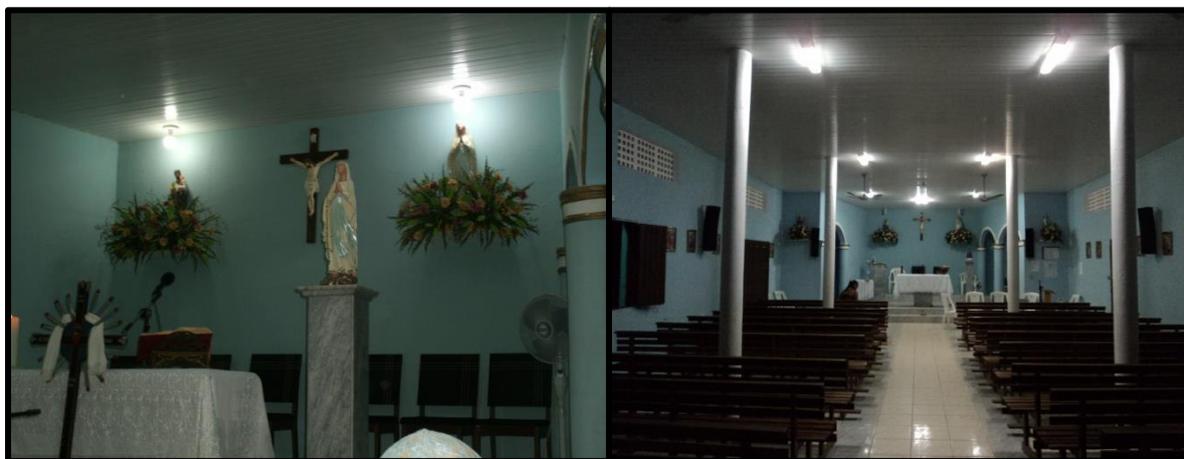
### 3.2 Sítio Cabeceiras

Situado às margens da CE-293, dista aproximadamente 7 km a oeste da cidade, ligando a sede ao distrito de Arajara. No percurso, inicialmente percebe-se uma zona de transição da vegetação entre semi-árida e arbórea, relevos acidentados, solo arenítico.

Ao longo da via encontra-se uma fábrica de soro, escavações para retirada de areia usada na construção civil, e agricultura - a atividade predominante nessa localidade. Também é margeado pelo rio Salamanca, o qual viabiliza a produção canavieira, muito comum nessa paisagem.

A aglomeração habitacional do sítio dá-se em torno da rodovia estadual. Entre casas simples dos moradores e segundas residências destinadas ao lazer, o sítio se mostra aprazível, de clima ameno, devido a proximidade com a Chapada do Araripe, e solo fértil, daí o desenvolvimento da agricultura. Entre curvas e cursos d'água que se cruzam, logo avista-se uma bandeira flamejante no alto de uma mastro. Chega-se, assim, à Capela de Nossa Senhora de Lourdes à margem da rodovia.

De construção modesta, as escadarias nos levam à porta principal, entre janelas. No alto da fachada uma cruz e alto-falantes. Bem estruturada na sua iluminação, ventilação e sonoridade, a capela construída à santa deu-se em homenagem a uma senhora chamada Lourdes Correia que doou o terreno. Daí a escolha da padroeira ser Nossa Senhora de Lourdes, cuja festa é celebrada pelos fiéis no dia 11 de fevereiro, desde 1998.



**Mosaico de fotos 11:** Capela de Nossa Senhora de Lourdes do Sítio Cabeceiras.  
Autor: CARDOSO, A. I. D; 2012.

A festa, que também inseriu os rituais do pau da bandeira, como na Festa de Santo Antônio, acontece no último domingo do mês de janeiro, com a festa do pau,

entre alvoradas festivas, celebrações religiosas, bandas cabaçais, o grupo de Penitentes Irmãos da Cruz e as “Incelenças”.

Os devotos se aglomeram para prestigiar o cortejo do pau, um eucalipto, doado por proprietários locais ou emprestado da festa de outras comunidades, como tem sido mais comum, devido às fatores ambientais inerentes aos rituais.

Os festejos são organizados através do Conselho da Capela, responsável pela festa religiosa, e a Associação de Moradores. Este denominam as festividades de “festa social”, termo que também usaremos aqui para facilitar o diálogo.

Os recursos financeiros são oriundos tanto de doações, arrecadação das ofertas e dízimos na capela, aluguel de espaços para as barracas; como também por projetos submetidos à Secretaria de Cultura do Município e ao Serviço Social do Comércio – SESC. Assim, custeiam, respectivamente, todas as despesas da capela: energia, manutenção, limpeza, taxas de celebração, dentre outros, e as despesas dos festejos sociais.

As atividades e/ou celebrações religiosas acontecem com dinamicidade na capela, uma vez que os mesmos confraternizam as comemorações da Semana Santa, a celebração do Mês de Maria, as festividades do Natal. Também, preenchem toda a semana com: celebração da palavra aos domingos, terço dos homens às segundas, grupo de oração às terças, visita às famílias às quartas, adoração às quintas, terço das mulheres às sextas-feiras e, no sábado, o Ofício de Nossa Senhora.

As missas acontecem uma vez por mês, sempre no terceiro domingo. A comunidade participa também da Festa de Santo Antônio, no dia da procissão, juntamente com os andores dos santos das demais capelas do município.

O Sítio Cabeceiras é contemplado na sua historicidade por um viés de religiosidade popular muito peculiar, da força do tradicionalismo devocional. Trata-se, do grupo de Penitentes Irmãos da Cruz, uma irmandade constituída durante as missões do Padre Ibiapina na região, como forma de combater os males, como as doenças, através da fé e da penitência, como forma de participar da vida de Jesus.

Em favor de uma vida regrada e de devoção a Deus através do sacrifício, com o autoflagelo, os componentes desse grupo secular transmitiram os ensinamentos a muitas gerações, como forma de manter a tradição dos rituais, do canto dos “benditos”, “tirar o terço”, a peregrinação pelos cruzeiros e cemitérios da zona rural, materializando a fé nestes espaços. (SILVA, 2012)

A identidade era preservada, pois como explica o senhor Chico Severo (*in memoriam*, membro do grupo, que iniciou aos nove anos de idade, e hoje com 87 anos, lembra das obrigações que tinha enquanto para com o grupo:

*“Penitente num é mais como era, não. (...) de primeiro ninguém sabia quem era penitente. Só quando ele chegava em casa a mulher que sabia, ou então, quando era solteiro a mãe era que sabia. (...) Penitente num era conhecido de jeito nenhum. (...) Antigamente andava com a cara coberta e tudo. (...) porque o povo que conhece o penitente, e vê ele fazendo qualquer coisa de errado, dizia: “- oh, aquele caba é penitente. Aí, o que ele anda fazendo!” (...) No tempo que eu era rapaz, a minha namorada morava lá do outro lado do cemitério, e eu rezava lá no cemitério, e ela me conhecia pela voz. Aí, ela sempre dizia: “- tu é penitente!”, - não, num sou penitente, não. E ela: “- é!” Até que um dia eu tava no cemitério, foi o dia do açoite [autoflagelo], que nós se açoitemo, aí eu cheguei na casa dela, ela veio devagarim, por de trás, e arribô minha camisa, por que no outro dia ainda fica as listinha, né. Aí ela disse: “- Eu num disse que você era um penitente! Aí eu fiquei assim, meí desconfiado, o caba ficava com vergonha, por que nesse tempo ninguém conhecia o que era penitente. Aí, o mestre Joaquim Mulato soube, aí falou com ela, disse um bocado de coisa com ela: “- ninguém faz isso, não! Aí, quando foi pra gente andar de dia, (...) ele mandou fazer uma roupona grande, pegando no pé, pra ninguém ser conhecido. Mas, depois, a gente começou a andar de dia, os reporte falando, aí o povo ficaram conhecido, e hoje os penitentes querem é ser conhecido. Num tem mais penitente como era, não! Se fosse no tempo que nós sofria, (...) ninguém queria ser penitente. Hoje, penitente quer é ganhar dinheiro, se amostrar, aí num dá (...). (Entrevista cedida em 18/06/12).*

Nessa perspectiva, as lamentações ganham respaldo quando o grupo acaba por dividir-se entre grupo religioso, quando se pratica os rituais de forma espontânea, e o grupo cultural, quando são chamados para se apresentarem, cobrando cachês para isso.

Estas apresentações incluem, sobretudo, Festa de Santo Antônio, no desfile dos grupos folclóricos, a procissão do fogaréu nas ruas da cidade, com outros grupos de penitentes da região, na Semana Santa, e as “terreiradas”, um simulacro das suas práticas locais, em outros ambientes, como se deu no ano de 2012, na programação da Secretaria de Cultura do Município de Barbalha, no Parque da Cidade.



**Foto 4:** Grupo de Penitentes Irmãos da Cruz do Sítio Cabeceiras, no desfile dos grupos folclóricos na Festa de Santo Antônio.  
Autor: CARDOSO, A. I. D. 2012.

Embora essa espetacularização do grupo não tenha se dado com tais fatos, lembra Silva (2012) que os Penitentes Irmãos da Cruz do Sítio Cabeceiras já gravaram um CD (*Compact Disc*) com os benditos e saíram em turnê, em algumas capitais; como também o Decurião Joaquim Mulato, no ano de 1996, foi destaque, em carro alegórico, da Escola de Samba Mangueira, no Rio de Janeiro, a qual homenageava o Nordeste.

Contudo, e apesar de toda essa espetacularização, o grupo continua com as práticas ritualísticas na localidade. São chamados para velar enterros, rezar em renovações, “tirar o terço”. No entanto, não mais se autoflagelam, devido a idade avançada de muitos. E os mais jovens, como enfatizado na fala supracitada, também, não querem sofrer como os outros sofriam no passado. Então, a participação do grupo na Festa de Nossa Senhora de Lourdes legitima o teor da religiosidade no lugar.

Esta festa, a propósito, no acompanhamento da sua versão 2013, como metodologia sugerida no trabalho, foi realizada conforme o planejado pelos organizadores que, divididos entre a festa social e religiosa, convocaram diversas reuniões para chegarem a consenso, atendendo assim, enquanto representantes desta, aos anseios da comunidade,.

O estabelecimento da divisão entre os festejos religiosos e os festejos sociais se materializa no espaço da festa. Tal atitude foi tomada, segundo membros do Conselho da Capela, por que em anos anteriores o palco para *shows* da festa social era instalado na calçada da capela. As barracas se ocupavam do entorno de toda a área, mediante pagamento de aluguel do espaço ocupado, e com a utilização da energia elétrica do imóvel.

Na versão atual, uma linha branca demarca o limite onde as barracas e os ambulantes deveriam se instalar, no espaço da prefeitura, em frente à creche do sítio, utilizando-se da mesma energia elétrica e sem pagamento de aluguel.

Enquanto isso, o espaço da capela ficaria livre para a circulação de pessoas e das procissões, nas noites de novena. Assim, diante desse impasse espacial entre o sagrado e o profano, Eliade (1992, p. 18) afirma que

[...] a revelação de um espaço sagrado permite que se obtenha um “ponto fixo”, possibilitando, portanto, a orientação na homogeneidade caótica, a “fundação do mundo”, o viver real. A experiência profana, ao contrário, mantém a homogeneidade e portanto a relatividade do espaço. [...]

Dessa forma, a linha, literalmente tênue, que separa os espaços da festa configura o entendimento entre os organizadores dos festejos religiosos e sociais (sagrado e profano), os quais, embora separados, confluem a todo o momento, seja espacial ou temporalmente.

Para este último, outra adversidade foi solucionada: se deu com a concessão dos barraqueiros em desligarem qualquer tipo de som a partir das 18:30h, quando a capela já se preparava para o início das novenas, permitindo-se ligá-los ao término das celebrações.



**Foto 5:** Linha divisória entre os festejos religiosos e os festejos sociais.  
Autor: CARDOSO, A. I. D, 2013.

Assim, a festa se inicia, com quinze dias de antecedência, com o corte do pau da bandeira: um eucalipto, de dezesseis metros, doado por moradores do Sítio Correntinho motivo de confraternização entre os moradores do Sítio doador e do Sítio Cabeceiras.

A organização, o apoio e o patrocínio para a Festa do Pau da Bandeira, e os demais festejos sociais, se deram por parte da Associação de Moradores do Sítio Cabeceiras, políticos residentes no sítio, empresas, Prefeitura Municipal, Departamento de Trânsito do Município e Polícia Militar.

Os festejos religiosos deram início no dia 30 de janeiro com uma missa solene para a abertura da festa, e a comemoração do primeiro ano da presença do Santíssimo na capela. Na oportunidade, houve também a benção da bandeira de Nossa Senhora de Lourdes, conduzida pelo grupo do Terço dos Homens, do Sítio Cabeceiras.

Sob os júbilos à santa, os fiéis cantam seu hino com devoção, enquanto a bandeira, confeccionada e doada por moradores da localidade, é apresentada ao povo, a qual os abençoará até a próxima festa:

Senhora mãe de Lourdes, o povo te saúda, com grande confiança, hoje pede a Tua ajuda. Senhora mãe de Lourdes, oh, mãe de Deus criança, protege o nosso povo com Teu grande amor. Senhora mãe de Lourdes, divina padroeira, é mãe que não se cansa de ser nossa medianeira. Senhora mãe de Lourdes, oh, mãe de Deus criança, protege o nosso povo com Teu grande amor. (...).

Com a bandeira benzida, sinal de que a comunidade está em festa, as aclamações de paz para o período festivo, feita pelo padre, abençoando todas as pessoas que irão participar da mesma, como também às comunidades vizinhas, remete às adversidades acontecidas em anos anteriores, em relação à violência, como também aos “boatos”, surgidos semanas antes da festa, de que teriam pessoas marcadas para morrer, no dia da Festa do Pau da Bandeira, e que estes, segundo os moradores, são envolvidos com o tráfico de drogas.

Complementando as bênçãos e os pedidos de proteção, as reverências se dão em nome de Nossa Senhora de Lourdes, padroeira do Sítio Cabeceiras, de Santo Antônio, padroeiro do município de Barbalha, e de Jesus Cristo, respeitando assim a hierarquia eclesial, sob as saudações dos devotos.

Na sequência dos festejos religiosos, a novena tem início no dia primeiro de fevereiro, e com exceção do dia do pau da bandeira, dia 03/02, contabiliza nove noites de louvor em devoção ao orago da localidade.

As novenas seguem os mesmo rituais das outras festas. São convidadas a participar as comunidades vizinhas: Correntinho, Carrapicho, Cruzinha; os devotos de Nossa Senhora das Dores e a Associação dos Transportes Alternativos; e Famílias de Barbalha.

A Festa do Pau da Bandeira se inicia com alvorada festiva. No período da manhã foi organizada uma gincana para as crianças, com brincadeiras e prêmios. Segundo o organizador da mesma “É um modo de inserir as crianças na festa. Desde 2005 a gente faz isso. É uma diversão, as crianças ficam tudo “doida”, e os adultos também (...). A gente consegue os prêmios com os patrocinadores, e outras pessoas também ajudam.”

Dentre as brincadeiras estão o “Pau de Sebo”, corrida de saco, estouro de balões, e o quebra pote. Os brindes vão desde guloseimas a dinheiro em pequenos valores. Mas, isto mobilizam as crianças da comunidade que acabam por ter esse espaço para se confraternizarem.

O turno vespertino é dedicado ao cortejo do pau da bandeira. Um caminhão traz os carregadores e curiosos para a “cama do pau”, que dista, aproximadamente, quatro quilômetros da capela. As camisas confeccionadas para os carregadores são distribuídas. Nelas estão estampados os nomes dos apoiadores do evento, como já mencionado. Para o grupo de mulheres que seguiram à frente do cortejo, uma blusa azul as identifica, animando o trajeto até a chegada na capela.

Entre as brincadeiras de duplo sentido em relação ao mastro e os goles de cachaça, os carregadores se organizam para sair, sem, no entanto, esquecerem de rezar pedindo proteção à santa ora festejada e lembrando de outros incentivadores do festejo já falecidos.

Assim, a carroça da cachaça e da farofa se posiciona a frente do cortejo, seguida pela ambulância, o carro de som e, finalmente, a bandeira, as mulheres e os homens, devotos ou não, da santa homenageada, completando assim o conjunto festivo do dia.

Em meio à tarde ensolarada, o cortejo ocupa uma faixa da estreita CE-293. Entre descidas e curvas, paradas e uma “lapada” de cachaça, driblam os automóveis, obrigando-os a reforçarem os cuidados durante o trajeto. Esses mesmos automóveis são guiados por condutores curiosos que ao se aproximarem abrem as janelas do carro, olham, fotografam, sorriem timidamente pela surpresa encontrada e seguem, assim, como o cortejo.

Algumas paradas são estratégicas, como em casas de moradores e bares que margeiam a rodovia, um descanso para recompor a energias. Mas, antes da parada,

erguem o mastro, com saudações: “*Viva Nossa Senhora de Lourdes! – Viva!*”, e recomeçam a festejar. Surpreendem algumas pessoas e as erguem nos braços, como forma de agradecimento, sobretudo os apoiadores da festa e alguns outros que tanto contribuem com festejo, ou mesmo quem esteja à paisana.

Entram no clima de carnaval. Devido à proximidade, o axé, domina a trilha sonora do cortejo. Cantam, dançam, bebem, comem, brincam, confraternizam, o que é característico do “festar”.

Cumprido mais da metade do percurso, o carro do Departamento de Trânsito, enfim, insere-se ao cortejo, à frente, mas não soluciona o conflito do fluxo dos carros e dos festeiros. Alguns carregadores exercem a função do Agente de trânsito, procuram a melhor maneira de fluí-lo.

No carro de som, o pedido de colaboração e educação aos motoristas, que no momento trafegam pela rodovia, torna-se insistente. “Alguns respeitam, outros, não”, fala um dos carregadores. Cabe-os seguir e intensificar o cuidado no restante do trajeto.

Algumas paradas ainda se fizeram necessárias, mas sem nenhum risco aparente. Entre estas, a parada em frente à residência da família de um senhor muito conhecido e admirado no Sítio Cabeceiras: “Seu” Léo, já falecido, em cuja casa encontrava-se uma faixa fixada ao muro homenageando os carregadores do pau da bandeira. Devoto de Nossa Senhora de Lourdes, “Seu” Leó era grande incentivador da Festa do Pau da Bandeira e tinha um grande respeito para com os carregadores, como se pode notar no discurso de um membro da família, a seguir:

Nós que fazemos a família de Seu Léo somos eternamente gratos a todos vocês, carregadores do pau da bandeira, por toda presteza, por toda consideração, a Seu Léo. (...) Esse grande benfeitor do pau da bandeira. Quando seu Léo patrocinou esta grande festa do pau da bandeira, por que sabia, ele, que esse mastro ia ser bem visto à bandeira de Nossa Senhora de Lourdes, para que lá do alto ela pudesse abençoar cada um de nós, pudesse abençoar cada uma das famílias, especialmente do Sítio Cabeceiras, Quem era seu Léo? Grande fiel, devoto de Nossa Senhora de Lourdes, que há seis anos atrás, ao passar por aqui o pau da bandeira, e com tanta consideração de vocês, quando o pau, aqui, foi colocado no chão, ele, aqui, da sua casa, olhava serenamente para todos os carregadores do pau, por que a sua fé em Nossa Senhora de Lourdes, talvez fosse maior que a sua devoção. Então eu gostaria de pedir a cada um de vocês, que nós pudéssemos, nesse momento, rezar um Pai Nosso e uma Ave Maria, pedindo a intercessão de Nossa Senhora de Lourdes, (...) que todos tenham unidade, que todos possam viver essa festa com muita fé e devoção. (...)

Rezas intercedidas, o cortejo segue com a mesma intensidade. A presença do Capitão do Pau da Bandeira de Santo Antônio é motivo de mais festa. Entra na

brincadeira como qualquer outro carregador, se não por vontade própria, pego de surpresa pelos mesmos, oferecem-no bebida, carregam-no nos braços, e a festa continua.

Com a proximidade da capela, o número de pessoas que se juntam ao cortejo só aumenta. Mais adiante, à espera do cortejo, e já festejando, as pessoas se aglomeram no acostamento da rodovia, entre carros estacionados e barracas.

Antes da parada em frente ao cemitério do sítio para mais uma reza, os carregadores colocam, montados no pau, os dois maiores apoiadores/políticos do festejo. Erguem-nos e seguem a marcha até a parada final.

Situação semelhante aconteceu na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, gerando desgostos entre os carregadores, mencionado aqui no capítulo referente a esta festa. Porém, no Sítio Cabeceiras, todos parecem partidários aos apoiadores/políticos, pois nenhuma adversidade foi perceptível.

A homenagem no cemitério é dedicada ao ex-Capitão do Pau - mencionado como o “eterno Capitão Jackson” -, com uma oração em favor da sua alma. Há também uma dedicação a Seu Virgílio, “grande incentivador da cultura local, do Sítio Cabeceiras”, nas palavras do atual Capitão do Pau.

Assim, de mãos dadas, proferem as orações e saúdam a santa de Lourdes. Erguem novamente os apoiadores. O carro de som anuncia a presença do Secretário de Cultura do Município, e o cortejo segue o trecho final, em frente à capela.

O espaço festivo, antes separado entre o sagrado e o profano, agora se faz uno. As pessoas se aglomeram na calçada da capela, no cruzeiro, nas barracas, na rodovia, curiosas pelo desfecho do pau da bandeira. Enquanto isso, no “pau de sebo”, as pessoas insistem na retirada do dinheiro (R\$ 100,00), doado por vereador local, aguçando assim os olhares dos festeiros nas tentativas de retirada do prêmio.

Os carregadores se organizam para o hasteamento do pau da bandeira. Descer o desnível do asfalto até o local onde será fincado o pau era outro desafio, ao mesmo tempo em que na rodovia se fazia o controle do fluxo de automóveis. Superado o ato, a bandeira é amarrada ao mastro, e, finalmente o pau é hasteado sob *show* pirotécnico e saudações a Jesus Cristo, Nossa Senhora de Lourdes, Carregadores do Pau da Bandeira e à própria comunidade.

Entre aplausos e abraços, os carregadores se confraternizavam e se cumprimentam pelo desafio proposto e pela realização de um começo de festa, onde o objetivo principal era trazer diversão, devoção e paz entre os festeiros. Com isso, a noite

segue com a festa social, patrocinada pelos políticos residentes no Sítio Cabeceiras e agradecidos pelos festeiros que ainda tinham forças para encarar o festar.

No tópico “Vozes do Cabeceiras: Momentos Festivos”, pode-se visualizar as imagens do acompanhamento da referida festa.

Passada a Festa do Pau da Bandeira, as novenas dão continuidade aos festejos religiosos. Outras comunidades como Barro Branco, Onça, Taquari, Saguim, Barro Vermelho, Baixio dos Cordas, Mata dos Limas, Brito, Lamedor e Barreiras, como também a própria comunidade, coordenam e celebram os “noitários”.

No fim de semana, com o início do carnaval, as bandas da região, contratadas pelos patrocinadores, animam o fim dos festejos sociais, e o fim da festa como um todo que se aproxima.

O dia 11 de fevereiro, dedicado a Nossa Senhora de Lourdes, foi de louvor e adoração. A alvorada festiva, o Terço da Misericórdia e o Terço Mariano, rezados pelos grupos do Terço dos Homens e das Mulheres, foram distribuídos ao longo do dia, movimentando a capela e os fiéis da comunidade.

À noite, a procissão da padroeira tem saída marcada da casa do atual Decurião do grupo de Penitentes Irmãos da Cruz, o qual acompanha a procissão, cantando seus benditos, juntamente com o grupo das “Incelenças”, formada para acompanhar os penitentes nos seus rituais. Este último é formado por mulheres com parentesco entre os penitentes. Carvalho (2011, p. 153), enfatiza:

A excelência é um canto entoado à cabeça dos moribundos ou mortos. O canto, sem acompanhamento, como o bendito, e uníssono, em série de doze vozes rituais. As *Incelenças*, como são denominadas as cantadeiras, estão presente desde o início da encomendação da alma do defunto, sua função na cerimônia do velório vai desde o preparo do quarto até o acompanhamento do cortejo fúnebre.

Com velas acesas para iluminar as estradas vicinais do sítio, a procissão segue o percurso em direção à capela. O andor ornado pela comunidade é carregado pelo Terço dos Homens. O Decurião, enfermo e impossibilitado de fazer longas caminhadas, seguiu o cortejo dentro de um carro, paramentado com as vestimentas do grupo religioso. Ao longo do trajeto, os moradores se integravam à caminhada, e nas portas por que passavam eram aplaudidos e reverenciados.

Na capela, os devotos esperavam pela procissão. Os fogos anunciavam a chegada do andor, que foi recebido com aplausos. O bendito cantado pelo grupo dos Penitentes e “Inceleças”, indica a alegria em reverenciar a santa padroeira: “*Quando eu*

*chego no altar, meu coração se alegrô, só de vê Nossa Senhora enfeitadinha de flor, só de vê Nossa Senhora enfeitadinha de flor.*

Dispostos, os grupos supracitados, nos bancos frontais da capela, tem início a “celebração da palavra em ação de graças pelo dia de Nossa Senhora de Lourdes.”

Ao final da celebração, a presidente do Conselho da Capela faz os agradecimentos finais em relação à festa, e agradece a todos que participaram dos eventos festivos:

*Nós temos que agradecer, aqui, por que graças a Deus tudo saiu na santa paz, até fora da igreja, graças a Deus foi tudo em paz, não aconteceu nada, se alguma coisa aconteceu, foi o mínimo, não sendo considerado problema. Então eu quero agradecer, aqui, ao Padre, e também a [cita os nomes das pessoas que contribuíram com o festejo], ao capitão do pau da bandeira e todos os carregadores, as comunidades que participaram dos noitários, e as pessoas que nos ajudaram com a rifa. (...) Quero agradecer também ao Terço dos Homens, pela ajuda e pelo presente que eles nos deram [dois lustres de vidro para a capela], aos Ministérios de música, às equipes de liturgia e a todos que colaboraram e participaram conosco. Meu muito obrigado e que nosso Senhor Jesus abençoe a cada um que colaboraram, e em especial aos barraqueiros que ao longo da festa eles colaboraram a festa inteira, e tudo que iam fazer sempre combinavam comigo, e a todos que contribuíram e eu não mencionei, mas aqueles que nos ajudaram, doaram alguma coisa, meu muito obrigado. (...).*

Na oportunidade, também foi anunciado a “prestação de contas” da festa, de tudo que se arrecadou com dízimos, ofertas, e o que já se tinha em caixa, fixando-a no flanelógrafo da capela: *Festa das Cabeceiras 2013: a capela tinha em caixa R\$ 2.271,00. Renda da festa: R\$ 3.024,00, total de R\$ 5.295,00. Foi gasto na reforma R\$ 2.296,00, restando em conta R\$ 2.999,00.*



**Mosaico de fotos 12:** Terço dos Homens, Procissão de Nossa Senhora de Lourdes, Missa em Ação de Graças, Ritual do grupo de Penitentes. Autor: CARDOSO, A. I. D; 2013.

O encerramento com o hino da padroeira se deu com reverências entre o santíssimo e a santa, onde os fiéis tocavam a imagem e se benziavam, e retiravam todas as flores do andor, consideradas sagradas.

O grupo de Penitentes e as “Incelenças” também compartilharam do momento. Na preparação para sair da capela, em frente ao altar, andavam em movimento circular, cantavam seus benditos e reverenciavam a imagem de Jesus Cristo. E assim, continuaram seus caminhos, sempre cantando até as suas moradias, pelas estradas escuras do Sítio Cabeceiras, despedindo-se de mais um fim de festa.

3.3.1 Vozes do Cabeceiras: Fotos Comparativas



Mosaico de fotos 13: Mural Fotográfico: Fotos Comparativas  
Autor: CARDOSO, A. I.D. 2013.

## Fotos Comparativas

**Olhando as fotos, como você ver a evolução da capela, até os dias de hoje? (Correspondente às fotos: 01, 02).**

- *A gente vem tentando melhorar a capela sempre quando a gente pode. Por que é da comunidade, né. Todas as ajudas, as doações, tudo vale pra ajeitar a capela. Passou por uma reforma, agora, e isso depende de muito trabalho e dedicação. Fizem até uma surpresa: conseguiram arrecadar dinheiro e compraram esses lustres que tão aqui agora. Mais tem muito o que melhorar, ainda. A gente quer construir a gruta de Nossa Senhora, vou vê se eu consigo murar, aqui na lateral, eu quero sair deixando essas coisa feita. (...) (Membro do Conselho da Capela).*
- *Graças a Deus, essa igreja começou pequenininha, mas, cada dia mais ela ta crescendo, trazendo muitos devotos de Nossa Senhora de Lourdes pra cá. Aí, a capela evoluiu muito, antes não tinha esse teto de PVC, nem o santíssimo, foi realizada a salinha do santíssimo, e todo mundo faz adoração; esses lustre que ela ganhou esse ano. Cada ano é mais progresso pra essa capela. [e você atribui a quem esse progresso?] A coordenadora, aos grupos, que junto com ela fazem no início de ano, se reúnem, discutem, vê o que tá faltando, os problemas que tá acontecendo na capela, discutem e lutam pra cada vez mais conseguir melhorar a capela. Sou moradora daqui da comunidade, e to muito satisfeita com o trabalho deles, que eles trabalham incansavelmente. (...) (Moradora do Sítio Cabeceiras, e membro do Grupo Messias);*
- *Rapaz, essa capela eu lembro dela ainda na base [fundação]. Cresceu muito, né, graças a comunidade, que ta sempre aqui na capela, é homem, mulher, menino, todo dia tem coisa aqui; aí nas missa o povo sempre dá uma ofertinha, aí ela tá como você ta vendo, hoje, né. (morador do Sítio Cabeceiras).*

**Quais as diferenças e semelhanças entre a Festa de Nossa Senhora de Lourdes e a Festa de Santo Antônio? (Correspondente às fotos: 03, 04, 05, 06).**

- *Na festa de Santo Antônio, pela manhã, eles fazem a abertura folclórica, né. Aqui tem a gincana, com várias disputas, com as crianças. E a tarde vão buscar o pau da bandeira, que é aquela animação toda, né. Todo mundo acaba se divertindo, né. Num é grande, assim, como a de Santo Antônio, mais é bom, também. (moradora do Sítio Cabeceiras);*
- *Aqui, pela manhã, a gente tem a gincana, é um modo de inserir as crianças na festa. (...) Desde 2005 a gente faz isso. É uma diversão, as crianças ficam tudo doida, e os adultos também. (...) A gente consegue os prêmios com os patrocinadores, e outras pessoas também ajudam.” (morador e membro da Associação de Moradores do Sítio Cabeceiras);*
- *A festa daqui das Cabeceiras, de Nossa Senhora de Lourdes, ela vem crescendo a cada ano, entendeu, por que são vários apoiadores (...) a comunidade bastante unida, em peso, como você ta vendo aqui, e a cada ano ele vem crescendo, graças ao apoio e aos devotos de Nossa Senhora. (...) Agora, a Festa de Santo Antônio, é uma festa grande, né, bem diferente, quando se fala de apoio, por que se num*

*houvesse, realmente, apoio do governo do Estado, nem do Governo Federal, seria muito difícil pra acontecer a festa, né. Como aqui, uma pequena festa, de uma comunidade, de um sítio, mas também se não houver apoio, não existe a festa. (...) Aqui teve apoio municipal, num era como a gente esperava, mais... teve um apoio, foi bom, graças a Deus. (...).* (Político municipal e morador do Sítio Cabeceiras).

- *Por que em Barbalha é assim: Barbalha começou com o pau da bandeira de Santo Antônio, e aí o que foi que houve? Essa cultura se propagou pelos sítios, aí hoje em dia eu num sei nem a quantidade que ta de pau de bandeira que existe na cidade de Barbalha, e isso é uma cultura que a gente vem tentando manter viva, apesar de ser o sagrado ligado ao profano, mas é uma coisa bonita e... como é que eu poderia falar: é cultura né, e tudo que é cultura a gente tem que dá valor, e a gente tem que fazer o melhor possível pra que continue... é... quanto mais o tempo for passando a gente continue evoluindo.* (morador do Sítio Cabeceiras).

**Como você vê a preservação do grupo de Penitentes Irmãos da Cruz em relação à preservação da Festa de Santo Antônio? (Correspondente às fotos: 07 e 08)**

- *É muito importante, assim, por que tornou nossa comunidade muito conhecida, né, e por que eles já viajaram muito pelo Brasil. (...) Quanto ao apoio, eu acredito que sim, que eles recebem, principalmente do pessoal da cultura, que tão sempre atrás deles, assim, eu num tenho muito conhecimento, por que eu não sigo, eu apenas vejo, né, e o que eu observo é que o pessoal, em relação à cultura, vem fazer filmagem, já levaram eles pra vários lugares, por isso que eu acho que eles tem apoio. (...) E eles participam aqui também, na hora que precisar eles estão presente, eles fazem o terço nas casas, se você precisar, (...) noite de finados eles vão pro cemitério rezar e também cantar, por que a maioria das orações deles são cantadas. E já tem umas crianças acompanhando, também, pra quando for mais na frente, quando não existirem mais esses, já ter os novos seguidores.* (Moradora anônima do Sítio Cabeceiras)
- *A gente [grupo de penitentes] recebe apoio, quando precisa se apresentar lá na Barbalha, na Festa de Santo Antônio, ou na Semana Santa, e quando vamo se apresentar fora, também, né, tem o cachê que paga a nossa apresentação. [De quem é esse apoio?] Da cultura, né. [Secretaria de Cultura do Município].* (Morador do Sítio Cabeceiras e membro do grupo de Penitentes).

3.3.2 Momentos Festivos – Festa 2013.



Mosaico de fotos 14: Mural Fotográfico: Momentos Festivos – Festa 2013  
Autor: CARDOSO, A. I. D. 2013.

## Momentos Festivos – Festa 2013

### O que esses momentos representam para você e para a comunidade do Sítio Cabeceiras? (Correspondente às fotos: 01 a 10)

- *Esses momentos representam muito pra mim, e acho que pra comunidade também, né. Por que, primeiramente a gente conta com o apoio muito grande da comunidade, que coopera... Todo mundo da comunidade ajuda com alguma coisa, seja..., num vou falar nem no termo pejorativo, mas... seja com um litro de cachaça, um cozinhado de galinha, uma coisa assim, mas todo mundo da comunidade ajuda de acordo com as suas condições. Nós temos o nosso amigo [nome da pessoa], que dá uma força muito grande, também, ajuda muito a gente na festa. O Senhor [nome da pessoa], que não pode ficar de fora, de maneira nenhuma, também dá uma força muito grande a essa festa do Pau da Bandeira de Nossa Senhora de Lourdes...(...) A gente também tem o apoio da Prefeitura Municipal de Barbalha, que ajuda de alguma forma, a Secretaria de Cultura, mas principalmente o pessoal da comunidade. (morador do sítio Cabeceiras e organizador do festejo social).*
- *Esse dia é bom, né, meu filho. Eu acompanho sempre. [a senhora faz promessa?] Não, é por que eu gosto de acompanhar, mesmo, e descalço. Eu num gosto de chinela, não. Acompanho, aí vejo as brincadeira dos menino, tudo dançando... Quando eu era mais nova eu ia pra de Santo Antônio, mas hoje num pra mim mais não... lá é mais chei de gente, aqui ainda dá. (moradora anônima do sítio Cabeceiras e membro do grupo das “Incelenças”).*
- *A festa desse ano num foi muito diferente das passadas, não, sabe. Mas, apesar de ser um período de carnaval a gente pensou que talvez fosse dá um número de pessoas reduzido à vista do ano passado. Mas o que a gente ta vendo é que continuou do mesmo jeito e até então aumentando. (...) Uma das coisas que a gente tem muito cuidado... a gente mandou ofício pra polícia militar, polícia civil, é por conta da violência. (...) a violência ta alastrada em todo país, né, daí a gente pede apoio da segurança, das autoridades cabíveis, mas até agora, a gente num teve problema, não. (Morador anônimo do Sítio Cabeceiras e organizador dos festejos sociais).*
- *Rapaz, eu vejo esses momento como um momento único pra cá [Sítio Cabeceiras]. É uma festa que todo mundo participa, brinca, bebe, quando é pra rezar, a gente reza, e é aquela animação, todo mundo participando, brincando, rezando. (morador do Sítio Cabeceiras e carregador do pau da bandeira).*

3.3.3 Momentos Festivos de anos anteriores



Mosaico de fotos 15: Mural Fotográfico: Momentos festivos de anos anteriores  
Autor: CARDOSO, A. I. D. 2013.

## Momentos Festivos de anos anteriores

### O esses momentos representam?

- *Aqui [fotos 12 e 13], eu acho importante por que já é colocando as crianças pra participar das coisas religiosas, né. Elas já vão crescendo com aquela fé. Inclusive, a maioria das crianças já fazem a catequese aqui, o catecismo, e com as festas que vão acontecendo, as dos santos, eles participam, e vão criando aquela fé e vão ser os substituto de quem são agora. (moradora anônima do Sítio e membro do grupo Messias).*
- *Essas fotos representam muitas conquistas, né. Aqui é a intronização do santíssimo, no ano passado, e que completou um ano, agora. Foi uma coisa que a gente queria muito, aí com a ajuda da comunidade a gente conseguiu, né. [Eles ajudam de que forma?] Com as ofertas, o dízimo,... tem uma família que nem paga o dízimo aqui, deposita direto na conta da capela. Aí a gente deixa lá, aí quando precisa fazer essas benfeitoria, aí a gente faz. (Moradora do Sítio Cabeceiras e Membro do Conselho da Capela).*
- *Aqui [Foto 15], num é nós, não. [E esse grupo é de onde?] São da Lagoa [Sítio do município de Barbalha]. [E qual é a diferença que o senhor percebeu, aí?] As vestes, né, a nossa num é assim, não. Ó como é o capuz deles... o nosso é só nos olhos. [Qual a interação que vocês tem com os outros grupos?] As vezes a gente se apresenta tudo junto, né. Ou na Festa de Santo Antônio, ou na Semana Santa. [E essa fotos aqui (número 16), o que ela representa para o Senhor?] Aí é a casa de Joaquim Mulato, num é? Aí representa muito pra nós. Ele tinha a voz forte, e sabia todos os bendito que nós canta. [Como o senhor vê o futuro do grupo?] Rapaz, num sei, não, por que... já tem uns mais novo, aí, mas quando arruma namorada sai. [Morador do sítio Cabeceiras e membro do grupo de Penitentes Irmãos da Cruz).*
- *Esses momentos são importante pra gente vê o que a gente vem fazendo, né, podendo melhorar, quando for fazer de novo. Desde da casa do santíssimo, das crianças que são coroinha, coroação de Nossa Senhora, e aqui é nós na procissão de Santo Antônio, né, que a gente sempre participa. (...) O importante é deixar a capela bem movimentada, por que todo dia tem um grupo aqui na capela... grupo de oração, terço do homens, das mulheres, grupos Messias, adoração ao santíssimo, e a comunidade participa de tudo, e é muito bom. [moradora anônima do sítio Cabeceiras e membro do conselho da Capela].*

### 3.4 Sítio Riacho do Meio

Assentado em área de vertente da Chapada do Araripe, o Sítio Riacho do Meio se beneficia de um ambiente aprazível, devido às suas condições goambientais. Entre a cidade de Barbalha e o Distrito do Caldas, está a 960m de altitude, ao qual se tem acesso pela CE-060, em direção sul. A paisagem vai se modificando à medida que se avança sobre o relevo tabular. Saindo da sede, um lixão e uma indústria de cimento se apresentam onipotentes, depois pequena vila, e assim a vegetação domina, entremeadas por pequenas lavouras e clarões de floresta destruída.

Compondo uma população de aproximadamente 90 famílias, o adensamento habitacional se dá próximo à rodovia, formando conglomerados dispersos de casas. Com informações dos moradores chegamos até a Capela de São José, construída sobre um relevo íngreme. A exemplo das demais, também apresenta no cume da fachada uma cruz. É neste local onde se passa a maior parte dos festejos ao santo, culminando com o dia do padroeiro, 19 de março.

A escolha do santo, segundo os organizadores da festa, foi uma decisão conjunta da Associação de Moradores, o Conselho da Capela e a Família Luna, principal benemerita da localidade, e devota de São José.

Assim, a realização da festa do padroeiro se atribui a estas instituições locais, por meio de ajudas e/ou cooperação de outras instituições, através de projetos junto à Secretaria de Cultura do município via convênio com o Banco do Nordeste, ou pela União das Associações de Barbalha – UNAB. Patrocínios de empresas ou vereadores, arrecadações feitas durante o festejo como ofertas, bingos, dentre outros custeiam os festejos.



**Mosaico de fotos 16:** Capela de São José do Sítio Riacho do Meio.  
Autor: CARDOSO, A. I. D. 2012.

Contudo, vale enfatizar que a abertura dos festejos acontece dez dias antes ao dia do padroeiro, com a festa do pau da bandeira: escolha, corte, cortejo e hasteamento. Utiliza-se de um eucalipto para içar a bandeira, doado por moradores locais ou por empresas próximas, tomado emprestado da festa de outras localidades, ou ainda o mesmo mastro da festa anterior, retornando-o ao seu lugar de origem e seguindo com os rituais. Além da tradicional corrida de São José, onde as crianças competem, há ainda apresentação de alguns grupos folclóricos, missas e novenas com a participação de outras comunidades.

Com o dinheiro arrecadado na festa, a Associação de Moradores e o Conselho da Capela utilizam-no para manter as despesas de ambos. A Associação luta pela construção de uma sede para oferecer diversas atividades à população. Já o Conselho custeia a manutenção da capela: energia, taxa de celebração, limpeza e a realização das outras atividades religiosas, como a Coroação de Maria, em maio, e as missas a cada dia 19 do mês.

O fator ambiental nesta localidade ganha destaque devido à instalação do Parque Ecológico do Riacho do Meio, uma área limitada para a preservação de espécies de flora e fauna endêmicas, fonte de água, estudos e pesquisas. Com estrutura de balneário, muito comum nestas áreas, o parque foi inicialmente construído pela prefeitura para este

fim, com churrasqueira, banheiros e trilhas em direção às fontes, que receberam estrutura de pequenas piscinas.

Para este feito, foram desapropriados moradores que foram assentados à frente do parque. Daí, perduram disputas judiciais que contestam os valores das desapropriações entre os moradores remanejados e a Prefeitura Municipal, o que se torna motivo de frustração entre os habitantes do Sítio Riacho do Meio, sobretudo na perspectiva de o parque funcionar com possibilidade de agregar os próprios moradores. Isto não ocorreu, mesmo com a inserção de algumas ONGs, com projetos de guias-mirins, de educação ambiental, que não tiveram continuidade.

Mais recentemente, vinculando-se à Rede Global de Geoparques (Global Geoparks Network), sob os auspícios da UNESCO, houve a implantação do GeoPark Araripe na região do Cariri em 2006, abrangendo a Bacia Sedimentar do Araripe. Com esta iniciativa, algumas localidades que proporcionavam aspectos geológicos/paleontológico, culturais e o ecossistema ambiental da região passaram a ser denominados de Geossítios, agregando-se diversas atividades educacionais, ambientais, científicas e turísticas junto à comunidade inserida.(GeoPark Araripe, 2012)



**Mosaico de fotos 17:** Geossítio Riacho do Meio: estrutura e fonte d'água.  
Autor: CARDOSO, A. I. D. 2009/2010.

Dessa forma, o Parque Ecológico do Riacho do Meio foi contemplado como Geossítio. Contudo, e segundo os próprios moradores da comunidade, a iniciativa aparece como um estranho, distante da comunidade, “nem disse que chegou, nem disse pra que veio, e nem disse se vai sair. Sinceramente...”. (Fala do vice-presidente da Associação de Moradores do Riacho do Meio, em 14/07/12). Mesmo atividades pontuais da Prefeitura Municipal de Barbalha, pela Secretaria de Meio Ambiente,

também não os envolvem, desmotivando-os, e fazendo-os desacreditar dos trabalhos futuros a serem planejados para este espaço.

Nesse tocante, os organizadores da festa de São José tentam sempre envolver as questões ambientais, nas quais estão inseridos, pondo-as em relevância. Tomemos como exemplo a homenagem ao “Soldadinho do Araripe”- ave símbolo e endêmica da região -, cuja imagem foi estampada nas camisas dos carregadores do pau da bandeira da festa de 2012, formando um elo entre a festa e o espaço nos qual habitam, informando e transmitindo seus valores.

A exemplo das atitudes de preservação da natureza, na versão 2013 da festa de São José, realizou-se o chamado “pau itinerante”, situação na qual o mastro da bandeira de uma comunidade é cedido para que outra possa realizar seus festejos, uma atitude que tem sido corriqueira entre algumas localidades para amenizar os conflitos com órgãos ambientais.

Logo, a comunidade do Riacho do Meio viu a possibilidade do empréstimo do mastro do Sítio Santa Cruz, comunidade próxima ao distrito do Caldas, no município de Barbalha. Tal medida surtiu efeito, pois as localidades supracitadas já realizaram suas festas com o mesmo “pau” emprestado de outras comunidades.

Dessa forma, no dia anterior a abertura da festa do Riacho do Meio, com o espaço festivo já decorado, as barracas instaladas e a capela pronta para as novenas, um grupo de homens se organizou para buscar o mastro no Sítio Santa Cruz, em caminhão cedido por um vereador do município, para facilitar o trajeto de aproximadamente 10km, entre os sítios.

No percurso, fogos de artifício e cachaça animam a busca. Nas estradas sinuosas, em cada passagem por vilas e comunidades havia a anunciação da festa. Aos conhecidos o pedido de ajuda era feito. A expectativa para a retirada do pau da bandeira aumentava à medida que se aproximavam do local.

Na chegada, os organizadores da festa do Santa Cruz já aguardavam a comitiva do Riacho do Meio. Logo, os trabalhos começam, sob um sol escaldante, regado a persistência e aguardente. O mastro é um eucalipto de 18 metros de comprimento, “linheiro”, nas palavras dos carregadores, ao afirmarem sua linearidade. Assim, o tamanho e a espessura, como as principais exigências para pau de bandeira, satisfazem os festeiros.

Segundo os moradores do Santa Cruz, há três anos o mesmo mastro é utilizado em várias festas nos sítios vizinhos e, após os festejo de São José no Riacho do Meio, o

mesmo será encaminhado a outra comunidade, complementando os rituais, sem fragilizá-los. “[...] É a união entre as comunidades, para que todas possam festejar seus padroeiros, mantendo a mesma fé, com ou sem pau de bandeira.” (Moradora e Membro do Conselho da Capela do Sítio Santa Cruz).

A volta ao Riacho do Meio, agora de posse do símbolo festivo, foi recepcionada por alguns moradores. Entusiasmados, acenavam aos carregadores como forma de agradecimento. Assim, o pau da bandeira de São José foi direcionado à “cama do pau”, local de onde sairá o cortejo no dia seguinte, uma estrada vicinal que dá acesso a dois sítios vizinhos: Santa Rita e São Joaquim.

No dia da festa do pau da bandeira, além da alvorada festiva, o turno da manhã é destinado às crianças e adolescentes da comunidade. Na oportunidade, organizam a tradicional corrida de São José, com direito a lanche para os participantes; brincadeiras como quebra-pote, pau de sebo, torneio de futebol, tendo como premiação medalhas, troféus, guloseimas e dinheiro.

No período da tarde, a concentração de pessoas se dá na “cama do pau”, que dista, aproximadamente, 02 km da capela da comunidade. Coordenadores da festa, carregadores, festeiros e uma banda cabaçal dão ritmo ao cortejo. A bandeira do orago e o carro da cachaça, enfeitados, compõem a paisagem festiva, como também o carro de som que direciona e anima a comitiva.

A preparação para a saída do cortejo é precedida pela entrega das camisas confeccionadas para os carregadores do pau da bandeira. Em número reduzido, devido às condições financeiras do evento, esse adereço é motivo de disputa entre os participantes, mas também de compreensão por parte daqueles que entendem o quanto é dispendioso promover uma festa com apoio reduzido: “[...] *rapaz, se tiver pro pessoal daqui... de lá de nós num carece dá não, né. Seu eu tivesse a minha, eu gostaria de ter, mas... vocês tem as contas de vocês, e vocês sabe o que precisa... nós tamo aqui é pra ajudar [...]*” (fala de um carregador do pau do Sítio Santa Rita).

Com todos os carregadores devidamente uniformizados, dá-se início a oração, com pedidos de proteção à festa. De mãos dadas, rezam junto à bandeira do padroeiro, saudando-o. E logo se posicionam em torno do pau sagrado, erguendo-o. Sobre os ombros, o pau da bandeira interrompe, momentaneamente, o fluxo da rodovia CE-060, rumando em direção à capela de São José.

Além do comprimento e peso do mastro, como obstáculos a serem superados, o fluxo de automóveis nesta rodovia se intensifica, devido à proximidade com o balneário

do Caldas e diversas outras opções de lazer na Chapada do Araripe. Alguns coordenadores da festa cumprem a função de Agentes de Trânsito, que foram solicitados, e não correspondidos.

O relevo íngreme também dificulta a caminhada. Entre subidas e descidas, todos os cuidados são tomados. As brincadeiras são inevitáveis, mas a habilidade com que a organização administrou o quesito segurança contribuiu para o andamento do cortejo e da festa em geral.

As paradas para o descanso são necessárias e estratégicas. É um momento de tomar mais uma “lapada” de cachaça e farofa, dançar ao som da banda cabaçal e recuperar as forças para seguir o cortejo. Cada tentativa de erguer o pau da bandeira é motivo de saudação ao santo. E durante o trajeto, lembrar das pessoas, vereadores e empresas que contribuíram financeiramente com o festejo é uma forma de agradecimento e *marketing*.

À medida que se aproxima da comunidade, anunciado pelos fogos de artifício, alguns moradores se agregam ao cortejo, congratulam os organizadores e os carregadores. Uma parada se torna obrigatória. Em frente a casa onde teve início a festa, a comunidade ainda sem capela - mas com a religiosidade aflorada -, homenageia a Dona Amarosa que cedeu sua residência para os primeiros atos litúrgicos a São José.

Nesse resgate histórico da festa do Riacho do Meio, a distinta senhora festeja o santo até hoje:

*[...] As menina, lá, falou pra fazer aqui a liturgia da palavra. Essa sala ficava completa de gente, e esse terreiro,(...) ai nós rezava aqui, acho que São José passou uns dois ou três anos, aqui. Aí, depois as meninas vinha pra'qui no domingo, e construíram uma faixa, ai todo carro que passava dava um dinheirinho, né, pra construir a capela. Aí tudo começou aqui, a Legião de Maria começou aqui em casa, a liturgia da palavra... ai eu disse: - ô, São José só vai sair daqui quando tiver a capela. Ai quando fez a capela, ai todo mundo levou ele pra lá. E depois da construção da capela, como a senhora ficou? Eu fiquei feliz, mas senti falta dele aqui, senti muito a falta dele. Mas ele ta lá, agente vai pra novena (...) eu num perco uma noite, eu vou, as menina me ajuda, leva uma lanterna quando tá escuro [...]*”

A oportunidade de parar e fazer orações àqueles que contribuíram para a realização da festa torna-se digno à (re)atualização do fazer festivo à comunidade. Assim, são lembrados os amigos e as famílias que se fazem presentes, reforçando a necessidade de manter a festa como momento de alegria e confraternização entre as pessoas do lugar, e os outros, os de fora.

Dentre estes homenageados está a Família Luna, de Barbalha, atribuída como principal benemérita da comunidade. Sentada sobre o mastro, o qual encontrava-se ao chão, a senhora Suzete Luna enfatiza a importância da festa para a comunidade:

*Esta festa é tão importante pra essa comunidade do Riacho do Meio, que antes não tinha um elo, não tinha como formar comunidade. Ao chegar a esta comunidade... ao retornar, aliás, por que esta comunidade foi onde eu nasci, onde eu me criei, e retornei pra formar exatamente isto que hoje está aqui, uma festa de união, uma festa de paz, festa que confraternizasse a comunidade. (...). Nós, com muito sacrifício conseguimos construir a capela de São José. Os esforços foram, assim, quase que impossíveis. Mas como pra mim nada existe de impossível, tudo é possível para aquele que crê, eu insistir, persistir e não desistir... busquei em todos os lugares, dei, por que Deus já havia me dado condições de construir essa querida Riacho do Meio, essa querida comunidade, uma capela que fosse dedicada a São José, esse padroeiro tão querido, tão venerado já por meus pais, já por meus avós, e por todo esse povo que mora nesse recanto do Sítio Riacho do Meio. E é por isso que hoje nós estamos aqui, mais uma vez, carregando o mastro de São José, uma expressão de fé maior desse povo que acredita, da sua intercessão junto ao seu filho Jesus. A fé ainda é o que salva, e sempre vai ser o que salva, vai ser a fé neste mundo místico que estamos vivendo, onde a essência maior de tudo isso é Deus, e o santo mais apropriados para pedirmos tudo isso é São José (...) é por isso que estamos aqui em festa. E quanto anos estamos aqui junto, pra que nunca se acabe essa tradição que passa de pai para filhos, assim como passou do meu pai pra mim, eu tenho passado também pros meus filhos.*

Com o cortejo já se aproximando da capela, as paradas ainda se tornam necessárias, tanto para descanso quanto para cumprirem um horário, o que para os organizadores é tradicional: “*eles querem chegar na capela, com o pau, só depois das cinco*”, como afirmou um dos membros da organização. Com isso, a possibilidade de agregar mais festeiros foi aumentando.

Às margens da rodovia, próximo à capela, as pessoas já se aglomeravam para receber o símbolo maior da festa. Entre vendedores ambulantes, barracas e carros, o pau da bandeira se direcionava pelo estreito espaço de relevo irregular, rumo à capela. A banda cabaçal, a bandeira e seu mastro compunham a comitiva que, sob aplausos, chegava triunfante ao destino.

O hasteamento requeria cuidado. Várias cordas foram fixadas para que houvesse maior equilíbrio no momento de fincar o mastro. Fixada a bandeira na ponta do mastro, com a ajuda dos carregadores, o momento auge da festa se realizava. Amontoado nas escadarias que levam à capela, nas barracas, o povo esperava pelo desfecho final, o que ocorreu com sucesso.

Os agradecimentos da coordenação foram preponderantes para o reconhecimento dos atores envolvidos no festejo:

*Eu só tenho mais é que agradecer a todos vocês, pois o esforço que vocês fizeram, desde ontem, vindo lá da Santa Cruz, e fincando esse pau da bandeira, que foi itinerante, levando lá pra entrada do Sítio Santa Rita, foi um esforço, assim, maravilhoso, sinceramente eu não estava esperando, eu estava quase sem fé (...) um sacrifício atrás de outros, e graças a Deus hoje nós estamos aqui, e queremos dizer aqui, com toda fé, com toda convicção do mundo, um viva bem especial, bem forte: Viva São José! – Viva.*

Com o pau da bandeira hasteado, os coordenadores finalizam suas participações do dia através de orações entorno do mastro sagrado como forma de agradecimento ao santo pela proteção e segurança dado ao cortejo, pedindo preces diante da bandeira de São José.

Assim, a festa continua no Riacho do Meio. Passado o primeiro momento da festa, com o pau da bandeira, as novenas complementam os dias festivos subsequentes, com participação das comunidades vizinhas como Sítio Pinheiro, Sítio Rua Nova, Caldas, além das novenas dedicadas aos comerciantes, aposentados, agricultores, aos amigos e devotos de São José e Associação de moradores da própria localidade.

Dentre os novenários, uma noite ganha maior destaque, sendo esta organizada pela Família Luna e dedicada aos amigos e devotos de São José. Na oportunidade, festeja-se o aniversário de um membro da família, que para os moradores é considerado seu principal benemérito, conforme homenagens:

*A comunidade do Sítio Riacho do Meio, de Barbalha, Ceará, tem a honra de outorgar o título de Amigo Benfeitor ao senhor [nome do homenageado]. E... eu não sou Vinícius de Moraes, mas escrevi para ti um Soneto de Fidelidade: Jamais se pode esquecer um olhar manso, humilde e carinhoso. Amável. Quantas qualidades. Otimista, recíproco, verdadeiro. Muito devemos a ti, igualmente a tantos, a quem tu, humildemente, serve. Guardar com ternura a tua bondade é para nós um dever, um reconhecimento e por isso elevemos prece graciosa ao criador. Levamos a ti as bênçãos grandiosas. Diante de Deus, pedimos, nesse dia especial, os sinceros votos de parabéns a [nome do homenageado]. Nasce um verdadeiro exemplo de cristão, amigo, benfeitor, um irmão. Sempre bem visto, mesmo ausente, estás presente. Como a luz que clareia a escuridão. Ensinando a percepção de tão nobre senhor. Muito além do coração, a emoção, o amor. Emoção que vigora, desde agora, digo: neste momento é para ti esta mensagem, tendo a ti como amigo benfeitor, outorgamos-lhes com brandura e com amor. (membro da comissão organizadora da festa, cordelista e moradora da localidade).*

Pela devoção ao santo, e em comemoração ao aniversariante, a família distribui aos participantes as medalhas de São José, abençoadas pelo pároco, e festejam na

comunidade com bolo e salgados, com a participação da Fanfarra Os Batutas, uma banda de música, da qual patrocina e apóia, enquanto empresário local. Cabe enfatizar que o mesmo tem participação efetiva no apoio dado às demais festas de padroeiro que acontecem no município, incluindo-se nestas os festejos das localidades aqui analisadas, seja na confecção do cartaz da festa, camisas ou, mais diretamente, contribuição financeira.

Dessa forma, a festa do sítio Riacho do Meio de 2013 se encerra com a celebração da missa e densa participação da comunidade; no entanto, sem a realização da procissão. Assim, o sorteio de rifas e o leilão acontecem logo após a liturgia, com a finalidade de captar recursos tanto para a capela quanto para as despesas da festa que finda.



**Mosaico de fotos 18:** Missa de São José, sorteio de rifa e leilão, no Sítio Riacho do Meio.  
Autor: CARDOSO, A. I. D. 2013.

Assim, a organização do festejo, composto por grupo voluntário da comunidade e membros do Conselho Administrativo da Capela e da Associação de Moradores, reitera nesta atitude o fazer festivo da localidade e em benefício da mesma.

Os valores auferidos da manifestação, com a rifa, leilão, quermesse, doações, entre ganhos e despesas, geraram uma quantia de R\$ 3.169,70. Estes serão utilizados para o melhoramento, sobretudo da capela, “na compra de alguns objetos que a mesma necessita, reforma do telhado e o restante será depositado para futuramente trocar as cadeiras de plástico por bancos de madeira.” (Membro do Conselho da Capela e moradora da localidade).

3.4.1 Vozes do Riacho do Meio: Fotos Comparativas



Mosaico de fotos 19: Mural Fotográfico: Fotos Comparativas – Riacho do Meio  
Autor: CARDOSO, A. I.D. 2013.

## Fotos Comparativas:

**Essas duas fotos indicam uma evolução da Festa de São José. Como você ver essa evolução? (Correspondente às fotos: 01 e 02).**

- Nós que iniciamos... eu, Tica e Deval, foi quem iniciamos, aqui, em 1997, eu não era daqui da comunidade, só que eu já tinha esse trabalho voluntário pastoral religioso em outras comunidade, aí esse comunidade não tinha ainda esse trabalho, entendeu, aí quando eu vim pra cá, e também o costume, a necessidade de tá engajado nas pastorais, né, aí começamos, nessa casinha branca (foto 01), (...), na casa de D. Amarosa. O início foi todo ali, a gente já se reunia lá, pra fazer o que a gente já fazia antes, mesmo sem o pau da bandeira, e a festa do pau da bandeira foi depois. E aí o que aconteceu, nós ainda celebramos dois anos ainda, nesse local aqui (a capela), só com a sapata (alicerce) da capela construída. Pra você ter uma ideia, essa capela aqui foi construída em mutirão, tem até lá em casa quem participou do mutirão. Que eu fui, por exemplo, da associação (de moradores) por dez anos, era assim, Tica, Maurício, Tica, Maurício, e ficamos revezando, e no início... pra você ter uma ideia... o que eu vejo como isso é importante, assim, quando a comunidade se dá as mãos pra trabalhar em prol de alguma coisa, que nós não tínhamos recursos pra construir essa capela, elas estendiam uma faixa no meio da pista ali, e nessa época vinha muitoromeiro pro caldas, aí os ônibus parava, aí elas estendiam uma faixa, assim: Ajude-nos a construir a capela de São José, e entrava dentro do ônibus. Muita gente ajudava, como muita gente dizia piada... o pessoal não crente, que num era religioso. Aí, foi, graças a Deus, hoje nós já “tamos” com mais de 10 paus de bandeira. (...) (Membro da Associação de Moradores e morador da localidade)*
- Aqui (foto 01) é a casa de uma senhora devota de São José, e aqui foi onde deu início a essa devoção a São José, na comunidade do sítio riacho do meio. Então as primeiras novenas, primeiras missas foram realizadas nesta casa. Posterior, com a doação do terreno pela família Luna, que é uma família muito devota de São José, inclusive, tem um casal ai empresário, (...), que tem a empresa com o nome São José, e aí eles foram grandes colaboradores. Daí a família Luna doou o terreno, e aí houve a transferência da festa para a capela, que foi construída aos poucos, por que aqui (foto 01) era só os novenários, não tinha pau de bandeira, aí quando passou para a capela, no paroquiado de Pe. Renato, padre salvatoriano, aí começou a história da festa, já com pau de bandeira, já houve a parte social, foi toda uma progressão, daí a gente pode perceber a evolução da festa ao longo da história. (Colaborador da festa e morador da localidade).*
- Rapaz, a questão da festa, a gente viu que era importante, pegando como exemplo as comunidades vizinhas, que já tinha essa cultura, dos paus de bandeira. Aí, nós, também, viemos, reunimos a comunidade, chegamos a um denominador comum, de que a gente ia fazer uma festa, e o padroeiro seria São José. Aí, por que São José? ... Existe, aqui, uma família que sempre ajudou... é... na parte social, cultural, de benfeitores da comunidade, né, e eles são muito devotos de São José. Aí, foi, fizemos uma votação, e por unanimidade, decidimos colocar o padroeiro São José. É mês de março, é o padroeiro do Ceará, vamô pedi chuva, e tal. Então, se tornou isso: a Festa de São José do Riacho do Meio. Já ta com treze anos de festa, quer dizer que foi em 2000, o primeiro pau de bandeira. (...) Então essa foi a origem, foi a causa,*

*de vir como exemplo das outras comunidades, e a gente vê a necessidade, também, de acompanhar o desenvolvimento da festa. (Membro da Associação de Moradores e morador da localidade)*

**Quais as semelhanças e diferenças entre a Festa de São José e a Festa de Santo Antônio? (Correspondente às fotos: 03, 04, 05, 06)**

- *Olhe, desde que iniciou a festa, aqui, na nossa comunidade, a gente procura, assim, dinamizar mais o festejo, né. Por exemplo, a corrida dos meninos, a mini-maratona de pedestre, é infanto-juvenil, antes a gente fazia com os adultos, mais aí foram saindo, não quiseram mais, e as crianças tão aí, com vontade, todo ano eles tão procurando pra fazer a corrida e tudo, então eu acho, assim, que é um momento muito brilhante na nossa comunidade, por que envolve crianças, e eles tem vontade, muita vontade. (...) Aí é importante, por que desde criança você tem que cresce com espírito de comunidade, mesmo, né. Com a corrida, o espírito esportivo vai tirar eles do mundo violento que tem lá fora. (...) Os grupos folclóricos da Festa de Santo Antônio é muito grande, mas aqui, a gente ta resgatando esses aspectos, por exemplo: o grupo de zabumbeiros, que não tinha há dois anos, as brincadeiras, do quebra-pote que é muito importante. Nós temos muita coisa boa, muita cultura, grupos folclóricos que vem se apresentar aqui, também. (Membro da Associação de Moradores e moradora da localidade)*
- *Embora, na Festa de Santo Antônio, com o desfile dos grupos folclóricos, seja em Barbalha, a cultura da cidade não está só na Festa de Santo Antônio, está em vários lugares, até porque, a parte cultural que vai lá, pela manhã, saem das nossas comunidades. (Colaborador da festa e morador da localidade).*
- *É muito bom esses momentos das crianças, por que é uma forma deles participarem, também, né. Eles ficam esperando pra corrida, as vezes tem o lanche, o pau de sebo... Tanto aqui, nessa manhã quanto nas novenas eles participa, né. (moradora da localidade).*
- *Realmente a gente tem inovado nesta questão que é envolver as crianças, os jovens, fazendo gincana, corrida, então o importante disso é a comunidade envolver, realmente, todos os gêneros da comunidade, desde a criança até o idoso na participação da festa. (moradora da localidade)*
- *Quando a gente pensa na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, a gente já pensa numa festa grandiosa, por que é o que ela tá hoje. Mas isso foi devido a muito apoio, né, políticos, empresários, grandes empresários... a própria prefeitura se mobilizar nos investimentos. Então, é diferente quando você fala de uma festa de sítio, é uma coisa pequena. Aí o que a gente tenta fazer é trazer esses momentos, que a comunidade gosta, os festejos religiosos, sociais, mas que vem da nossa comunidade. (morador da localidade)*
- *Aqui nós celebramos são José, todo mundo quer venerar seu padroeiro, louvar... então, quando nós hasteamos a bandeira branca, e colocamos São José lá em cima, (...) tá dizendo que aquela comunidade está em festa e ali se celebra aquele padroeiro, que poderia ser hasteado num ferro, ou em qualquer outro, mas é por*

*que vem da tradição, do costume, lá da Festa de Santo Antônio, e que precisa ser trabalhada essa cultura, né. (Membro da Associação de Moradores da localidade)*

**Como você vê a preservação do Parque Ecológico em relação à preservação da Festa de Santo Antônio? (Correspondente às fotos: 07, 08)**

- *Ali, no parque ecológico, eu ainda acho que falta muita consciência ambiental, de nós, enquanto comunidade. É como eu já lhe falei, se a comunidade resolve lutar por um objetivo, por um ideal, é capaz de tudo. Eu ainda acho o seguinte, nós já tentamos aqui diversas vezes com ONG, (...) , tivemos um curso de agente de ecocidadania, só que enquanto a coisa vem de fora pra dentro, continua sem retorno. Esse meninos aqui, tudo são agente de ecocidadania, fizeram curso e tudo, mas tão tudo aí, por quê? Porque faltou o multiplicador. Se você vê meu sofrimento, aqui, pra manter essa festa, a comunidade unida... nas primeiras reuniões, pra você vê a dificuldade... aparece dificuldade em tudo, tudo, tudo. No entanto, a gente quebra o pau, reza, e tudo, aí no final dá certo. Mas ainda falta consciência da comunidade pra dá valor pra 'quilo dali. (Membro da Associação de Moradores da localidade)*
  
- *Na verdade não há uma integração, um convívio, não há um estudo para essa convivência, e surge a questão do pau da bandeira. E também a vivência da comunidade do riacho do Meio com o parque ecológico, que deveria estar voltada, realmente, para trabalhar mesmo o meio ambiente, poderia ser que a gente, com uma estrutura dessa, ser um local de estudo da questão ambiental, e que a gente pudesse levar tudo isso para a preservação. Claro que, o Riacho do Meio está privilegiado de ter o Parque Ecológico, dentro da comunidade do Riacho do Meio, e eu acho que realmente, deveria ter muito empenho da comunidade em estar envolvida com esta questão do meio ambiente. (Moradora da localidade)*
  
- *Rapaz, o parque é uma coisa que parece que tá no meio de nós, mas ao mesmo tempo tá distante... muito distante. Aí, por que isso? De certa parte tem um comodismo da comunidade. Por que se a comunidade caí na real e dizer: aquilo nos pertence, é nosso! (...) Mas é o que digo, é uns órgãos que eles deviam se importar com a comunidade, e chegar e perguntar. Por que, quantos e quantos meninos aí hoje, que antes... num é querendo defender o direito de criança trabalhar, até por que eu mesmo fui criado no trabalho, desde cedo, entendeu, e tinha meu tempo de trabalhar e de brincar, hoje os meninos só tem o tempo de brincar, nem que as mães queiram, aqui não tem outro atrativo. Aí você vê um parque ecológico daquele, um espaço daquele ali, e um Geoparque desse ali, que tem muito dinheiro pra investir... investir, num é dá não. Parece que é um investimento que quer investir hoje pra receber amanhã, e a gente sabe que o trabalho coletivo com a comunidade, com as crianças é um investimento que vem se propagando, ao longo dos tempos. Então... já teve reunião aqui que teve representante do Geoparque, aí eu perguntei sobre isso, e ele disse: “não, é por que nós estamos lá só na parte administrativa, a gente não mexe com isso, num sei o quê... você tem que procurar a prefeitura”, aí empurra pra prefeitura, (...). Aí a gente vai se cansando, bater numa porta e num abri, até desmotivou a Associação. (Membro da Associação de Moradores da localidade)*

3.4.2 Momentos Festivos – Festa 2013.



Mosaico de fotos 20: Mural Fotográfico: Momentos Festivos – Festa 2013 Riacho do Meio  
Autor: CARDOSO, A. I. D. 2013.

## Momentos Festivos: 2013

### O que esses momentos da festa representam para você e para a comunidade do Riacho do Meio? (Correspondente às fotos: 01 a 12)

- Esse ano foi muito proveitoso, no sentido de ter sido em paz, por que todo ano, se vc pegar as festa do pau dos anos anteriores, aqui é muito cheio, de um público que não ajuda muito, é carro de som, paredão, então pra cultura em si, pra o tradicional, fica muito pouco proveitoso, então esse ano foi um número reduzido de pessoas, mas um número de pessoas suficiente, pessoas que estavam ali pra ajudar, entendeu. Por que em anos anteriores era lotado, mas esse ano teve duas bandas no parque da cidade, teve o pau da bandeira, também, de Missão Velha, que é muito grande, por ser cidade e tudo, e teve também nas Malvinas (Bairro do município de Barbalha), uma banda lá. Então isso influenciou e contribuiu pra que muita gente de fora não viesse, entendeu. (...) Então, o que foi interessante nisso daqui, a comunidade em si, né, a comunidade fez a festa. Por que é uma festa da comunidade, porém se torna pública por que todo mundo vem. Mas às vezes nem todo mundo ta com o intuito de brincar, as vezes vem mais pela questão do álcool, da bebedeira, e esse ano a gente não teve problema quanto a isso. Quer dizer, em anos anteriores pra esse pau da bandeira entrar aqui era muito difícil, dá um trabalho danado, é preciso a polícia ta pedindo, tirando, o pessoal, para os carros ali e tal, mas esse ano o público foi menos, e no meu ponto de vista foi suficiente, foi muito bom. Sem maiores transtornos, né. (Membro da Associação de Moradores da localidade)*
- Esse momento do pau itinerante... Esse é o segundo ano que teve o pau itinerante. O ano passado nós tiramos o pau daqui mesmo, tiramos e levamos, e esse ano nós tiramos lá da Santa Cruz. Mas em anos anteriores foi tudo daqui. E depois vai pra onde? Vai pro Pelo Sinal. E aí, como é que fica, sem... ai fica sem pau. É interessante isso, por que, lá no Santa Cruz é levantado em janeiro, ai de janeiro pra março, vai passar só um mês. Por que tem um sentido, alegria, de ver aquela bandeira balançando lá em cima, dá aquela emoção, e o resultado final é isso daqui (apontando para as fotos 07,08,09,10) E logo, logo, vai ser com a gente, o sentimento de perda, quando tiver que doar. No caso não vai ser mais perda por que nós já recebemos de outro, ai já vai ter outro sentimento, que eu num sei ainda, que eu num passei... Mas, o bom é bandeira ficar o ano todo, mas... (Membro da organizados da festa)*
- Eu acho bonito é nessa hora aqui, que tá todo mundo (apontando para as fotos: 07)... Sei lá, a comunidade se transforma, por mais que os de fora ache... sei lá... olha as barracas ... entedeu... é outro espírito. Você chegar aqui em dia comum, é uma coisa fria, e no período de festa, você fica escutando um sonzinho, então eu acho que nisso tudo tem um sentido... cultural, religioso, educativo. (Membro da organização da festa)*
- Esses momentos são importantes, e a gente vendo assim, com as fotos, ajuda a gente a pensar nossa festa. Desde o pau que a gente foi tirar lá do Santa Cruz, que deu um trabalho danado, a premiação dos menino, o cortejo, os amigos... ó esse daqui veio de São Paulo (apontando para o senhor, em primeiro plano, na foto 08), depois*

*a gente manda a foto pra ele. Mas aqui é tudo amigo, e a gente vai fazendo a festa assim. (Membro da organização da festa)*

- *O que me chamou mais atenção foi o pau itinerante, que vem de outras comunidades, né. A parte social e religiosa, também vem crescendo muito. Há uma inovação nessas partes, e o convívio real que já vem acontecendo desde o começo da festa, e isso só tem crescido, há uma evolução significativa nessa comunidade, mas uma questão que eu enfatizo este ano é o pau itinerante. (Moradora da localidade)*

3.4.3 Momentos Festivos de anos anteriores



Mosaico de fotos 21: Mural Fotográfico: Momentos festivos de anos anteriores – Riacho do Meio  
Autor: CARDOSO, A. I. D. 2013.

## **Momentos Festivos de anos anteriores:**

### **O que esses momentos representam?**

- *Reverendo esses momentos (fotos: 13 a 17), esta festa tem crescido anualmente. Sabe por quê? O que tem me chamado mais atenção é o envolvimento da comunidade. Eu acho que quando a própria comunidade faz a festa, ela é quem tem que fazer a festa, e quando a comunidade se libertar de determinados organismos sociais, que vem pra se apropriar, acho que perde o sentido de festa comunitária. É importante a Associação, é importante a Prefeitura, mas, mais importante é a comunidade. (Morador da localidade)*
- *Tem algumas coisas nesses momentos que hoje não tem. Por exemplo, essa foi... acho que a única vez que teve procissão (Foto 16). E esse ano, como você pode vê nas fotos da festa desse ano, não foi uma carroça que carregou a cachaça e a farofa, foi um carro, sabe por quê? Essa foto aqui (Foto 15), ainda era a carroça, mas... é até engraçado... o senhozim bebia todas e num agüentava chegar até o final do cortejo, e também por causa da rodovia, né, era perigoso, ai a gente resolveu tirar. (Membro da organização da festa)*
- *A gente sempre participa das brincadeiras. E vocês tão se reconhecendo ai nas fotos? Aqui nós... Essa foto é do ano passado (foto 13). E é bom participar? É... tem os prêmios, as brincadeiras são boa. E o pau de sebo, alguém já conseguiu tirar o dinheiro? Não, os menino tentaram, mas num conseguiram, não.*
- *Nessa foto aqui (foto 16), as crianças também participavam era levando as bandeirinhas, essas vermelhas. E hoje também participa da parte religiosa. Aqui na comunidade tem a catequese, participam da liturgia, tem uns que são coroinhas. Então, são bem participativos.*

#### **4 AS POLÍTICAS CULTURAIS DA MUNICIPALIDADE: CAMINHOS E OBSTÁCULOS PARA FESTEJAR**

Diante da exposição dos fazeres festivos analisados, levados em consideração pela dinâmica com a qual são constituídos, algumas interpretações, a partir destes, podem ser pautadas, sobretudo, pelas políticas culturais locais frente aos desafios encontrados: ora caminhos, ora obstáculos na realização/valorização dos festejos populares.

Dos pressupostos da centralidade visível da Festa de Santo Antônio: a convergência das políticas culturais, os investimentos público-privados, o *marketing* da espetacularização fazem-na se sobrepor às demais manifestações populares do município enquanto festa-principal.

As invisibilidades periféricas através de suas articulações comunitárias: Associação de Moradores e Conselho Administrativo da Capela também se mobilizam para a realização dos seus festejos, como forma de (re)atualizar os rituais de devoção e sociabilidade.

A partir destas premissas, suas analogias festivas de caráter central/periférico e visível/invisível, colocam-nos diante de realidades festivas distintas no mesmo espaço territorial da municipalidade. Distintas, por que o teor de fomento às políticas culturais para estas demandas periféricas são extremamente desproporcionais em relação à festa-auge, como foi esboçado no subcapítulo 2.4: os investimentos centralizadores da festa.

E nem mesmo quando há representação das outras festas e/ou comunidades na festa-espetáculo - como no desfile dos grupos folclóricos -, trezenas e na procissão de Santo Antônio, é visto como uma desconcentração do patrimônio institucionalizado, e passível de mudanças nas festas periféricas, uma vez que estas podem ser operacionalizadas pelas políticas da patrimonialização.

Assim, em meio a essas divergências das políticas culturais do município de Barbalha, cabe analisar como as festas das localidades se inserem nestes parâmetros quais são as alternativas proposta pelo poder municipal para a promoção das manifestações, observando os caminhos e os obstáculos a serem enfrentados. Enfim, como as políticas culturais da municipalidade têm tratado estas demandas?

Em se tratando do cunho imaterial complexo de tais manifestações, os elementos vinculados - sociais, ambientais, econômicos, espaciais, comunicacionais - adquirem e

exigem dimensões e políticas múltiplas enquanto processo de movimentos (des)contínuos de (re)organização dos bens culturais.

No entanto, não tomando as festas na sua totalidade, tais políticas fragmentam-se em seus nichos de competência e interesse. Fragilizam as manifestações na sua essência, como um aspecto cultural de relevância subjugando à efemeridade, em atitudes políticas de espetacularização desconexa.

Não havendo uma unicidade da política cultural que seja capaz de agregar os seus mais variados componentes festivos, um novo olhar sobre estas manifestações seria de fundamental importância.

Sendo a dinâmica festiva a experiência individual e coletiva, lúdica e racional na partilha dos espaços, mobilizando contingentes como fator catalisador de diferentes sociabilidades, indispensável e representativo, os anseios clamam por uma emergência cultural mais efetiva, que levem em consideração tais aspectos.

Os “jogos simbólicos”, as representações, os valores, o lazer, a transgressão, o uso dos espaços interpenetram no imaginário dos sujeitos a partir das transmissões da linguagem festiva como um campo fértil para se entender as estruturas sociais aí expostas.

E as políticas culturais, através de leis e ações voltadas para o setor cultural, têm papel revelador dentro dessas conjunturas. As diversas formas de uso (ou desuso) implicam diretamente no modo como os festejos são realizados, sobretudo quando se trata das manifestações culturais do município, dentre estas as festas das localidades ora analisadas.

Convém enfatizar que essas mesmas festas, ao almejarem apoio por parte da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Cultura, devem-se apresentar por meio de convênios, projetos e orçamentos, os quais são analisados pelos representantes legais.

Os recursos financeiros e/ou logísticos são direcionados de acordo com a disponibilidade de dotação orçamentária da respectiva secretaria na cooperação de uma porcentagem do orçamento submetido, como também da disponibilidade da estrutura logística: palco, transporte, entre outros.

As “vozes” das comunidades, no capítulo anterior, materializam o desejo e as perspectivas de verem suas festas e suas representatividades histórico-geográficas inseridas aos processos culturais do município de forma efetiva e abrangente, sem a perda do caráter comunitário manifestado nas mesmas.

O intuito não é torná-las potencialmente uma festa pautada pelo “espetáculo”, ávida por turistas, mídias e efemeridades, tal qual ocorre hoje na Festa de Santo Antônio; mas, fomentar a necessidade do festar, na identificação dos sujeitos aos seus espaços e, mesmo em tempo de festa, transformar a realidade, impulsionando o desenvolvimento humanístico das localidades.

Algumas “vozes” remetem a essas características: a importância de se comemorar o padroeiro, da atmosfera diferenciada que a localidade absorve nesse tempo, do compromisso de alguns em manter a tradição; as lembranças evocadas de momentos e pessoas que contribuíram e contribuem para o fazer festivo.

Enfim, se desvenda a possibilidade de o mesmo empenho dado à organização do festejo ser transferido para o empenho na luta por melhorias sociais e políticas das localidades. E as representatividades histórico-geográficas, enquanto patrimonialidade, fazem elo com as diversas atividades que delas podem se desmembrar.

As mesmas podem envolver a dimensão econômica através do turismo de base comunitária; a educacional, tanto formal quanto não-formal; e a questão do meio ambiente, no conhecimento do espaço do qual estão inseridos. Assim, as políticas culturais, quando democraticamente efetivadas, passam a agregar tais demandas, inerentes à constituição da vida, porém aplicadas isoladamente.

Conforme Canedo (no prelo),

Como sujeitos e produtores da cultura, os indivíduos devem participar da elaboração das políticas de cultura para a sua comunidade. Neste sentido, o conceito de democracia cultural nos parece mais adequado para pensar a promoção do desenvolvimento sócio-cultural. Esta concepção de gestão das ações culturais está preocupada com a promoção da participação popular e a organização autogestiva das atividades. O objetivo é incentivar a criação, buscando o desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos em relação com suas próprias necessidades. Nesta concepção política o público é mais do que espectador. (...), o “trinômio consumidor-produto-espectador” é ampliado para “a criação/fruição-processo- participação”.

No tocante à “organização autogestiva das atividades”, vale ressaltar que as comunidades e as suas representatividades histórico-geográficas - Sítios Santa Rosa (Cemitério do Fuzilados), Cabeceiras (Grupo de Penitentes Irmãos da Cruz) e Riacho do Meio (Parque Ecológico) - se restringem ao marasmo político. Sem uma efetivação legislativa e democrática, tornam-se dependentes e refém dos gestores culturais e seus anseios organizacionais.

Tais bens, ou são negligenciados como caráter patrimonial, mnemônico, caso do Cemitério dos Fuzilados<sup>3</sup>; ou, são apropriados pelos gestores culturais e ambientais, atribuindo certo controle, como no Parque Ecológico; ou, ainda, no estabelecimento de certa dependência do órgão competente e falta de autonomia ao bem, como no Grupo de Penitentes.

Essas iniciativas fragilizam as relações das comunidades com os bens, dos quais tem a posse. Não reconhecidos dentro do seu espaço e não envolvidos na práxis cotidiana dos mesmos, tornam-se “externos e estranhos”. Desestimulando, os próprios habitantes das localidades tendem a não acreditar em projetos futuros, nos quais se envolvam.

Por assim dizer, concordamos com Brant (2008, p. 78), ao afirmar quão múltipla e complexa é a atividade cultural, e em especial o papel do gestor cultural:

[...] atuar na atividade cultural é algo que exige conhecimento genérico e específico, ao mesmo tempo. Saber balancear uma formação humanística ampla e consistente, capaz de apreender e decodificar nuances, especificidades e contextos, necessários para compreender melhor a teia de relações e interesses onde está inserido, em especial os políticos e econômicos, com o conhecimento técnico, que o habilite a dialogar com todas as instâncias da sociedade.

Tais pressupostos da atividade cultural exigem um novo olhar sobre o fazer cultural. A necessidade de expandir esse olhar é explícita nas manifestações. A tematização dos festejos é um exemplo dessa expansão.

Inserir a questão ambiental no tema da festa, como se deu no Riacho do Meio, em anos anteriores com a defesa do Soldadinho do Araripe, ave endêmica da região, e o pau itinerante, neste ano de 2013. O resgate histórico da localidade, enfatizado pelos organizadores, visando maior valorização, como no Santa Rosa, quando das homenagens ao Padre Cícero e o “silêncio” do cemitério dos fuzilados. E a inserção e participação, na festa, do grupo de Penitentes do Sítio Cabeceiras. Assim, refletem o vínculo do lugar com suas manifestações de cunho material e imaterial, funcionando como uma demanda estética e contextual interna dos festejos.

Não perceber que estas demandas são indissociáveis é um retrato da característica unilateral e verticalizada das políticas culturais, aplicadas isoladamente e

---

<sup>3</sup> A negligência entorno do bem, parte não só da falta de zelo e/ou apoio à visibilidade da estrutura patrimonial, mas também do desconhecimento do fato histórico ali ocorrido, restrito aos estudiosos e eventos sobre o cangaço no Cariri.

sem envolvimento da comunidade, impedindo-as de gerir e gestar suas próprias manifestações.

Alheios a estas iniciativas, os envolvidos recorrem ao amadorismo político, o qual não lhes garante acesso a captação de recursos para a realização dos festejos, perante orçamentos da Secretaria de Cultura. Assim, entram em cena, e de forma paliativa, os vereadores municipais.

As contribuições, sempre bem-vindas, dadas às comunidades por esses novos personagens é uma forma temporária de visibilidade, tanto da festa como da sua projeção política, enquanto se mascara, permanentemente, as invisibilidades implícitas nas realidades dinâmicas presentes nestas localidades.

Dadas as circunstâncias dessa “solidariedade”, tais atos impedem e/ou protelam a elaboração de projetos culturais por parte desses vereadores, para que realmente efetivem uma política cultural que contemplem as manifestações populares da municipalidade e que lhes garantam participação no fomento à cultura.

A oportuna fala de um vereador sobre a valorização das manifestações culturais voltadas para as localidades do meio rural incide diretamente sobre a aplicação dessas políticas:

*[...] precisa de um incentivo maior. Nós recentemente até aprovamos uma lei que cria a questão do Fundo Municipal de Cultura, de incentivo... o que falta é colocar isso em prática, por que é importante. E em 2013 é o ano de se colocar em prática? - 2013... Nós vamos lutar pra isso. (Entrevista cedida em 03 de fevereiro de 2013)*

Outros personagens dessa “empreitada cultural” são os empresários locais. Agregar o nome da empresa a manifestações de grande visibilidade e de valor afetivo é parte integrante das políticas culturais da atualidade, em escala nacional, por meio da renúncia fiscal.

Em escala local, por não ser posto em prática a regulamentação para tais fins, os repasses financeiros são executados informalmente. Fato observado no acompanhamento das três festas das localidades rurais é a presença do visível logotipo de uma empresa barbalhense estampada nas programações dos festejos.

E, de acordo com o proprietário,

*Todos me procuram... Caldas, Correntinho, Macaúbas, Santa Cruz. Então, eles nos procuram, por que eles querem o patrocínio. Aí, eu já pergunto: quantos vocês querem? (programação impressa) - “x”. Então, eu lhe dou da*

*maneira que você quer. Por que antes eles faziam pequeno... aí eu mandei fazer um mais bonito, com a imagem do santo colorida, que fica mais bonito... De muitos aí eu patrocino. [...] E, além de entrar com o patrocínio, né, a gente contribui, também, com prendas pro leilão, pra rifa, e, além disso, ainda vem as folha da rifa, aí eu compro. Eu ajudo por que teve um tempo que eu era o tesoureiro do conselho da capela [...] e aí a gente saia pra pedir (apoio), e ia, nos mais conhecidos, e sei a dificuldade que tem pra gente conseguir verba pra gente colocar na capela, mas enfim, é muito difícil. Aí essa experiência eu peguei, por que eu convivi. [...] (Entrevista cedida em 15 de março de 2013).*

Esse apoio é uma adenda que possibilita realizar os festejos nas localidades trabalhadas. Às margens das políticas públicas, em geral, estas comunidades rurais enfrentam os dilemas intrínsecos aos seus espaços. E as festas, enquanto aspecto da cultura e fator social, inserem-se nestes processos políticos, embora sejam vistas como última instância de fomento.

Tratar estas demandas como algo supérfluo ou minimizá-la não viabiliza o entendimento da sociedade na qual estão inseridas, uma vez que consideramos as festas e analisamo-las a partir desse sentido, como sendo um ponto de partida para se pensar novos modos de lidar com as realidades espaciais ali expostas.

#### **4.1 Os Instrumentos legais de viabilidade cultural.**

As abordagens dadas às demandas festivas centrais e periféricas do município de Barbalha perfazem caminhos simbólicos, recorrentes de tradições, as quais explicitam o caráter do conviver e do fazer festivo das mesmas, sobretudo nos dias atuais.

As formas de regulamentação, a partir de instrumentos formalizados em leis e decretos, sintetizam a inserção do Estado no controle e intervenção das/nas manifestações culturais (i)materiais, a partir de políticas neoliberais, que deliberam às empresas o fomento às atividades culturais de seus interesses. Dessa forma,

[...] o objetivo das empresas que patrocinam projetos culturais não é democratizar o acesso à cultura ou apoiar artistas em início de carreira, mas gerar lucros. Assim acabam não escolhendo as atividades que vão apoiar por seu valor artístico, mas pela sua capacidade de melhorar a imagem da empresa e atrair novos clientes. (...) O problema não se restringe em a empresa querer lucrar, algo inerente à atividade empresarial no capitalismo. O problema é tornar esse tipo de financiamento como principal instrumento da política cultural. (AUGUSTIN, André Coutinho. 2011, p. 15-16)

Sobremodo, a política cultural assim efetivada acaba por interferir na forma e no processo de realização das manifestações culturais, tornando estas dependentes, na

certeza de seguirem um caminho único e verticalizado; ou, podendo não realizar-se, caso não haja empresas interessadas em patrociná-las.

Nesse tocante, as políticas culturais engendram mecanismos de sedução cultural. Viabilizada por investimentos financeiros em escalas nacionais, estaduais e municipais, estas políticas passam a ser construídas e absorvidas como promoção do lazer e do divertimento.

Nenhum envolvimento mais efetivo, de participação popular, de cooperação através de ONGs, Associações Culturais, Conselhos Consultivos, Universidades se faz presente na atividade oferecida. Vistos como expectadores/consumidores, tornamo-nos, assim, sujeitos passivos da efemeridade cultural.

E ainda, pautam-se em restringir-se à cultura como algo fechado e delimitado, não só nas salas das secretarias, mas também nos ideais e na expansão social que a mesma pode agregar.

Discussões como estas devem envolver o município como um todo no tratamento das questões públicas culturais. Contemplam desde a gestão municipal cultural, os programas de incentivos elaborados e seus mecanismos de inclusão neste âmbito, como também a participação da sociedade civil através de agentes e organizações culturais. Envolvem, ainda, questões como política; patrimônio e memória; mapeamento dos equipamentos culturais; educação, meio ambiente e economia; e a participação ativa dos cidadãos, construindo suas identidades e fortalecendo a cidadania.

Dessa forma, traremos os instrumentos que regulam as atividades culturais do município de Barbalha, na condição de subsidiar argumentos quanto às políticas para este setor e suas formas de execução, levando em consideração, também, a contextualização com outros setores, nos quais estão inseridas, ou não.

Vale ressaltar que, embora o presente trabalho tenha ênfase nas festas e seus aspectos de patrimonialização e patrimonialidade (POULOT, 2009), não cabe negligenciar e/ou omitir a conjuntura com que essa imaterialidade se desdobra no espaço festivo e suas estritas relações com as formas (materialidade) aí presentes. Isso se pode observar na relação de bens culturais inventariados pelo IPHAN no processo de patrimonialização da Festa de Santo Antônio. (Capítulo 02, sub-capítulo 2.5)

Assim, as primeiras iniciativas, em Barbalha, na conservação/preservação do Patrimônio Histórico deu-se em escala estadual sob o Decreto nº 16.237 de 30 de

novembro de 1983, com o tombamento do imóvel, denominado de Sobrado (ou Casarão Hotel), localizado à rua da Matriz.

Apenas em 1995 outro imóvel é tombado, também em escala estadual. Agora, a Casa de Câmara e Cadeia de Barbalha, também conhecido como Palácio 3 de Outubro, aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura, na 124ª sessão ordinária de 3 de março de 1995. Ambos, sob a Lei estadual de tombamento do patrimônio material nº 9.109 de 30 de julho de 1968.

Já em escala municipal, uma das primeiras propostas de política cultural regulamentada em Barbalha versa sobre a criação do Conselho Consultivo para defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Artístico – CONPHAM, sob a lei nº 1092/89.

Vinculado ao período colonial, o município, hoje, apresenta-nos um patrimônio arquitetônico, reflexo da aristocracia rural, passível de políticas apropriadas ao seu uso e conservação, como respaldo ao caráter mnemônico, identitário e representativo.

O centro histórico da cidade materializa no tempo e no espaço a formação e estruturação dos primeiros conglomerados urbano imperiais, refletindo seu caráter de poder e formação social. Esse conjunto se torna útil hoje à investigação enquanto patrimônio histórico.

Logo, o CONPHAM se apresenta como instrumento legal no assessoramento às questões referentes ao patrimônio histórico, arquitetônico e artístico do município, ao definir e relacionar os bens móveis, imóveis, logradouros públicos, ambientes naturais, que devam integrar e contribuir enquanto acervo patrimonial. (BARBALHA, Lei Nº1092/89, art. 1º, parágrafo 3º, incisos 1 e 2).

A proposta de conservação/preservação dos imóveis selecionados ao acervo adotou a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, medida que transcorre até os dias atuais. Adotou também a concessão de auxílio financeiro com limite de 40% (quarenta por cento) do orçamento, aprovado pelo conselho, para restauração de fachadas descaracterizadas dos imóveis reconhecidos. (BARBALHA, Lei Nº1092/89, art. 2º e 3º).

Quando se trata das políticas culturais via incentivos fiscais, a exemplo da Lei Rouanet, em escala nacional, ou o Sistema Estadual de Cultura – SIEC, do Ceará, o município de Barbalha instituiu, em 2011, seu Sistema Municipal de Cultura, visando “preservar o Patrimônio Cultural, incentivar e difundir a cultura, captando e canalizando recursos para o setor.” (BARBALHA, Lei nº 1.969/2011 – Cap. 1, art. 1º).

Cada município, através dos Sistemas Municipais de Cultura - SMC, terá que aderir ao Sistema Nacional de Cultura - SNC, para o qual serão repassados os investimentos pelo Fundo Nacional de Cultura - FNC. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, “[...] a partir de 2013 os recursos Federais direcionados para a área da cultura só poderão ser captados mediante integração ao Sistema e por aqueles que já fazem parte.” (Confederação Nacional dos Municípios, jun/2012).

Mediante o exposto, o Sistema Municipal de Cultura de Barbalha compõe-se de:

- Sistema de Incentivo Fiscal, no qual os contribuintes poderão abater os Impostos Sobre Serviços – ISS, ou Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, quando do favorecimento de projetos culturais (Cap. II);
- Fundo Municipal de Cultura, composto de receitas provenientes de dotações orçamentárias, incentivos fiscais, dentre outros; É gerenciado e orientado pelo Conselho Municipal de Cultura, decidindo suas aplicações e exercendo sua fiscalização (Cap. III e IV);
- Editais, que são os instrumentos legais, no quais as entidades culturais submetem projetos referentes às temáticas Carnaval, Paixão, Junino, Artes, Natal e Mestres da Cultura, a serem avaliados pelo Conselho (Cap. V e VI);
- Cadastro Municipal das Entidades Culturais, que visa conter informações sobre os agentes culturais do município, desde que desempenhem atividades destinadas à produção ou divulgação de manifestações culturais (Cap. VII).

Os projetos culturais que poderão ter incentivos por esta lei, e como consta no art. 3º são: Áreas de música, artes cênicas, audiovisual, literatura, folclore, artesanato, artes integradas, as já mencionadas e as artes não contempladas na lei, e Patrimônio. Todas, amplamente detalhadas, com seus desdobramentos.

Outro subsídio para as políticas culturais se deu com a criação do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade de Barbalha, através da lei nº 1.966/2011, com o objetivo de financiar as ações de preservação e conservação a serem realizadas em área protegida.

Vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e com orçamento integrado ao do município, estes recursos são provenientes de tributos gerados por receitas de variadas esferas de poder, como as amortizações de financiamento do PAC – Cidades Históricas, dos impostos municipais, dentre outros.

Tem como competência: definir Planos de Ação para serem implementados pelo Fundo; estabelecer diretrizes e programas de alocação dos recursos, acompanhando e avaliando a gestão do mesmo; apreciar e aprovar programas anuais e plurianuais; exercer o controle orçamentário e financeiro, como também, e de forma geral, gestar pela correção e uso adequado dos recursos do Fundo.

Esses sistemas, fundos, conselhos fazem parte dos mecanismos que integram os municípios ao Sistema Nacional de Cultura – SNC, como já mencionado, estabelecendo princípios e diretrizes comuns para as políticas de cultura abrangendo os entes federativos: municípios, estados e nação.

As discussões em torno da temática das políticas culturais impulsionam novos debates e mudanças, exigindo-se novas práticas de execução e reformulações conceituais, a começar pela crítica abordada por Ferreira (2009, p. 68), a respeito da transformação das Políticas Públicas para a Cultura em Políticas Públicas de Cultura.

A autora enfatiza que há um longo caminho a ser trilhado para que aconteça essa transformação. Para ela, as Políticas Públicas de Cultura

[...] requerem que os elaboradores/executores se apossam de ferramentas que permitam romper com a hegemonia das elites, hoje ainda mantida a qualquer custo em nossa sociedade. Essas ferramentas, ao permitirem que a sociedade conquiste alianças e avance na direção de suas necessidades culturais, poderão também propiciar o surgimento de uma nova hegemonia (...) ao tomarem consciência de seus interesses particulares e das contradições do grupo que domina o aparelho do Estado, serão capazes de criar novas alternativas.

A integração do setor cultural dentro destes parâmetros se desdobraria aos outros setores sociais, como marca de mudança e oportunidade de transformação, desde que estivessem envolvidas ao plano de gestão, seja estado ou município.

Porém, a própria conjuntura em que as Secretarias de Cultura dos Municípios estão constituídas, com baixos orçamentos, pessoal pouco qualificado ao setor, atreladas às políticas neoliberais, acirra os conflitos culturais.

Essas políticas hoje praticadas permitem-nos interpretar a tendência a uma manipulação exagerada de controle social. A sedução cultural se reduz ao apelo do lazer e do entretenimento vazios, como a velha e atual política do *panis et circenses*.

Vinculadas a esta sedução estão empresas que se beneficiam das leis de incentivos fiscais, agregando valor simbólico às suas marcas. Coelho (2008, p.81), afirma que a criação destas leis para a cultura,

[...] correspondeu a um esgotamento do modelo de intervenção do Estado na cultura, em Estado que não demonstrava vontade de admitir certas possibilidades de conteúdo cultural ou que decidia e decide discriminariamente sobre a conveniência e oportunidade de aplicação de magras verbas prevista no orçamento (...) Em outras palavras, mesmo o pouco que o Estado, e o Estado brasileiro, destina à cultura pode ser suspenso indefinidamente e eliminado discricionariamente conforme sua decisão sobre a conveniência ou não de se proceder ao que ainda é chamado de gasto, quando a palavra, em cultura, é investimento.

Neste caso, por um lado consideramos que o município de Barbalha tem como base da sua “política pública para a cultura” essas diretrizes do Sistema Nacional de Cultura, fundamentando-se apenas na captação de recursos para financiar as manifestações locais; por outro, estas manifestações tornam-se limitadas em expandir seus potenciais, seja no caso das festas comunitárias, nos grupos folclóricos e outras apreciações culturais

Assim, caberia à Lei 1.872 de 17 de dezembro de 2009 o preenchimento desse vazio existente quanto à expansão do setor cultural, se a mesma fosse executada. Esta, estabelece a obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar: História do Folclore Barbalhense e Introdução ao Turismo e Meio Ambiente.

Os temas passariam a ser estudados em todos os anos do ensino fundamental de acordo com a transversalidade e interdisciplinaridade das áreas do conhecimento. No entanto, o que se tem de efetivo trabalho nas escolas de Barbalha, sobretudo as municipais, são a formação de grupos denominados pelos gestores das secretarias de educação e cultura de “Pára-Folclóricos”.

São 54 grupos formados por alunos para representarem as diversas danças e manifestações artístico-culturais presentes no município de Barbalha. Os mesmos encenam os atos da originalidade dos grupos folclóricos tanto nas escolas, em datas comemorativas, quanto na própria Festa de Santo Antônio, junto ao cortejo oficial na abertura dos festejos.

Transpor essa barreira de apropriação da cultura e dá condições para a mesma fluir e ser fruída pela população seria o elo de comunicação e interação dos órgãos públicos e os sujeitos, ato esse conduzido, por exemplo, pelo Conselho Municipal de Cultura.

Este componente do SMC teria seu uso efetivado quando o mesmo instigasse “[...] os diálogos grupais nos territórios e seus encontros interculturais; a incidência sobre fazeres culturais locais [...]”, dando oportunidades de contestar, reivindicar e

debater o papel que exercem no seu espaço, como forma legítima de participação. (FARIA, 2013, p. 03)

Tais premissas nos remetem à Festa de Santo Antônio de Barbalha e seu registro como Patrimônio Imaterial Nacional. Essas políticas de valorização das manifestações de cunho imaterial, teoricamente, engendram os processos de participação dos sujeitos ao serem inseridos aos programas de proteção e manutenção de seus bens, com o objetivo de transmitir às futuras gerações.

Em escala mundial, tais políticas ganharam impulso, em 2003, mediante o envolvimento generalizado dos países signatários, com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, pela UNESCO, para reconhecer bens imateriais relevantes e delimitar medidas para a salvaguarda dos mesmos. Assim, a Convenção toma a definição de Patrimônio Imaterial, como

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2003)

Esta complexidade conceitual, que absorve por si só uma pluralidade de intervenções, no sentido de entender sua totalidade, o bem imaterial, não é estática. Ela necessita incorporar à sua dinâmica políticas que lhes deem condições sustentáveis, a partir dos sujeitos que as vivenciam, de forma livre e com interesses próprios, capaz de vivenciá-la com criatividade.

Segundo Cabral (2010, p. 17), a definição de Patrimônio Cultural Imaterial sintetiza questões importantes a serem discutidas a partir da Convenção da UNESCO: o legado do Patrimônio Imaterial, as comunidades e grupos na sua identificação, a transmissão do bem entre gerações, as relações de memória e identidade, os direitos culturais coletivos.

E ainda enfatiza que a aplicação de qualquer instrumento dessa natureza não é desprovida de consequências. A autora atribui à Convenção, como os maiores impactos

identificados, as questões relativas à propriedade intelectual das manifestações e seu aproveitamento turístico. (*Idibem*, p.20-21).

No Brasil, estas demandas patrimoniais, sobretudo as imateriais, ganharam destaque ainda antes da Convenção, a partir da Constituição de 1988, artigos 215 e 216, e em 2000, com a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI, decreto nº. 3.551, de 4/08/2000, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

O IPHAM contempla a viabilização de “projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural.” Ainda, gera apoio e fomento ao estabelecer parcerias com instituições das três esferas governamentais - federal, estadual e municipal -, como também universidades, ONG’s e empresas vinculadas às demandas culturais.

O instrumento metodológico de uso recorrente ao registro ou tombamento de um bem patrimonial, desenvolvido pelo IPHAN e seus consultores, é o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, de 1999.

Segundo o manual de aplicação do referido instrumento, em seu texto de apresentação,

O desenvolvimento do INRC significa a disponibilização de um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e, conseqüentemente, para as possibilidades de preservação desses bens. (...) é antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, configurando dois objetivos principais que determinaram sua concepção: 1- identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender às demandas pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e 2 – apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores dos sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação. (IPHAN, 2000, p. 8)

E ainda: é um instrumento investigativo desenvolvido a partir de três etapas: Levantamento preliminar: colher informações do que se vai inventariar e produzir um mapeamento cultural de caráter territorial, geopolítico ou temático; Identificação: descrição e tipificação de referências culturais relevantes e suas relações com outros bens e práticas, aludindo seus aspectos de formação, produção, reprodução e transmissão; Documentação: estudos técnicos e autorais, documentação audiovisual e fundamentação das informações colhidas anteriormente, no banco de dados do INRC. (CASTRO; FONSECA, 2008, p.22)

O INRC pode ser descritos dentro das seguintes categorias: Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de fazer, Edificações e Lugares. Estas podem ser visualizadas na Tabela 03: Bens culturais inventariados em Barbalha decorrentes do inventário realizado para o registro da Festa de Santo Antônio de Barbalha.

De posse das disposições legais sobre as políticas e metodologias adotadas ao registro dos bens imateriais, os planos de salvaguarda adentram ao processo como forma de garantir suas “[...] melhorias das condições socioambientais de produção, reprodução e transmissão [...]”, atuando na articulação do inventário e do registro. (*Ibidem*, 2008, p. 24).

Ainda, segundo as autoras, os planos de salvaguarda contemplam, resumidamente: apoio à transmissão do conhecimento às gerações mais novas; promoção e divulgação do bem cultural; valorização de mestres e executantes; melhoria das condições de acesso a matérias-primas e mercados consumidores; organização de atividades comunitárias.

Partindo desse enfoque, e tomando o caráter indissociável, imaterial e material do patrimônio, incorpora-se a esta discussão a categoria geográfica de lugar. A partir dessa categoria podemos extrair uma rede de significados para a compreensão do espaço da experiência, do vivido, mediador de intersubjetividades, capaz de fortalecer na relação dos sujeitos a apropriação do lugar como atores-construtores do mesmo. (HOLZER, 2003; 2001)

O lugar, esse amalgamado material e imaterial, em um primeiro momento inserido às teorias da patrimonialização, pode ser percebido como algo que desperta um sentimento mais direto, aproximado entre a população e os bens culturais, que possam manter relações afetivas com essas representatividades, de espaço vivido, da práxis cotidiana. Embora, o abandono/restrições de políticas públicas ao trato do assunto fragilize tais aspectos.

O patrimônio, para que seja incorporado pela sociedade, pelo lugar, não apenas como presente (ou fardo) do passado, não deve ser exterior a estes. A busca dos significados gerados no tempo deve ser insistente, juntamente com as formas de convívio e adaptação para e com as pessoas, do e no lugar.

Nesse sentido, os sujeitos devem ser ativos e participativos, e as políticas públicas para cultura devem inseri-los nestas categorias. Conforme Faria (2012/13, p. 03)

[...] As sociedades que demonstram capacidade para criar alternativas de vida, realidades mutantes e imaginários ricos são sensíveis à participação. Sem participação (não apenas política, mas de empoderamento criativo) não há sociedade criativa, no sentido de criação coletiva da cultura, mas cristalizações de poder e do fazer cultural. A cidadania e o desenvolvimento cultural bebem diretamente nos processos participativos. Eles definem protagonismos e sujeitos culturais ativos, logo, a saúde da cidadania cultural. Os processos participativos têm demonstrado sua importância no fortalecimento de protagonismos locais e sua incidência política, desenvolvimento das comunidades, construção da diversidade e do diálogo intercultural e nos processos de mudança de modos e sentidos de vida civilizatórios.

Os significados da afetividade e criatividade são vinculados a uma memória ativa, que por sua vez possibilita o fortalecimento das relações entre sociedade e patrimônio. E, é nesse espaço dotado de valor, apreendido na sua totalidade, através da experiência do “eu” e do “outro”, que o lugar se constitui.

Para além de uma localização espacial, o lugar caracteriza-se como possuidor de personalidade e espírito: ganha sentido em torno do corpo, ganha respaldo, para, assim, adquirir discernimento dos fenômenos aí ocorridos e entendimento de seus processos dinâmicos.

Esses sentimentos afetivos encontram-se espacializados e visíveis nos bens culturais, sejam as festas e as representatividades histórico-geográficas da municipalidade barbalhense. Tomados pelos sujeitos culturais que a realizam, os quais propomos como mediadores na apreensão do lugar do “eu” e do lugar do “outro”, revelam na expressão de suas crenças e valores coletivos a constituição de suas singularidades e patrimonialidades.

## **5 PARA CONCLUIR PROVISORIAMENTE... ATÉ A PRÓXIMA FESTA COMEÇAR!**

É nítido o papel que as festas continuam exercendo nas sociedades contemporâneas. O seu caráter de encontro e sociabilidade, a atmosfera diferenciada que do lugar emana, as decorações acabam por movimentar fluxos de pessoas e emoções durante esse período festivo.

Visto de fora, esse fenômeno cultural, ambiental, econômico, comunicacional pode até parecer algo supérfluo, uma “desculpa para beber cachaça”, mas no seu interior se destacam sujeitos/atores que desafiam o espaço e o tempo festivo para ver sua manifestação ser realizada.

Estes preconceitos atribuídos às festas são resultados dos processos históricos com que estas foram se constituindo. Os sentidos do fazer festivo, das personagens emblemáticas, do caráter singular que traçam a sua originalidade aos poucos vem sendo substituídas pela espetacularização, pelo efêmero, direcionados para um consumismo *idem*.

As colocações supracitadas fazem, sim, referências à Festa de Santo Antônio de Barbalha e às festas das localidades rurais analisadas: Santa Rosa, Cabeceiras e Riacho do Meio. Fazem referências também as visões preconceituosas, à primeira vista, quando do não conhecimento dos aspectos valorativos atribuídos a estas manifestações.

Em Barbalha, a Festa de Santo Antônio, enquanto alvo principal de visibilidade, concentra uma demanda festiva em escala regional, aumentando seu potencial de atrativo perante as políticas públicas de cultura da municipalidade. Porém, é esse poder demasiado atrativo que fragiliza os aspectos mais singulares do festejo.

A apropriação da festa pelas gestões municipais e a não execução das políticas públicas para a cultura levam, conseqüentemente, ao seu caráter não democrático. No entremeio da festa estão grupos políticos partidários à procura de projeções e popularidade.

A espetacularização é visível na intenção de (re)tradicionalizar o festejo (SERPA, 2007). Agregar as demandas locais, como os diversos grupos de folguedo, apenas como espetáculo midiático fragiliza os processos de continuidade dos mesmos, uma vez que o apoio a estes grupos se dá de forma descontextualizada das suas práticas locais, pois os mesmos provêm de tradições agrárias.

Neste aspecto, o caráter de patrimônio imaterial que a Festa de Santo Antônio engendra e sua institucionalidade perante o IPHAN podem nos trazer uma certa segurança e/ou esperança quanto à aplicação da política de salvaguarda do bem a ser patrimonializado. Ao mesmo tempo, pode gerar conflitos perante a função não estática da festa, mediada pelas políticas de proteção a serem aplicadas ao bem, no intuito de conservar/preservar, sem levar em consideração o devir. Assim, a gestão do patrimônio vislumbra, em longo prazo, não medidas paliativas, mas políticas concretas e efetivas, capazes de serem geradas e geridas pelos sujeitos participantes do processo.

Encontrando resistências nos conflitos e na complexidade festiva, os aspectos devocionais e lúdicos também são relevantes aos rituais do festejo. Apesar do caráter espetacular dos momentos ritualísticos, as subjetividades ganham vigor na fé dos sujeitos/atores que participam diretamente, como também dos “outros”, dos espectadores não-passivos, mas ativos na concretização da religiosidade ora alcançada.

Os princípios que norteiam as festas das localidades rurais partem dessas premissas devocionais aos seus oragos. O caráter organizacional dos seus festejos os impõe desafios a serem enfrentados tanto na própria comunidade, já que não se caracterizam com opiniões homogêneas quanto ao apoio para a realização da festa.

Os movimentos que se observam nas localidades, em seus períodos festivos, de organização, lazer, manifestações culturais, economia, socialização, identificação com o lugar podem contribuir muito aos processos dinâmicos da localidade.

As Associações de Moradores e Conselhos Consultivos/Administrativos das Capelas fortalecem a construção da vida comum, gerindo seu próprio espaço. Nesse tocante, não sendo autônomas na realização de suas manifestações, dependem quase que exclusivamente de apoios externos: políticos e sensibilizados com as questões de cunho cultural comunitário.

Estas dependências de políticas efetivas nas localidades geram uma carência valorativa por parte da comunidade. Aqui, posso enfatizar, sem falsas modestas, o quão surpresos e contentes os moradores das localidades acompanhadas ficaram ao contribuírem enquanto sujeitos de pesquisa para a relevância de suas festas. A culminância desses atos se intensificaram com a atividade do mural fotográfico, onde, uma vez visualizado, os participantes reconheciam a si e à festa. Suas “vozes” mostram e fazem mostrar as relações do lugar e do festejo, dos bens materiais e imateriais da patrimonialidade (in)visível.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, o mural fotográfico foi mais uma das etapas do processo metodológico. Para os organizadores e a comunidade em si, foi mais um elemento para agregar valor ao festejo e ao local. Logo, pensado nesse viés, acabou por se tornar uma contribuição enquanto registro da festa.

Como sintetizou em conversas informais uma das organizadoras dos festejos do Sítio Cabeceiras, Sueli Matos, *“é um estímulo aos jovens da comunidade para os estudos na valorização da nossa cultura, por que todos me perguntam: “quem é aquele que tá filmando, fotografando, e essas fotos...? E respondo que você está fazendo um estudo sobre nossa festa e nossa comunidade. E outra, você é a primeira pessoa que vem, pega as informações e não vai embora, mas traz esse retorno pra comunidade, e é isso que é importante.”*

Dessa forma, o subsídio dado à valorização do espaço festivo e de todos os elementos a ele associados parte da necessidade de, primeiro, se reconhecerem enquanto agentes modificadores dos processos locais, e assim optarem pelas infinitas possibilidades de mudanças.

As vivências e representações dos tempos e espaços, através do mural fotográfico e dos aspectos festivos, evidenciam e fortalecem os processos de transmissão geracional no tempo presente.

Na análise festiva, suas valorizações históricas positivas e/ou negativas do processo de realização emanam interpretações e vínculos afetivos diferenciados. O fazer festivo está diretamente ligado aos sujeitos participantes, intermediados ou apropriados pelos “gestores culturais” como a Secretaria de Cultura Municipal.

No entanto, um fato é certo: as discussões sobre esses fazeres festivos não se limitam ao seu período de realização, mas deve ser pensado simultaneamente às demandas que a mesma pode oferecer e dinamizar o lugar.

As políticas culturais adentram a esses processos festivos como alternativas de pensar os lugares. E dentre estas políticas está a patrimonialização da Festa de Santo Antônio enquanto desencadeadora dos processos culturais. Apesar da sua centralidade visível, seria cabível melhor planejamento a fim de democratizar a institucionalização do patrimônio.

As três festas analisadas e suas respectivas representatividades histórico-geográficas, enquanto invisibilidades periféricas, comporiam as perspectivas de inserção das manifestações culturais do município. Mas que isso ocorra sem perder a

peculiaridade, nem se entregar à total sedução cultural, mas mantendo o caráter comunitário e todas as possibilidades cabíveis de lutas e desejos para o festejar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira, *et. al.* **Festa de Santo Antônio de Barbalha: Patrimônio de Fé, Devoção e Carnavalização.** (no prelo, 2012, p. 02).

AMARAL, Rita de Cássia de Melo Peixoto. **Festa à Brasileira:** Significados do festejar, no país que “não é sério”. Tese de doutorado em Antropologia. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998, 403p.

\_\_\_\_\_, Festas Católicas Brasileiras e os Milagres do Povo. **Civitas – Revista de Ciências Sociais.** Ano. 3, v. 3, n. 001. Porto Alegre: jun. 2003. p. 187-205.

\_\_\_\_\_, Festas, festivais e festividades: algumas notas para a discussão de métodos e técnicas de pesquisa sobre festejar no Brasil. In: **Anais do II Colóquio Festas e Sociabilidades** – CIRS/CASO/CEFET. Natal, 2008.

ARAÚJO, José Edvar Costa de. **O papel político-pedagógico das manifestações da cultura popular na construção de modelos e conceitos de relações sociais – o caso da Festa do Pau da Bandeira, de Barbalha.** Dissertação de Mestrado em Educação. – Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, 1994.

AUGUSTIN, André Coutinho. O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa. Acesso em: 03 de julho de 2013. [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminari\\_o\\_Internacional/FCRB\\_AndreAugustin\\_O\\_neoliberalismo\\_e\\_seu\\_impacto\\_na\\_política\\_cultural\\_brasileira.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminari_o_Internacional/FCRB_AndreAugustin_O_neoliberalismo_e_seu_impacto_na_política_cultural_brasileira.pdf) > p. 01-22, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Jorge Zhar Editor. Rio de Janeiro, 2003.

BEZERRA, Amélia Cristina Alves. Festa e Cidade: Entrelaçamentos e proximidades. **Espaço e Cultura.** n. 23, p. 7-18. UERJ, RJ: jan./jun. 2008.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a Entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese.** v. 2; n. 1(3); jan-jul/2005. p. 68-80.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na Rua.** Campinas: Papirus, 1989.

BRANT, Leonardo. Cultura é Poder. In: BRANT, Leonardo. **O poder da Cultura.** Editora Peirópolis, 2009. < <http://brant.com.br/node/49> >. Acesso em: 06/05/13.

\_\_\_\_\_. Uma Abordagem Multidimensional para a atividade cultural. **Observatório Itaú Cultural.** N. 6, ago/2008.

BRASIL. **Decreto Federal s/nº, de 04 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe, nos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

CABRAL, Clara Bertrand. **Patrimônio Cultural Imaterial:** Convenção da UNESCO e seus contextos. Lisboa: Edições 70, 2011.

CÂMARA NETO; Isnard de Albuquerque. **Diálogos sobre Religiosidade Popular.** Sem Publicação.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo.** Ed. Brasiliense, 1983.

CANEDO, Daniele. **Democratização da Cultura.** Mais Definições em Trânsito. < [http://www.cult.ufba.br/wordpress/?page\\_id=823](http://www.cult.ufba.br/wordpress/?page_id=823) > Acesso em: 13/05/2013.

CAPONEIRO, Maria Cristina; LEITE, Edson. Inter-relações entre Festas Populares, Políticas Públicas, Patrimônio Imaterial e Turismo. **Patrimônio: Lazer e Turismo.** v. 7, n. 10, abr.-maí.-jun/2010, p. 99-113.

CARDOSO, Antônio Igor Dantas Cardoso; SILVA, Josier Ferreira da. **A relação Cultura e Natureza na “Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio”, em Barbalha, Ceará.** Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, 2011.

CARIRI, Rosemberg. **Cariri: A Nação das Utopias.** Fortaleza, março de 2001. Sem Publicação. <http://cariricult.blogspot.com.br/> - acesso em: 15/10/12.

CARVALHO, Anna Christina Farias de Carvalho. **Sob o signo da fé e da mística: um estudo das Irmandades de Penitentes no Cariri Cearense.** 1. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclórico Brasileiro.** (2 vols), Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano.** Salvador: EDUFBA, 2012.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial do Brasil.** Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

COELHO, Teixeira. **A cultura e o seu contrário: cultura, arte e política pós-2001.** São Paulo: Iluminarus; Itaú Cultural, 2008.

CNM - Confederação Nacional dos Municípios. **Municípios podem aderir ao Sistema Nacional de Cultura.** 27 de junho/2012. <[http://www.cnm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20395:municipios-podem-aderir-ao-sistema-nacional-de-cultura&catid=41:cultura&Itemid=134](http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20395:municipios-podem-aderir-ao-sistema-nacional-de-cultura&catid=41:cultura&Itemid=134)> Acesso em 23 de maio de 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região Cultural: um tema fundamental.** Sem publicação.

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? **Estudos de Psicologia**. ISSN (versão eletrônica): 2678-4669. 13(2), p. 125-131, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/epsic](http://www.scielo.br/epsic).

COUTO, Edilece Souza. Devoções, Festas e Ritos: Algumas considerações. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano I, n. 1. Dossiê Identidades Religiosas e História, s/a.

DEL PRIORE; Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DI MÉO, Guy. **Les territoires Du quotidien**. Paris: L'Harmattan, 1996.

\_\_\_\_\_. **La Géographie em fêtes**. Paris: Geophrys, 2001. Tradução de Elisa Bárbara Vieira D'Abadia, Janeiro, 2010.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DURAND. José Carlos. Cultura como objeto de Política Pública. **São Paulo em Perspectiva**. n. 15(2), 2001.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESTANISLAU, Lídia Avelar. Belo Horizonte: tempo, espaço e memória. In: **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 25-28, out. 1997.

FARIA, Hamilton. Conselhos Municipais de Cultural: Cultura Participativa e Cidadania Cultural. In: < [www.conselhosdecultura.ufba.br](http://www.conselhosdecultura.ufba.br) > Acesso em: 23/05/13.

FERNANDES, Ana. Cidades e Cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs). **Corpos e Cenários Urbanos: Territórios Urbanos e Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2006.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Comunicação Espaço Cultura**. São Paulo: Annablume, 2008.

FERREIRA, Luzia. Políticas Públicas de Cultura. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas Culturais: Reflexões e Ações**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p.60-69.

FIGUEIREDO, José Alves de. **O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secult: 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GEOPARK ARARIPE. [www.geoparkararipe.org.br](http://www.geoparkararipe.org.br). Acesso em: 25/11/12.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Ano IX, n. 17, 2007. p. 19-45.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano IV, n. 7, p. 67-78, jul/dez., 1999.

\_\_\_\_\_. A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 103-122, 2001.

\_\_\_\_\_. O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea. **GEOgraphia**. Ano V, n. 10, p. 113-123, 2003.

IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Araripe**. Dezembro, 2004.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Manual de Aplicação**. 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Ensaio Interpretativo da Dimensão Espacial das Festas Populares. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 191-218.

MARQUES, Luana Moreira. **A Festa em Nós: Fluxos, Coexistências e Fé em Santos Reis no Distrito de Martinésia – Uberlândia/MG**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia – UFG. Uberlândia, 2011.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. Filosofia e Política da Espacialidade: Algumas Considerações. **GEOgraphia**. Ano 6, n. 12, p. 07-23, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.

MURRAY, Charles. As festas populares como objeto de memória. **Memória, Patrimônio e Identidade**. Salto para o Futuro, Boletim 04. Abril, 2005. p. 22-27.

NEVES, Napoleão Tavares. **Pequena história da Paróquia de Santo Antônio de Barbalha**. Barbalha (CE): 1988.

NIGRO, Cíntia. As Dimensões Culturais e Simbólicas nos Estudos Geográficos: Bases e Especificidades da relação entre Patrimônio, Cultura e Geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org's). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55 – 79.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. Festas Religiosas, Santuários Naturais e Vetores de Lugares Simbólicos. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 93-106, ago./dez. 2011.

OLIVEIRA, Antônio Glauber Alves de. **Para Além do Sagrado: Tradições religiosas e novas formas de sociabilidade: A Festa de Santo Antônio de Barbalha – CE**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza: 1999.

PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. (Introdução e Apresentação).

PASINI, Frei Edrian Josué. **Almanaque Santo Antônio**. 24 ed. Ed. Vozes. Petrópolis, 2000.

PAZ, Renata Marinho; *et. al.*. **Projeto Cariri: experiências com o INRC e discussões metodológicas**. In: Anais do Congresso Internacional e História e Patrimônio cultural: memória, ensino e bens culturais. Teresina, Piauí, ago./ 2008. p. 1-6.

PEIRANO, Mariza. **Rituais: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

PEIXOTO JUNIOR, José. **Bom Deveras e seus irmãos**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2009.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Coedição Secult/Edições URCA – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, Márcio de Souza. Catolicismo laico e Catolicismo romanizado no Ceará: tensões, conflitos e resistência na transição do século XIX para o século XX. **Mneme – Revista de Humanidades**. Publicação do Deptº de História e Geografia da Unive – Campus de Caicó. v. 7, n. 17, ago./set. 2005.

PUOLOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. Trad.: TEIXEIRA, G. J. de Freitas. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAUTENBERG, Michel. Como se Inventam novos Patrimônios: Usos Sociais, Práticas Institucionais e Políticas Públicas em Savoie. In: **Cultura e Museus**. n. 1, 2003, p. 19 – 40.

RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. **Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das missões do padre Ibiapina no Ceará (1860 –1883)**. Dissertação em Historia Social, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.

ROSA, Nei Vargas da. **Entre produtores e instituições culturais bancárias: a mudança do sistema da arte no Brasil depois da Lei Rouanet**. Porto Alegre, 2010.

ROSENDHAL, Zeny. O Espaço, o Sagrado e o Profano. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. P. 231-247.

SANTOS, Clélio. Geografia e Fenomenologia: Algumas aproximações a partir da Geografia Humanista e da Geografia das Representações. **Diálogos nº 05 – Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade – UPE/Faceteg**. Garanhuns/PE – 2011. p. 72 – 83.

SEEMANN, Jörn. O Espaço da Memória e a Memória do Espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. In: **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral, v. 4/5, p. 43-53, 2002/2003.

\_\_\_\_\_. Cartografia e cultura: abordagens para a geografia cultural. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Correa. (Org.). **Temas e caminhos da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2010, v. 1, p. 115-156.

SERPA, Ângelo. Cultura de Massa versus Cultura Popular na cidade do espetáculo e da “retradionalização”. **Espaço e Cultura**. n. 22, p. 79-96. UERJ, RJ: jan./dez. 2007.

SILVA, Josier Ferreira da. Projeção Sócio-espacial do catolicismo penitencial no Sítio Cabeceiras de Barbalha. In: VACONCELOS JÚNOR, *et. al.* **Multiterritorialidades e Novas Práticas Culturais**. Fortaleza: RDS, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes . Do sonho à devastação, onde tudo se (re)constroi: Experiências e Memórias nas Lutas por Terra da Região do Cariri- CE. **Revista NERA (UNESP)**, v. Ano 12, p. 125-141, 2009.

SOUZA, Océlio Teixeira de. **O Jornal A Ação e a Romanização do Catolicismo no Cariri**. Acesso em: 26/10/12 < <http://blogdocrato2.wordpress.com/2008/01/25/o-jornal-a-acao-e-a-romanizacao-do-catolicismo-no-cariri-parte-ii/>>. Publicado em 25/01/2008.

SOUZA, João Valdir Alves de. A Festa e o Calendário Religioso na demarcação dos tempos da vida social. **Revista Desenvolvimento Social**. Montes Claros: MG, n. 4, dez./2009. p. 99-111.

TEIXEIRA, Joaquim de Sousa. **Festa e Identidade**. Covilhã: LusoSofia, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atividades e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. The intangible Heritage Messenger. Paris: UNESCO, fev/2006.  
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001445/144569s.pdf> > Acesso em:  
14/05/2013.